

PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO COSTA

**POLÍTICAS DE GOVERNO ABERTO: A EXPERIÊNCIA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de concentração: Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Cassio Garcia Ribeiro Soares da Silva

FRANCA

2016

Costa, Pedro Henrique de Carvalho.

Políticas de Governo Aberto : a experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo / Pedro Henrique de Carvalho Costa. –Franca : [s.n.], 2016.

117 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas).
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Orientador: Cassio Garcia Ribeiro Soares Silva

1. São Paulo (SP) - Política e governo. 2. Participação social.
3. Transparência na administração pública. I. Título.

CDD – 351.981

PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO COSTA

**POLÍTICAS DE GOVERNO ABERTO: A EXPERIÊNCIA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de concentração: Desenvolvimento Social.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: _____

Prof. Dr. Cassio Garcia Ribeiro Soares da Silva

1º EXAMINADOR: _____

Prof. Dr. Oswaldo Gonçalves Junior

2º EXAMINADOR: _____

Prof. Dr. Osmany Porto de Oliveira

FRANCA

2016

**À minha querida mãe, com amor,
carinho e muita saudade.**

COSTA, Pedro Henrique de Carvalho. **Políticas de Governo Aberto: A experiência da Prefeitura de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

Resumo

A ideia de abrir governos não é algo novo, porém, nos dias de hoje, diversos contextos levaram a uma conjuntura muito favorável para que esse tema pudesse entrar na agenda política: a crise nos modelos de democracias liberais representativas; as novas tecnologias que propõem formas inovadoras de comunicação; e o anseio de parte da população por governos mais transparentes e participativos que revelaram um Estado ineficiente, fechado e opaco. Diante disso, a política de Governo Aberto surge como um instrumento de políticas públicas que visa justamente lidar com tais problemas e construir caminhos para superá-los. Nesse contexto e considerando que a Agenda de Governo Aberto foi idealizada para Estados nacionais, este trabalho pretende apresentar argumentos para a adoção dessa agenda por governos locais. Uma ação inovadora, uma vez que entendemos que as possibilidades de participação cidadã, promoção da transparência e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que permitem a abertura dos governos têm grande potencial de se consolidar e se efetivar enquanto transformação da cultura política no lócus do espaço urbano. Sendo assim, a pesquisa se apoiará em informações, dados e resultados relacionados a uma experiência local de implementação dessa agenda, qual seja, a São Paulo Aberta, que é a iniciativa de Governo Aberto da cidade de São Paulo e, por meio de pesquisa exploratória e pesquisa-ação, buscará discutir a capacidade das iniciativas de Governo Aberto enquanto um possível fio-condutor do processo de aprofundamento das experiências democráticas.

Palavras-chave: Governo Aberto. Participação social. Transparência. Inovação tecnológica. Integridade. São Paulo Aberta.

COSTA, Pedro Henrique de Carvalho. **Open Government Policy: The São Paulo City Hall experience.** 2016. Dissertation (Professional Master's Degree in Planning and Analysis of Public Policies) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

Abstract

The idea of opening governments is not something new, however, nowadays many contexts led to a favorable conjuncture so this subject could get in the policy agenda. The crisis in the models of liberal representative democracy; new technologies that propose innovative forms of communication and the part of population yearning for more transparent government revealed an inefficient State, closed and opaque. Thus, the Open Government rises as an instrument of public policy, which intends to deal precisely with this issues and find ways to overcome them. In this context and considering that the Open Government Agenda was idealized for nation States, this work aims to present arguments for the adoption of this agenda by local governments. This innovation action assume that the possibilities for citizen participation, the promotion of transparency and the development of innovative tools that allow the opening of governments may be essential for the urban spaces. This research will be supported by information, data, and results related to one of this experiences, named São Paulo Aberta, which is the initiative of Open Government from the São Paulo city hall and for this, will be use the exploratory research and action-research seeking to debate about the deepening of the democratic process experiences.

Palavras-chave: Open Government. Social participation. transparency. Technology Innovation. Accountability. Open São Paulo.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
1.1 Metodologia	11
2. Quem é representado pela Democracia Liberal?	13
2.1 Uma outra democracia é possível?	16
2.2 Individual ou Coletivo? – Analógico ou “em Rede”?	19
2.3 Conclusões Parciais.....	25
3. A crise da democracia foi para as ruas	27
3.1 Para quem são construídas as cidades?	30
3.2 O mundo olha para as cidades! - ONU Habitat III; ODM/ODS; Rede C-40.....	34
3.3 Conclusões Parciais.....	39
4. O que é Governo Aberto?	41
4.1 Consolidação da Agenda de Governo Aberto	44
4.2 Governo Aberto é progressista ou conservador?	45
4.3. As potencialidades do Governo Aberto	49
4.4 Os eixos que compõe a Agenda de Governo Aberto.....	51
4.4.1 Tecnologia e Inovação	51
4.4.2 Participação Cidadã	54
4.4.3 Transparência	55
4.4.4 <i>Accountability</i> (Integridade Pública)	57
4.5 As experiências de Governo Aberto.....	58
4.5.1 Experiência do Governo Federal Brasileiro	59
4.5.2 Experiências Internacionais.....	62
4.6 Conclusões Parciais.....	67
5. Governo Aberto na cidade de São Paulo	69
5.1 Projetos e Ações de Governo Aberto	71
5.1.1 Criação do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto – CIGA-SP	72
5.1.2 Portal digital, dinâmico e participativo.....	73
5.1.3 LabProdam - Laboratório de Inovação da cidade de São Paulo	74
5.1.4 #GabineteAberto	76
5.1.5 Minutas Participativas	78
5.1.6 Ciclo Formativo em Governo Aberto	79
5.1.7 Programa Agentes de Governo Aberto.....	80
5.2 Análise da formação da Agenda de Governo Aberto.....	81
5.3 Análise da implementação da Política de Governo Aberto	83
5.4 Conclusões Parciais.....	88
6. Considerações Finais.....	92
7. Referências	100
8. Anexos.....	108

1. Introdução

O século XXI trouxe auspícios de mudanças no contexto político-social do mundo. Uma nova onda de manifestações e protestos eclodiu a partir de 2009 e continuam ocorrendo. Assim, como o entendido por Barquero e Vasconcelos¹, esta pesquisa não questiona se a democracia é ou não o sistema político mais adequado para os países no mundo, mas tem como tema central a problematização de questões que apontam para a falta de eficiência da democracia liberal representativa e a sua falta de capacidade de mediação política entre instituições políticas e sociedade.

Em um contexto de crise econômica acentuada, em que os aspectos da dignidade e dos direitos humanos são frequentemente violados por Estados cada vez mais voltados aos interesses do capital, a sociedade mundial se manifesta organizada em rede, buscando soluções que abarquem reformas estruturais que proporcionem emprego, moradia decente, cidades mais humanas e principalmente o maior controle sobre os processos decisórios dos Estados e o aprofundamento de práticas e ações que valorizem a transparência e a integridade pública, com objetivo de fortalecimento do Estado e do combate à corrupção.

Uma vez que cresce na população do mundo o sentimento de descrença com as instituições político-partidárias ao mesmo tempo que se coloca em questão as práticas e os benefícios oriundos do modelo de democracia liberal representativa, esta pesquisa, que se vale da experiência adquirida pelo pesquisador no seu exercício profissional junto à administração pública na implantação da política de Governo Aberto da cidade de São Paulo, junto à Secretaria de Relações Internacionais do município, se justifica por discutir uma auspiciosa política, criada com o intuito de atualizar a administração pública paulistana para a prática de políticas que tangem a relação Estado-Sociedade.

Em síntese, Governo Aberto² é uma Agenda política que busca articular e integrar quatro eixos – participação social, inovação tecnológica, transparência e

¹ “[...] o debate em torno da democracia não é se ela existe, ou não, mas diz respeito a que tipo de democracia é necessário para que o processo de mediação política seja eficiente e considerado legítimo pela população, e, desta forma, auxiliando na promoção da estabilidade político-econômica que fomenta o bem-estar da população.” BAQUERO M., VASCONCELOS C. D., op. cit., p. 2.

² BRASIL. O que é Governo Aberto?, Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/o-que-e-governo-aberto>>. Acesso em: mai. 2016. **A OGP define o conceito de governo aberto por meio de quatro princípios estabelecidos.**

integridade pública (*accountability*) – em todo o ciclo de políticas públicas com o objetivo de promover o fortalecimento da relação entre poder público e a sociedade.

Para além da crise da democracia liberal representativa, acompanhamos o desenvolvimento de novas tecnologias, maior acesso à informação por parte da população e a condição de comparação e questionamento do papel das mídias tradicionais para com a produção de informação e conteúdos dos cidadãos comuns fomentada pelo acesso cada vez maior à internet. Estas questões combinadas formam um cenário político propício para o surgimento de modelos de gestão pública que busquem solucionar o descompasso entre as instituições e a sociedade.

Sendo assim, a exigência por mudanças no paradigma de relação entre Estado e sociedade pode ser capitalizada pela Agenda de Governo Aberto, caso essa esteja voltada para tal esforço.

Desta maneira, o trabalho se faz importante por se propor a sistematizar a aplicação dos conceitos da Agenda de Governo Aberto em uma metrópole brasileira e, com isso, a confluência de questões levantadas nesse trabalho e as informações e experiências relatadas ao longo do seu desenvolvimento, o tornam um registro importante para discutir o contexto de implementação dessa política pública recente.

Além disso, esse trabalho lança luz sobre a temática do Governo Aberto, considerando perspectivas liberais e participativas, conservadoras e progressistas que essa política pode agregar para a gestão na administração pública. Nesse sentido, o trabalho busca responder qual é a capacidade das Políticas de Governo Aberto para mitigar os efeitos da crise da democracia liberal representativa.

A revisão de literatura proposta deve sustentar discussões acerca da crise das democracias liberais representativas e para tal a pesquisa vai se utilizar do referencial teórico de autores que conceituam a democracia liberal representativa e o conceito clássico de democracia, além de autores que apontam a insuficiência e a necessidade de complementariedade do modelo representativo com ações e práticas participativas e que buscam trazer à luz novos modelos democráticos, como o participativo, por exemplo.

No intuito de analisar como os Estados tem respondido as demandas sociais, o trabalho também visa abordar as manifestações ocorridas a partir de 2009 que tomaram diversos países do mundo. Essas manifestações serão analisadas do ponto de vista de sua conceituação enquanto fenômenos, apesar das pautas difusas, com objetivos comuns, como a crítica à democracia liberal representativa e

a decepção com a classe política. Para tal, será utilizado o ferramental teórico de pesquisadores sociais da temática das cidades e movimentos sociais que, juntos, oferecem condições para se entender o porquê das diversas manifestações terem eclodido em um período de tempo relativamente curto e para além de pautas estruturais, como a condução da política macroeconômica e reivindicação de espaços participativos mais qualificados, como a ocupação dos espaços públicos de maneira mais democrática e a exigência por cidades que proporcionem convívios mais democráticos.

Para apresentar os conceitos de Governo Aberto, a pesquisa valeu-se principalmente da revisão de literatura estrangeira devido à maturidade dos conceitos e dos eixos que integram a Agenda de Governo Aberto. Participação social, desenvolvimento tecnológico, transparência e integridade pública são temáticas amplamente debatidas, de maneira conjunta, no exterior e apenas começaram a ser debatidos, de forma integrada, no Brasil há pouco tempo.

Além disso, esta dissertação apresenta um aporte de literatura nacional referente à participação popular e inovação tecnológica, voltadas ao serviço público e aos governos como um todo, áreas nas quais os pesquisadores brasileiros têm se debruçado de forma consistente nos últimos anos.

Partindo desse cenário, este trabalho tem como objetivo introduzir os conceitos relacionados à Agenda de Governo Aberto, problematizar a capacidade das iniciativas de Governo Aberto enquanto um possível fio-condutor do processo de aprofundamento das experiências democráticas e da transição entre democracias liberais representativas para democracias participativas e explorar as diferenças de aplicação dessa Agenda do ponto de vista conservador e progressista. Neste intuito, o trabalho pretende analisar a experiência de aplicação da Agenda de Governo Aberto em âmbito local, a saber, na cidade de São Paulo, e refletir acerca das potencialidades e dificuldades de implementação.

A hipótese que esse trabalho busca validar é a de que a Agenda de Governo Aberto, se tratada apenas enquanto ferramenta técnica e com aplicação sem diretriz política de fortalecimento do Estado, não tem condição de responder aos anseios das cidadãs e cidadãos e suas manifestações nas redes e nas ruas. As Políticas de Governo Aberto são oriundas de um tempo "novo", ou seja, um tempo que já convive com a crise de representatividade e por isso trazem em seu arcabouço teórico e

práticas ferramentas que podem ser utilizadas para aproximar as cidadãs e os cidadãos dos seus governos. Porém o direcionamento progressista é fundamental.

Em governos onde a transparência é utilizada para expor as incapacidades dos Governos de lidar com o dinheiro público e não para o fortalecimento do Estado e a busca pela integridade, certamente as Políticas de Governo Aberto não mitigarão a crise de representatividade democrática liberal, apenas vão acentuá-la, pois, por meio da prática de esvaziamento do Estado se ampliará na sociedade a sensação de incredibilidade e de irresponsabilidade por parte dos governantes.

Já quando as ferramentas de participação e transparência caminham juntas, as Políticas de Governo Aberto tendem a dar mais segurança e informação aos cidadãos e às cidadãs. Ou seja, ainda (caso de um estágio inicial de aplicação da política) que os processos participativos não estejam totalmente implementados, é possível que a população tenha a sensação de maior empoderamento, uma vez que se torna possível começar a entender as lógicas do orçamento público, do processo decisório e, com isso, qualificam sua atuação e suas ações de reivindicação.

Com o objetivo de discutir essas vertentes de aplicação da Agenda – liberal ou progressista - o trabalho se propõe a analisar a experiência de Governo Aberto da Prefeitura Municipal de São Paulo, chamada “São Paulo Aberta”, reconhecida internacionalmente e que se destaca como uma importante experiência brasileira de Governo Aberto.

1.1 Metodologia

Este trabalho utiliza-se da técnica de pesquisa exploratória que segundo Selltitz³:

“Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema[...]. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”

O método da pesquisa exploratória é recomendado para essa pesquisa, uma vez que as temáticas de “Manifestações do século XXI” e “Agenda de Governo Aberto” são temas que ainda estão sendo explorados na tentativa de serem melhor

³ (Selltitz et al., 1967, p. 63). pg. 41 Gil, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

compreendidos pela Academia e sua correlação para discussão de possíveis soluções para a crise da democracia liberal representativa se colocam enquanto nova contribuição para o meio da Administração Pública e para as áreas de Planejamento e Análise de Políticas Públicas, assim como das Ciências Sociais.

O método de pesquisa exploratória proposto para esse trabalho vai se utilizar de:

a) levantamento bibliográfico para temas já tradicionais de estudo como aqueles oriundos aos estudos da democracia e dos movimentos sociais; b) levantamento documental que buscou o aporte de leis e decretos que versam sobre o tema do Governo Aberto, bem como materiais disponíveis em sítio online da *Open Government Partnership – OGP* (Parceria para Governo Aberto), organização internacional que reúne as experiências de Governo Aberto mundiais e nos sítios das próprias iniciativas; c) trabalho de campo, aqui caracterizado como visitas *in loco* (do pesquisador) e relatórios (viagens de colegas envolvidos na prática profissional e na implementação da Política de Governo Aberto) referentes às apresentações institucionais da Política de Governo Aberto, realizadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para complementar a técnica de pesquisa exploratória o trabalho também se utiliza de procedimentos técnicos e metodológicos do chamado delineamento de pesquisa-ação. Segundo David Tripp⁴, "pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática".

A escolha por essa metodologia faz-se pertinente, pois, entre 2014 e 2015, o pesquisador desenvolveu atividade profissional na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), por meio de cargo de confiança de assessor técnico, no qual as atividades foram diretamente ligadas à criação da Agenda e a implementação da iniciativa da PMSP de Governo Aberto chamada São Paulo Aberta.

No exercício profissional do pesquisador foi possível pesquisar boas práticas e atores relevantes para a temática, tanto no Brasil, como no cenário Internacional, além de ter sido possível, em conjunto com a equipe de implementação da política, conhecer *in-loco* experiências em sete países diferentes, a saber: Argentina, México, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Coréia do Sul e China.

⁴ TRIPP, D. **Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica**, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

Esse conhecimento adquirido em paralelo com a experiência na criação e desenvolvimento de programas e ações que compuseram ao longo dos últimos 2 anos a Política de Governo Aberto da PMSP reforçam a escolha por esse método de pesquisa-ação.

Desta forma a pesquisa propõe, também, analisar essa política pública específica de forma que seja possível contribuir para seu aperfeiçoamento e disseminação. Importante destacar que:

"embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática"⁵.

Como a Política de Governo Aberto da PMSP é recente e não há nenhum estudo de impacto de seus programas ou mesmo relatórios e ou análises relacionadas às suas ações, este trabalho também compreende entrevistas com 10 pessoas (assessores técnicos que implementaram a Política, Educadores Populares selecionados no Edital de Formação de Agentes de Governo Aberto), com vistas a tornar o estudo mais robusto do ponto de vista da análise pretendida.

2. Quem é representado pela Democracia Liberal?

Com o advento do neoliberalismo e, por conseguinte, do processo de globalização neoliberal⁶, passaram a existir de maneira mais organizada na sociedade questionamentos relacionados ao modelo democrático hegemônico que potencializa decisões tomadas por reduzidos grupos da classe política e concomitantemente desvaloriza conceitos de participação social e inclusão nos processos decisórios⁷. Esse modelo democrático que se organizou após as

⁵ TRIPP, D. 2005

⁶ "A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país." SANTOS, op. cit., p.30.

⁷ "A democracia liberal se afirmou como um regime político adversário do poder popular, criado nas nuvens etéreas da ciência política dominante, de acordo com as decisões tomadas por um reduzido grupo de dirigentes políticos, desvalorizando o significado originário da democracia, com seu caráter incluyente e participativo". GIACOBBO SCAVO; BEZERRA, op. cit., p.10.

transformações sociais e econômicas oriundas da expansão dos processos de globalização liberal é o modelo conhecido como democracia liberal representativa.

Albuquerque⁸ conceitua esse modelo de forma objetiva quando diz que “a democracia é definida como um método de escolha dos governantes. Mais que isso, a existência de eleições define os regimes políticos: se há eleições periódicas, livres e justas, tem-se uma democracia. Se não há, tem-se um regime não democrático”.

Para Schumpeter⁹, um estudioso das teorias democráticas, “[...] o método democrático é um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”.

No decorrer dessa pesquisa, apontaremos os limites dessa concepção e a profunda crise de legitimidade das instituições políticas, sejam elas partidos ou governos, além do descompasso entre essas instituições e as populações.

Para autores como Giacobbo Scavo e Bezerra¹⁰, essa crise é resultado da aproximação entre o liberalismo econômico e a democracia, uma vez que para eles essa aproximação acarretou no que chamam de *domesticação* da democracia. Esse processo de domesticação se fez necessário para que fosse abandonado qualquer ideal de igualdade e emancipação por meio da democracia, limitando a participação popular e esvaziando seu conteúdo social, afirmando-se como um método político sem efeito sobre as desigualdades e as relações de dominação e de exploração econômica.

Percebe-se, portanto, que este descompasso é efeito direto da democracia liberal representativa, uma vez que, nesse modelo democrático, os processos decisórios e as construções que fomentam e embasam as ações e atitudes políticas concretas são apenas responsabilidades dos eleitos¹¹.

O projeto político e os votos acabam sendo exclusivos dos representantes, quase como uma prática solitária. Desta forma, eles ficam muito mais suscetíveis a

⁸ ALBUQUERQUE, Armando. **Teoria Democrática Contemporânea: de Schumpeter a Mainwaring**. In: Marcelo Novelino; Agassiz Almeida Filho. (Org.). *Leituras Complementares de Direito Constitucional: Teoria do Estado*. 1a. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009, p.4.

⁹ SCHUMPETER, J.A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1961. p. 328.

¹⁰ GIACOBBO SCAVO; BEZERRA, op. cit., p. 5.

¹¹ “Nessa vertente democrática, o ônus da racionalidade não recai sobre os eleitores, mas sobre os representantes eleitos, enquanto os eleitores não decidem sobre políticas concretas, mas escolhem quem vai decidir por eles. Afirma-se uma representação centrada na independência dos representantes frente aos representados e na limitada participação política, relegada ao momento do voto.” GIACOBBO SCAVO; BEZERRA, op. cit., p. 7.

seus interesses privados e interesses que perpassem pelo poder econômico e financeiro. Assim, os eleitores, ou mais concretamente, o povo, fica apartado dos processos decisórios, do *lócus* de maior empoderamento, dos espaços que são determinantes para o planejamento e a construção de novas políticas e práticas que poderiam ir ao encontro dos anseios das populações, caso essas pudessem apontar os caminhos a serem seguidos.

Nessa linha de pensamento, o conceito de desprivatização do Estado exposto no trabalho de Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi¹² expõe críticas importantes. Os autores entendem que por meio dos processos participativos, voltaríamos a discutir maior permeabilidade dos interesses públicos dentro dos governos, colocando as decisões e as práticas políticas menos subordinadas às apropriações privadas.

Como podemos ver, o sistema democrático no modelo liberal-representativo, não é consensual do ponto de vista político e acadêmico e entre suas diversas divisões trabalhamos com duas específicas nesse trabalho que são aquelas que apontam para maior ou menor participação da população nas decisões dos governos.

Para Sartori, a participação popular não deve ser considerada como elemento racional do processo decisório político e esse se coloca de maneira crítica às ideias e estudos que fazem referência à democracia participativa ou propostas que envolvam processos de “radicalização da democracia” e quaisquer outras práticas que apontem para o rompimento com a lógica da representação democrática liberal.

A representação aparece como um remédio contra a 'irresponsabilidade política' do cidadão comum, que quando participa da vida política vive uma 'sobrecarga emocional', uma *overdramatization* das paixões, renunciando à reflexão e ao diálogo, provocando um clima de guerra civil. A participação política direta do cidadão é percebida como uma 'ditadura da maioria' acarretando

¹² “Por otro lado, la participación también ayudaría a una desprivatización del Estado – que se vuelve más permeable al interés público a ser formulado en las instancias de participación de la sociedad y, por tanto, menos subordinado a la apropiación privada de sus recursos. Siendo así, la participación se concibe, fundamentalmente, como compartir el poder de decisión del Estado sobre los asuntos relativos al interés público. Por lo tanto, se distingue de una noción de participación que se limita a la consulta a la población.” DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A.. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: CIESAS/IIH-S, 2006. p. 51.

'distúrbio sem resolver', desvendando 'o poder físico do número' o que não é, absolutamente, um fato desejável.¹³

Neste momento, o que está colocado é um conflito entre questões como: a) a incapacidade do povo de decidir de forma colaborativa, racional e dialogada os melhores caminhos para os governos e as políticas e b) o sequestro dos ideários democráticos de que o poder pertence ao povo e emana do povo, pelos interesses particulares e financeiros.

2.1 Uma outra democracia é possível?

Dagnino, Olvera e Panfichi¹⁴ entendem à luz da teoria democrática convencional, em consonância com Schumpeter, que a política não passa de uma luta pelo poder em busca da vitória nos processos eleitorais para a representação política. Em contrapartida, segundo os mesmos autores, a democracia participativa tem outra perspectiva, cujo fundamento é o alargamento dos conceitos de política por meio de participação cidadã e da ocupação dos espaços públicos onde ocorrem os processos decisórios, formando assim uma proposta de democracia como um sistema articulado de instâncias de intervenção das cidadãs e dos cidadãos nas decisões que lhe dizem respeito e na avaliação dos governos.

O que tem sido possível identificar ao longo da última década é que os indignados¹⁵ que ocupam as ruas e praças querem mudanças, os jovens trabalhadores precarizados querem participar dos processos decisórios, as mulheres querem protagonismo político, as negras e os negros querem respeito e direitos e todos querem, de uma forma ou de outra, participar, ter voz e poder e assim partilhar das responsabilidades e confiar no Estado. Nessas manifestações não existe mais lugar para o paradigma do político profissional e da estrutura hierárquica. Os temas da participação e da representação entraram com força nas pautas políticas¹⁶.

As autoras Ana Clara Ferrari e Laila Bellix¹⁷ contribuem para esse debate ao analisar o descompasso na relação Estado e sociedade e como ele se reflete no

¹³ SARTORI, G.. A teoria da representação no Estado representativo moderno. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1962. p.101.

¹⁴ DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A., op. cit., p.15.

¹⁵ Assunto relacionado aos Indignados e as recentes manifestações ao redor do mundo serão abordadas no próximo capítulo do trabalho.

¹⁶ GIACOBBO SCAVO; BEZERRA, op. cit., p. 15.

¹⁷ FERRARI, Ana Clara; BELLIX, Laila. Governo Aberto: um novo paradigma na relação Estado Sociedade? **Revista Espacios Políticos**, nº 11, ano 16, Argentina, 2015.

perfil e no modo das recentes manifestações de caráter político. As últimas experiências internacionais de contestações sociais e as brasileiras, principalmente a partir de junho de 2013, têm demonstrado que a crescente consolidação da cultura digital e convergente e o uso de novas ferramentas resultam em um novo *modus operandi* da ação política. Esse novo *modus operandi* da ação política resulta de dois fatores fundamentais: 1) a experiência desgastada com a democracia representativa 2) nova cultura digital a partir da inserção na era tecnológica. Isso significa uma nova forma de compreensão, assimilação e difusão das pautas, mas o cerne das demandas por participação permanece como eixo estruturante dos anseios populares rumo à conquista de direitos.

A discussão entre democracias liberais representativas *versus* democracias participativas pode ser compreendida de um ponto de vista que não entende que uma ou outra deve ser a hegemônica. Para Boaventura de Souza Santos, é possível buscar a complementariedade dos dois modelos de democracia citados, mesmo entendendo como iminente o confronto ideológico.

“Um dos conflitos centrais entre Norte e o Sul resultará do confronto entre democracia representativa e a democracia participativa. Esse confronto, que decorre do fato de a democracia representativa rejeitar a legitimidade de democracia participativa, só terá solução na medida em que essa recusa for substituída pelo delineamento de formas de complementariedade entre as duas formas de democracia que contribuam para o aprofundamento de ambas.”¹⁸

Para explicar o significado dos dois modelos democráticos Boaventura cunha dois conceitos. No prefácio de seu volume 1 de sua obra “Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa”, ele nos apresenta o que chama de democracias de “baixa intensidade”:

“[...] a democracia liberal representativa é o modelo hegemônico de democracia no mundo, mas apesar de globalmente triunfante, não garante mais do que uma 'democracia de baixa intensidade', baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social.”¹⁹

¹⁸ Ibid., p. 32.

¹⁹ SANTOS, B. S.. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.32.

E complementa com o que entende por democracias de “alta intensidade”²⁰:

“[...] democracia participativa assumindo nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos em luta contra a exclusão social e a trivialização da cidadania, mobilizados pela aspiração de contratos sociais mais inclusivos e de democracia de mais alta intensidade.”

Para o autor, o primeiro tipo está diretamente ligado aos países do norte e suas respectivas culturas, sendo tradicionais nos países desenvolvidos e com capital financeiro e liberalismo econômico muito consolidados enquanto o segundo conceito que é o de “democracia de alta intensidade” inclusive por questões relacionadas ao fracasso da globalização e o comportamento predatório e colonialista do capitalismo, está ligado diretamente às democracias chamadas de populares.

Apesar do entendimento de que as democracias, chamadas de “baixa intensidade”, ou seja, as democracias liberais representativas são o modelo hegemônico, o autor propõe uma diferenciação em relação aos modelos democráticos do sul, especialmente os latino-americanos, que desenvolveram ao longo de sua história recente alguns mecanismos de participação, tais como: orçamento participativo, mutirões para construções de casas e conselhos e conferências temáticas para discussão e criação de políticas.

O apontamento do autor caminha no entendimento de que, nesse quadro complexo em que o modelo de democracia hegemônico está em cheque e alternativas a esse modelo são sempre rejeitadas geralmente por empoderar o povo em vez do capital, a complementariedade entre democracias representativa e participativa pode suscitar um entendimento de que ambas precisam ser aprofundadas. Deste aprofundamento, podem surgir modelos diferenciados que não necessariamente tornem-se cartilhas ou receituários de progresso, mas que possam ser aplicados de acordo com as necessidades e os graus de maturidade democráticos de um país e de outro.

Entendemos que essa transição não é e nem deve ser de ruptura, sendo assim, é possível identificar hoje, políticas, mesmo quando tímidas e isoladas, que direcionem os governos para buscar diminuir as distâncias entre as instituições, as organizações políticas e as populações.

²⁰ Ibid., p. 32.

No esforço de apontar caminhos possíveis, Ferrari e Bellix²¹ apresentam ideias que podem levar a uma nova forma de diminuir o abismo entre Estado e sociedade, ainda que os desafios estruturais estejam colocados. O primeiro deles, segundo as autoras, é o convívio com as sequelas do desmonte da capacidade de intervenção do Estado aliado ao surgimento de uma nova cultura digital e o papel da tecnologia da informação e comunicação.

Mesmo diante desse descompasso estrutural, as autoras conseguem identificar e sistematizar a essência sobre a qual as pautas contemporâneas se debruçaram, a partir da resposta do Estado para enfrentar a crise, e encontram consonância entre elas.

“As experiências recentes, independentemente do caráter partidário, demonstram que as respostas imediatas encontradas pelos governos para crises pontuais de legitimidade passam pelo menos por um (ou mais) desses três eixos: transparência, participação e integridade (Integridade aqui se compreende como *accountability* ou a prestação de contas por parte do Estado, de forma a prevenir e combater a corrupção). De modo isolado ou articulado, o anseio por essas pautas norteia as agendas colocadas tanto pelos “novos” movimentos quanto pelos tradicionais. E, de maneira geral, essas ações representam o processo de instauração da lógica de “gabinetes abertos”, seja por meio da pressão direta dos processos contestatórios ou indireta, no sentido do governo antever e ser propositivo na resolução de problemas.”²²

Esses três eixos integrados – participação, transparência, integridade – aliado a uma lógica de inovação tecnológica – tanto por parte do Estado quanto da sociedade – compõem o cerne do conceito de abertura de governos.

2.2 Individual ou Coletivo? – Analógico ou “em Rede”?

Um dos produtos da crise do modelo democrático liberal representativo é o afloramento na sociedade de um sentimento ambíguo que pede participação direta nas decisões do Estado, criminaliza e repudia qualquer agente institucional ou estrutura política -- e nega quaisquer argumentos reconhecidos *a priori* como ideológicos ou programáticos.

²¹ op. cit.

²² Ibid,

Somado a isso, existe uma sensação de desconfiança²³ e desafeição dos cidadãos em relação aos governantes e para com as organizações políticas em geral. Essa sensação é compreendida pelos cientistas sociais Davide Giacobbo Scavo e Emanuely Bezerra²⁴ como uma perda progressiva da legitimação popular, fazendo com que as instituições políticas sejam fisiologicamente incapazes de identificarem-se com os sentimentos, os anseios e os interesses das cidadãs e dos cidadãos. Para os autores, espalhou-se por todo o ocidente uma crise geral de confiança nas organizações e instituições, podendo-se constatar a existência de dois mundos distantes e hostis entre eles, aquele relativamente homogêneo, dos políticos profissionais, e aquele variado, dos cidadãos.

O reflexo dessa fissura entre a classe dos políticos profissionais e dos cidadãos projeta-se sobre o entendimento do que são hoje os partidos políticos. Na última década, os partidos políticos vêm perdendo, de forma mais acentuada e sistemática, seu significado perante a sociedade e aos seus militantes, abrindo mão das suas histórias, sendo possível também observar o afastamento das práticas partidárias com os princípios programáticos e ideológicos que os fundaram, estejam eles em qualquer espectro do campo político. Esse afastamento é visível no Brasil, não apenas nos partidos políticos ditos de esquerda, mas em todos aqueles que se estabeleceram no cenário nacional lutando contra a ditadura militar, portanto, a favor do regime democrático.

Desta forma, assistimos um processo acelerado de abandono de pontos importantes relacionados aos partidos políticos tais como: o entendimento de que as lutas e conquistas devem ser coletivas; que o partido deve existir para ser uma caixa de ressonância das expressões existentes na sociedade e, principalmente, o caminho por onde as pessoas, em suas lutas diárias, transformam suas experiências individuais em coletivas para carregar suas convicções e colocá-las em prática em possíveis governos, legislaturas e/ou projetos políticos.

²³ Segundo Ricardo Kaminski, “Uma nova consciência política – rebelde e sem confiança nos aparatos institucionais democráticos e nas relações políticas entre Estado e mercado – fundamenta a crítica e unifica as mais diferentes redes de relações, grupos e classes sociais.” KAMINSKI, Ricardo S. **O sul que emerge do norte: perspectivas teóricas na análise dos movimentos de ocupação e protestos no século XXI.** III Encontro Internacional de Ciências Sociais: Crise e Emergência de novas dinâmicas sociais – Pelotas/RS, out. 2012(a). p. 13.

²⁴ GIACOBBO SCAVO, Davide ; Bezerra, E. M. . **A crise da democracia liberal e o os novos movimentos democráticos.** In: II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014. p. 12.

Segundo Baquero e Vasconcelos, “uma das principais manifestações da democracia representativa contemporânea se refere ao surgimento de padrões de antipolítica que afetam não somente os gestores públicos, mas, sobretudo as instituições políticas [...]”²⁵. Para os tais autores, a antipolítica²⁶ é produto do próprio sistema político que, além de restringir a participação da população na construção do Estado e das suas políticas à corrida eleitoral, ainda produz um sentimento de desconfiança e de alienação política na população, que ainda segundo os autores tem como fim o antipartidarismo²⁷.

Neste momento, podemos apontar uma discussão sobre o lugar de causalidade e efeitos que cada uma das assumpções pode assumir, pois não é possível precisar o que aconteceu primeiro: a) A falência político-ideológica dos partidos políticos; b) o anacronismo e o descompasso dos próprios partidos com a realidade das pessoas comuns; c) as novas lógicas de organização propostas pela massificação da internet e do uso das redes sociais e tecnologias análogas; d) a ação deliberada e já prevista da democracia liberal representativa na produção da antipolítica e do afastamento dos governos e seus governados; e) a desconfiança coletiva das populações do mundo para com os políticos e as instituições políticas.

O entendimento que se encontrou neste trabalho é a compreensão de que a soma de todos os itens acima foi importante para impulsionar as diversas manifestações mundiais do século XXI. Nesse estímulo, Baquero e Vasconcelos²⁸ analisam: “O que existe é incerteza e insegurança por parte dos cidadãos, o que leva os eleitores a perderem a confiança nessas instituições, pois não acreditam que elas sejam capazes de resolver os problemas sociais mais imediatos”. Esses autores aprofundam o argumento e apontam outras questões para além da crescente desilusão acerca da eficiência dos partidos na sua dimensão de mediadores políticos, que são:

²⁵ BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. D. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. 5º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. Curitiba: [s.n.]. 2013. p. 10.

²⁶ “O conceito de antipolítica de acordo com Schedler (1977) se refere a predisposições que buscam: (1) destronar e banir a política da esfera pública; (2) colonizar a política, fazendo com que a esfera pública seja controlada por outros tipos de lógicas a partir de uma alienação da política.” Ibid., p. 10.

²⁷ “Nesse sentido a antipolítica se manifesta (1) contra as instituições políticas; (2) contra a lógica da representação que exclui a maioria da população e (3) contra o poder individual e social. Quando a antipolítica se materializa a consequência subsequente no que diz respeito aos partidos políticos é o fortalecimento do antipartidarismo.” Ibid., p.10.

²⁸ Ibid., p. 7.

[...] a consolidação dos meios de comunicação como agentes de influência decisiva nas orientações políticas dos eleitores e o declínio da identificação partidária com consequências na seleção de candidatos muito mais pela pessoa do candidato do que pela instituição-partido²⁹.

Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que os próprios partidos políticos, assim como as instituições políticas e os governos não se atualizaram ou não acompanharam as mudanças complexas que vêm ocorrendo na sociedade, no sentido de digitalização das demandas e das interconexões. Hoje, eles não passam de redes analógicas, que não contemplam as principais demandas das cidadãs e dos cidadãos comuns, trabalhadores e trabalhadoras precarizados, com dificuldades para cuidar de suas famílias e alijados da possibilidade de ter voz para indicar possíveis caminhos de melhoria das políticas e dos governos.

As populações querem discutir temas diversos, ocupar espaços públicos e se auto-organizar de acordo com suas condições de trabalho e tempo, enquanto os partidos e governos pararam no tempo, não se modernizaram e não entenderam ainda como a tecnologia pode qualificar sua relação com a sociedade.

Tanto Scherer-Warner³⁰ quanto David Harvey³¹, por exemplo, colocam a comunicação em rede como elemento fundamental para a organização das manifestações modernas. Trata-se de um ponto de virada da tecnologia na organização social -- reflexo de uma sociedade inserida na era digital --, um espaço ainda subaproveitado e pouco compreendido pelos partidos políticos e governos. Vale destacar que, quando falamos em inserção de tecnologia, trata-se de um processo mais amplo da transformação da cultura política que deriva da transformação social pela cultura digital. O fato de um partido e/ou governo estar inserido nas redes sociais e/ou disponibilizar para que seus militantes ou simpatizantes acompanhem suas propostas, não deve ser interpretado como um revolucionamento em sua relação com a sociedade. Trata-se apenas do uso da tecnologia para amplificar as práticas tradicionais que as instituições já assumem.

Por fim, mais do que a inserção tecnológica, os partidos, governos e instituições políticas têm uma tarefa e um desafio primordial diante de si: renovar e reestabelecer as conexões com a sociedade; desfazer esse descompasso na interrelação; e encontrar o ponto nevrálgico do afastamento programático e

²⁹ Ibid., p. 4.

³⁰ Scherer-Warner, 2014

³¹ HARVEY, D., 2012

ideológico para resgatar a confiança daqueles que legitimam seus próprios espaços de poder. A distância entre governos, partidos e instituições políticas com a sociedade tem o tamanho da diferença entre suas formas de organização.

A prática tradicional de organização dos partidos políticos se reflete nos governos e parte da utilização da lógica coletivo-analógica, em que se propõem, apesar dos limites, fórmulas colegiadas de discussão e espaços de diálogo presencial que influenciam nas decisões das organizações. O lado limitante dessa forma de organização é a incapacidade de dar dinamismo aos processos decisórios e aos encontros proporcionando inflexibilidade de pautas e temas a serem discutidos, além da total inaptidão das instâncias para lidar com o desenvolvimento tecnológico e as novas ferramentas e soluções de comunicação e relacionamento.

Já a sociedade, após a massificação do acesso à internet e dos meios de comunicação digital, além das novas relações de trabalho, passou a se organizar por meio de outra lógica: a individual-“em rede”. Nesta lógica de organização, é possível que as pessoas estejam conectadas umas as outras, 24 horas por dia, sem mesmo sair de suas residências, ou seja, estando sozinhas. Como exemplo dessa organização, podemos usar as redes sociais, que possibilitam que uma pessoa discuta todos os assuntos que ela tiver interesse, sem profundidade, podendo bloquear ou excluir os argumentos contrários quando lhe convier, ou seja, forma que privilegia o individualismo exacerbado em detrimento do coletivismo.

Revolucionar a relação entre instituições e sociedade passa diretamente por repensar a organização das instituições políticas e romper as lógicas existentes, de forma que os governos e Estados proporcionem o que existe de positivo em cada uma delas, ou seja, fundar o coletivo-em rede.

Entretanto, quando passamos a pensar por meio dessa nova lógica de organização, os nós a serem desatados, que têm origem no descompasso na relação entre Estado e sociedade gerando desconfiança nas instituições, tornam-se ainda mais difíceis porque abrem o flanco para a sociedade repensar a própria forma de organização social: o sistema democrático.

Neste sentido, os partidos não se atrevem a tocar na “vaca sagrada”³² da democracia liberal representativa, seja porque ainda não identificaram esta questão

³² “Hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia liberal, “a vaca sagrada” que nenhum partido se atreve a tocar”. Harvey, D. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

como demanda popular, seja porque não querem romper com o *status quo* e se modificarem internamente para acompanhar essa, que seria uma grande mudança organizativa do nosso século.

Para Ricardo Kaminski objetivamente, o cerne da questão, ou melhor, a linha que perpassa todas as manifestações e protestos político-sociais do século XXI, é:

[...] que se está questionando em tais protestos é a qualidade do regime democrático no capitalismo, a validade e a legitimidade da representação e da classe política, o modelo clássico de democracia liberal representativa e a prevalência dos interesses do capital sobre as demandas sociais da população. No núcleo da crítica dos “*occupies*” está o modelo liberal de democracia representativa, a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas e demandas sociais.³³

Em seu trabalho “O Sul que emerge do norte: Perspectivas teóricas dos movimentos de ocupação e protesto no século XXI”, Ricardo Kaminski interpreta a insatisfação dos movimentos de ocupação/indignados, de modo a entender que esses movimentos apontam para o que pode ser chamado de radicalização da democracia:

Os movimentos de ocupação, portanto, encarnam dimensões que vão muito além da esfera restrita do político. Ao questionarem o modelo democrático representativo e as instituições democráticas consolidadas nos últimos dois séculos, o movimento propõe a 'ocupação' e a radicalização da democracia, no sentido de promover transformações profundas das relações sociais, no intuito da ampliação da cidadania e da participação direta na vida pública.³⁴

Essa radicalização da democracia e participação direta na vida pública não é uma polêmica nova, especificamente na história política brasileira. O grande marco histórico mais recente está no debate em torno da concepção entre democracia representativa e participativa colocada no país durante o fim do regime autoritário, com a redemocratização e o processo Constituinte, nos anos 1980 como pode se entender pelo discurso de Ulisses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte:

³³ KAMINSKI, Ricardo S. **A ágora contemporânea dos indignados**: democracia segundo a transpolítica do Movimento Occupy. XV Encontro De Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil; Teresina/PI, 4 a 7 de set. 2012(b). p.16.

³⁴ KAMINSKI, 2012a, p. 14-15.

Tem significado de diagnóstico o fato de a Constituição ter alargado o exercício da democracia, em participativa além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais. O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo parlamento. A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador. A moral é o cerne da pátria³⁵.

Apesar da grande mobilização popular em torno do processo constitucional que levou à conquista de direitos históricos no país, os anos seguintes mostraram que, ao longo do tempo, o sistema político brasileiro acabou por adotar sistematicamente a lógica da democracia representativa que correspondia melhor aos anseios da elite brasileira, diante da opção pela mudança *lenta e gradual*.

Diante dessa compreensão, portanto, os movimentos contemporâneos brasileiros podem ser considerados reflexos desse processo participativo incompleto. Porém, agora, essas manifestações estão no palanque das cidades e fazem parte do panorama de lutas da agenda urbana que se espalharam por todo o mundo.

2.3 Conclusões Parciais

O neoliberalismo e seu processo perverso de globalização exacerbaram as críticas relacionadas ao modelo democrático hegemônico (liberal representativo) que potencializa decisões tomadas por reduzidos grupos da classe política e concomitantemente desvaloriza conceitos de participação social e inclusão nos processos decisórios. Nesse sentido a democracia liberal representativa se confirmou enquanto um regime adversário do poder popular, desvalorizando perspectivas includentes e participativas.

Essa condição é resultado da aproximação entre o liberalismo econômico e o regime democrático, levando a uma capturação da democracia por parte do poder econômico, promovendo gradualmente o abandono dos ideais de igualdade e emancipação por meio da democracia, limitando a participação popular e esvaziando seu conteúdo social. Com esse processo o modelo liberal representativo

³⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados, Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-\(10-23\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-(10-23).html)>. Acesso em: mai. 2016. *Íntegra do discurso presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães*

afirmou-se como um método político sem efeito sobre as desigualdades e as relações de dominação e de exploração econômica. Nos dias atuais, insurgiram diversos movimentos pelo mundo que estão contestando cada vez com mais veemência esse modelo de democracia.

Essa contestação do modelo liberal representativo traz um momento bastante delicado para a conjuntura política mundial, sendo considerado um momento de crise institucional da Política. Um dos produtos da crise do modelo democrático liberal representativo é o afloramento na sociedade de um sentimento ambíguo que pede participação direta nas decisões do Estado, criminaliza e repudia qualquer agente institucional ou estrutura política -- e nega quaisquer argumentos reconhecidos *a priori* como ideológicos ou programáticos.

Apesar do modelo hegemônico e da crise política institucional a democracia não deve ser um conceito estático ou absoluto, muito menos produto que se instala pronto e de maneira independente do processo histórico. A democracia é, e precisa continuar sendo, um processo dialético, de lutas e de construção permanente possibilitando que as decisões e as práticas políticas se tornem menos subordinadas às apropriações privadas.

Neste caminho, a democracia participativa propõe outra perspectiva, cujo fundamento é o alargamento do conceito de política por meio de participação cidadã onde ocorrem os processos decisórios, propiciando um sistema articulado de instâncias de intervenção das cidadãs e dos cidadãos nas decisões que lhe dizem respeito e na avaliação dos governos.

As populações querem discutir temas diversos, ocupar espaços públicos e se auto-organizar de acordo com suas condições de trabalho e tempo, mas esbarram nas dificuldades impostas pelos próprios partidos políticos e governos que pararam no tempo, não se modernizaram e não entenderam ainda como a tecnologia pode qualificar sua relação com a sociedade.

Por fim, mais do que a inserção tecnológica, os partidos, governos e instituições políticas têm uma tarefa e um desafio primordial diante de si: renovar e reestabelecer as conexões com a sociedade; desfazer esse descompasso na interrelação; e encontrar o ponto nevrálgico do afastamento programático e ideológico para resgatar a confiança daqueles que legitimam seus próprios espaços de poder.

Revolucionar a relação entre instituições e sociedade passa diretamente por repensar a organização das instituições políticas e romper as lógicas existentes, de forma que os governos e Estados proporcionem o que existe de positivo em cada uma delas, ou seja, fundar uma lógica de ação que fomente a organização em rede e os processos de construção e decisão de maneira coletiva.

A crise da democracia liberal que durante anos foi apontada como iminente, principalmente em trabalhos acadêmicos, chegou às ruas e não deve deixá-las até que os sistemas de representação política sejam revistos, reorganizados ou mesmo rompidos.

3. A crise da democracia foi para as ruas

O século XXI trouxe auspícios de mudanças no contexto político-social do mundo. Uma nova onda de manifestações e protestos eclodiram e continuam ocorrendo – desde dezembro de 2009 com a “Revolução Panelaço” na Islândia, devido à grande crise financeira deste país. Essa onda de manifestações teve esse período definitivamente marcado, com a chamada “Primavera Árabe” que tem início em dezembro de 2010³⁶ e pode ser considerada o gérmen definitivo para as diversas outras manifestações que ocorreram pelo mundo. A partir das manifestações árabes, surgiram outros movimentos, como o “Movimento Doze de Março³⁷”, no ano de 2011, em Portugal; o “Movimiento 15-M³⁸”, na Espanha em maio de 2011; e o “Occupy Wall Street³⁹”, que surgiu em setembro de 2011 nos Estados Unidos e que apresentou ao mundo seu olhar para a concentração obscena da riqueza atual no mundo.

No Brasil não foi diferente e por aqui aconteceram diversas manifestações que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”, já no ano de 2013, que colocaram o Brasil no mapa dos indignados. Assim como ao redor do globo, as manifestações no maior país da América Latina foram constituídas em grande parte por jovens e também indicaram pautas difusas. Aqui, o preço das passagens dos transportes públicos, a proximidade com a realização da Copa do Mundo de Futebol

³⁶ BAVA, Silvio Caccia. **A Primavera Árabe**. Le Monde Diplomatique, Edição Especial - Dossiê, n.6, set, 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_det.php?id=6>. Acesso em: 20 jan 2016.

³⁷ Sobre o “Movimento Doze de Março”, conferir <<http://www.movimento12m.org/>>.

³⁸ Sobre o “Movimiento 15-M”, conferir <<http://www.movimiento15m.org/>>.

³⁹ Sobre o “Occupy Wall Street”, conferir <<http://occupywallst.org/>>.

e a violência das polícias militares nas tentativas de coibir as manifestações, foram os elementos principais dessas manifestações.

Em tempo, é preciso entender que todas as manifestações são dialéticas na medida em que, podem ser encaradas tanto em sua individualidade como também podem ser compreendidas pela totalidade de protestos que aconteceram mundialmente. Logo, elas são resultados da combinação entre processo histórico, realidade local e a inserção dessa realidade no contexto global. A partir dessa compreensão geral, é possível avançar nas especificidades e definições conceituais que são próprias da organização das manifestações do século XXI.

Em um primeiro momento, a tendência é que a análise sobre os protestos atuais se dê de forma mais ampla e global, a partir de premissas rapidamente assimiláveis como a amplitude das pautas e o perfil dos participantes. Scherer-Warren⁴⁰ aborda essa caracterização ao se debruçar sobre a pauta e definir os protestos atuais como “manifestações amplas de cidadania e/ou dos indignados” e traçar o perfil dos participantes: agregados de múltiplos coletivos no espaço público. A autora esclarece que as reivindicações desses grupos são geralmente conjunturais, mas se caracterizam principalmente pelas pautas politicamente heterogêneas e diversificadas, podendo ou não conter antagonismos políticos explícitos e com a peculiaridade de serem mobilizados especialmente por meio das redes sociais e/ou virtuais.

Ainda que, com essa análise, Scherer-Warren consiga nos trazer um cenário resenhado sobre o movimento dos indignados, ainda é preciso avançar para compreender esses protestos no atual estágio da sociedade capitalista e urbana. Quem traz elementos para entender esse fenômeno sob esta ótica é David Harvey⁴¹. Segundo o autor, os mais recentes movimentos de massa vêm ocorrendo em países capitalistas sob o Estado democrático de direito. Esse elemento é crucial para compreender as manifestações modernas, pois define as formas de ação e os espaços de disputa.

Harvey atenta para o fato de que em centenas de cidades em todo o mundo, houve uma mesma forma de ação: ocupação de bens públicos por parte de estudantes, trabalhadores, desempregados e aposentados, utilizando as redes de

⁴⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política e Sociedade**. Florianópolis, vol.13, nº 28, p. 13-34, 2014. p.14.

⁴¹ Harvey, op. cit., p. 61.

comunicação alternativas como forma de organização. Uma vez que todos os canais de expressão estão fechados pelo poder do dinheiro, os manifestantes decidiram ocupar os parques, as praças e as ruas “até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas”.

Esse detalhe crucial da interpretação de Harvey⁴², que expõe uma fissura no sistema democrático, não se dá por acaso. Quando os descontentes ocupam as ruas para “se fazerem ouvir”, está evidente que os “espaços oficiais” de diálogo – leia-se os espaços legitimados pelo Estado para exercer a democracia – não cumprem mais a função de ser a conexão entre Estado e sociedade. Existe um descompasso entre as demandas da sociedade e a resposta do Estado, ainda que ambos culminem no debate sobre o aprofundamento da democracia. Esse salto na compreensão é primordial para que se possa entender, inclusive, a origem da amplitude das pautas que falou Scherer-Warren e a falta de sistematização dessas pautas como aponta Ribeiro⁴³: “a insatisfação com a vida nas cidades chegou a tal ponto que houve uma generalização de demandas, culminando numa ausência de foco”.

Em primeiro lugar, é preciso entender que a generalização das demandas não significa desconexão com a realidade, descomprometimento político ou incompreensão das pautas. Ermínia Maricato⁴⁴ aponta que apesar das pautas difusas e não sistematizadas das manifestações modernas, as demandas são concretas e consequências da intensificação da lógica capitalista na organização urbana: “é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos da condição atual das cidades com todas as suas contradições e desigualdades. O boom imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades e o esquecimento da pauta da reforma urbana nas agendas políticas tem aumentado a segregação socioespacial e piorado consideravelmente a condição de vida nos centros urbanos”.

Neste sentido, se para Harvey o foco está nas contradições que emergem da realidade de países capitalistas sob o Estado democrático de Direito, trazendo à luz um fenômeno histórico próprio do século XXI; para os urbanistas e especialistas em

⁴² Ibid., p. 61.

⁴³ RIBEIRO, I. R.. As lutas urbanas e o papel dos partidos políticos. **Temporalis**, v. 2, p. 75-96, 2013. p. 77-78.

⁴⁴ MARICATO, E.. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p.32.

idades e movimentos sociais as manifestações não foram novidade do ponto de vista histórico. A grande concentração de pessoas nos centros urbanos, o aprofundamento do neoliberalismo, as intermináveis crises do capitalismo especulativo e a crise do sistema político baseado em democracias liberais representativas, construíram o cenário ideal para a indignação coletiva.

Portanto, apesar de diferenças em suas abordagens, é possível afirmar que os estudiosos contemporâneos convergem no sentido da compreensão da origem e da organização das convulsões sociais do século XXI. Nenhuma das manifestações e protestos levantados ocorreu no campo, as pautas por mais difusas, apontavam para questões estruturais como a condução da política macroeconômica e reformas estruturais de cunho neoliberal (especialmente em países europeus que sentiram mais a crise de 2008 como: Portugal, Espanha, Itália, Irlanda e Grécia), descrença nas instituições políticas, o não reconhecimento de ações dos governos, a falta de transparência e a exigência de espaços de participação mais qualificados. Ainda assim, as manifestações não ficaram restritas às questões estruturais, mas avançaram sobre questões relacionadas às cidades como: tarifas de transporte, mobilidade urbana, segregação espacial e condição de vida nas cidades.

Sendo assim, as manifestações surgem a partir de uma composição complexa, concreta e, ao mesmo tempo, contraditória que dá origem à indignação coletiva, fruto do nível de desenvolvimento do sistema capitalista, da intensa urbanização das últimas décadas e de uma profunda crise na concepção de democracia, revelando manifestações e protestos de pautas difusas e não sistematizadas com uma forte “vontade de mudança” geral permeada por constante desconfiança dos espaços governamentais, trazendo a rua e os espaços públicos para o palanque.

3.1 Para quem são construídas as cidades?

A ideia de modernização das cidades propõe à população que o espaço urbano é o local ideal para construir suas vidas, é o local onde podem obter o lucro e o luxo, além de, ao mesmo tempo, propor o consumo desenfreado e respirar a profusão cultural e artística.

No Brasil, até os anos 90, esses elementos estavam restritos, em boa parte, às áreas nobres. Ao longo dos últimos 20 anos existiram avanços nas periferias. Esse fenômeno – que se deu mais por uma necessidade de ganho de mercado do que de “desenvolvimento social” – ganhou terreno e ocupou toda a área

urbana possível dos grandes centros. É possível encontrar, hoje, na periferia, shopping centers, espaços culturais e de lazer, parques e condomínios residenciais que vendem uma sensação de conforto aos moradores e moradoras.

O crescimento econômico do país e a sensação de pleno emprego que perdurou na primeira década do século XXI, trouxeram consigo a ideia de que a cidade era um local de encontro e pasteurização das sensações e sentimentos.

Todavia, cabe ressaltar que historicamente, as cidades não foram estruturadas para serem locais de encontros das suas cidadãs e dos seus cidadãos, mas, sim, para atender aos interesses do grande capital ao permitir infraestrutura e acesso a serviços públicos em áreas nobres e inviabilizar o acesso às áreas periféricas, gerando um movimento de segregação social, característica apontada pela urbanista Raquel Rolnik:

“Uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, arborizada, com infra-estrutura completa – independentemente da qualidade desses elementos, que em geral é pouca – e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira, cuja infraestrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que aproxima-se muito mais da ideia de um acampamento do que propriamente de uma cidade.”⁴⁵

A intensificação desse fenômeno de urbanização segregacionista gera um fluxo constante de reprodução das desigualdades, tais como 1) desloca os trabalhadores, para áreas afastadas de seus trabalhos gerando problemas graves de mobilidade urbana; 2) a distribuição não igualitária de infraestrutura de serviços públicos propicia desconexões, descontinuidade e baixa qualidade em várias áreas como educação, saúde e segurança pública; 3) a especulação imobiliária despeja moradores, rompe vínculos com a comunidade e gera espaços ociosos, tanto público como privados. Esse conjunto de questões é conhecido como o fenômeno da gentrificação.

As centenas de manifestações e protestos pelo mundo foram o grito de uma sociedade massificadamente urbana que, por meio da voz dos indignados, retomou as cidades enquanto focos de lutas, tensões e ocupações.

⁴⁵ ROLNIK, R. . É possível política urbana contra a exclusão? . **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

O economista e sociólogo Carlos Vainer⁴⁶ em seu artigo “Quando a cidade vai às ruas” de 2013, fala sobre o movimento de financeirização das cidades:

[...] sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem ao mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (*footloose*), recursos públicos (subsídios, terras, isenções).

No caso do Brasil, além do espaço de disputa que a trabalhadora e o trabalhador, às vezes por meio de movimentos sociais organizados⁴⁷, outrora de forma individual (organizado pelas redes)⁴⁸, travam com os processos descritos acima de financeirização do capital oriundos do neoliberalismo, as cidades brasileiras também sofrem os efeitos do subdesenvolvimento, agravando ainda mais os processos sociais em consequência da profunda desigualdade histórica do país. O Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, segundo relatório⁴⁹ sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)⁵⁰, perdendo apenas para Guatemala, Honduras e Colômbia. Este cenário e os conflitos que derivam dele vão se refletir, eminentemente, nas cidades, uma vez que 80% da população brasileira é urbana. Os elementos derivados que sustentam esse caldeirão de efervescência social são conhecidos e também apontados por Ribeiro⁵¹ como o crescimento da violência, o enorme déficit habitacional associado à valorização e especulação imobiliária e a precariedade da mobilidade urbana.

Por mais que o junho de 2013 seja conhecido como a presença brasileira no marco das manifestações internacionais e tenha sido encarado como um “novo fenômeno” na política local, a emergência de pautas ligadas ao “viver nas cidades” não foi uma surpresa, em nível mundial.

⁴⁶ VAINER, C.; Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. Pg.67

⁴⁷ “As consequentes lutas sociais em resposta a esses problemas urbanos estão presentes de forma relativamente dispersa em diversos movimentos sociais por moradia, espaços públicos, reforma urbana e mobilidade. Esse último aspecto tem tomado um lugar especial na conjuntura atual.” RIBEIRO, I.R., op. cit., pg.76.

⁴⁸ De acordo com definição já apresentada de Scherer-Warren para as manifestações.

⁴⁹ UN-HABITAT; **Estado de las Ciudades del América Latina y el Caribe**, 2012; disponível em: <> acessado em: jan-2016.

⁵⁰ Sobre a “ONU Habitat”, conferir <<http://unhabitat.org/>>

⁵¹ RIBEIRO, I.R., op. cit., pg.76.

Em 2007, o “Relatório sobre a Situação da População Mundial” feito pela *United Nations Population Fund* – UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), já alertava para essas questões e indicava de forma definitiva o “viver na cidade” como foco central de observação e políticas públicas: “Em 2008, o mundo alcançará um marco invisível porém significativo: pela primeira vez na história, mais da metade da população humana – 3,3 bilhões de pessoas – estará vivendo em áreas urbanas”. O relatório segue apontando de que forma está organizado esse processo de urbanização: “a atual concentração da pobreza, o crescimento das favelas e a ruptura social nas cidades compõem, de fato, um quadro ameaçador”. Tal relatório aborda também a questão da problemática ambiental nos meios urbanos: “as cidades também refletem os danos ambientais causados pela civilização moderna”⁵²

Apesar dos apontamentos alarmantes, o relatório da UNFPA se mostrava otimista com os processos de urbanização do mundo: “Os benefícios potenciais da urbanização compensam amplamente suas desvantagens. O desafio está em aprender como explorar suas possibilidades”⁵³. Outra questão a se ponderar também foi levantada neste relatório: o apontamento de que “o futuro dessas pessoas, o futuro das cidades nos países em desenvolvimento, o futuro da própria humanidade dependerá das decisões tomadas agora em preparação para esse crescimento”⁵⁴.

Entre o relatório apresentado pela ONU em 2007 e as diversas manifestações mundiais que começaram em 2009 e que perduram até os dias de hoje, existe a percepção de não resposta dos diversos governos às tensões e problemas encarados e reivindicados nas ruas, reflexos já do esgotamento social, mas que encontram no meio urbano o palco e a voz para repercussão dessas reivindicações. Governos foram trocados, políticas públicas lançadas e o descompasso entre as demandas da sociedade e a resposta do Estado ainda perdura. Esse fenômeno, como já abordamos, afasta as pessoas dos espaços oficiais de disputa política – legitimados pelo Estado – e coloca as pessoas nas ruas e nos espaços públicos, como único e último espaço socialmente legitimado para ser ouvido.

⁵² UNFPA, **Relatório sobre a Situação da População Mundial**, 2007; disponível em: < > acesso em: 08 jan. 2016

⁵³ Id.

⁵⁴ Ibid.

Esse fenômeno intensifica a desconfiança nos governos e no sistema democrático, abrindo espaço para disputas de toda ordem, inclusive sobre a natureza do próprio regime de Estado. Desta forma, assim como a sociedade não se vê representada e “ouvida” pelo Estado, os governos se veem cada vez mais reféns e incapazes de responder às demandas colocadas.

3.2 O mundo olha para as cidades! - ONU Habitat III; ODM/ODS; Rede C-40

Não é privilégio dos governos e das organizações políticas em geral o descompasso entre as manifestações das ruas e as discussões e proposições feitas para respondê-las. Diversos Organismos Internacionais, principalmente os ligados à ONU, têm se movimentado nos últimos anos para congregiar pensadores, pesquisadores e governantes em debates que buscam aprofundar e compreender as dificuldades e os desafios que precisam ser superados no atual cenário mundial.

Diferente da vertente apontada por esse trabalho, os Organismos Internacionais e os atores mundiais que influenciam na Política Internacional, vem realizando esforços para trazer ao centro da Agenda Internacional, única e exclusivamente, o “viver em cidade” como problema a ser resolvido ou dirimido nas próximas décadas.

A lógica liberal tem sido a de buscar proporcionar a sensação de que a vida nas cidades deve tornar-se menos conflituosa para que as populações do mundo arrefeçam seu grau de desconfiança para com os governos e parem ou, ao menos, diminuam seus questionamentos aos sistemas político-econômicos e eleitorais que reforçam o *status quo* capitalista.

As políticas públicas frequentemente apresentadas como solução para uma cidade menos conflituosa, e porque não, mais confortável para se viver, são geralmente relacionadas à ocupação dos espaços públicos, como: revitalização de espaços para tornarem-se espaços de convivência democráticos (que aceitam pobres e mendigos), a introdução da bicicleta como modelo de transporte, a contestação da lógica carrocêntrica das grandes cidades e o fechamento de grandes vias para o lazer – todas elas apontando para novos modelos de ocupação e desenvolvimento das cidades.

Essas pautas, apesar de a priori questionar a utilização da cidade pelas suas elites, quando não inseridas em contextos de conflitos ideológicos latentes – o que significa não serem questionadas, apenas porque são de partido político A, B ou

C – são facilmente aceitas e abraçadas pelas próprias elites, que já têm acesso aos serviços básicos e fundamentais como (educação, saúde e moradia decente), e não tendem a impactar de forma significativa na vida daqueles que se encontram vivendo nas franjas das cidades.

O que podemos observar nos exemplos a seguir, é que a influência na Agenda Internacional de temas voltados à chamada “agenda urbana” tem sido relevante e significativa. A Agenda internacional, além de apontar para questões relacionadas a novos modelos de ocupação e desenvolvimento das cidades, também expõe a necessidade de as cidades discutirem questões como pobreza, desemprego e violências, sejam de gênero, raça ou mesmo oriundas do aparato coercitivo do próprio Estado.

A grande questão a ser colocada sobre as Agendas Internacionais e os Organismos e Atores que as encaminham são suas perspectivas econômicas Liberais. Ao propor uma perspectiva de recorte liberal para entender essas questões – que pressupõe uma compreensão limitada das profundas causas sociais das manifestações e protestos, conforme apontamos no trabalho –, as agendas buscam soluções que passam por políticas públicas aparentemente eficientes, que mais parecem receituários de remédios contra doenças específicas, mas que não curam o verdadeiro mal, perpassando por assuntos de ocupação dos espaços públicos, direito a cidade, redução da emissão de gases estufa, planejamento e desenvolvimento de políticas públicas de mobilidade urbana, entre outras.

São exemplos dessas Agendas Internacionais, os seguintes fóruns e Organizações⁵⁵:

a) Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU Habitat):

A ONU Habitat é o órgão responsável por coordenar as atividades em assentamentos humanos dentro do Sistema Nações Unidas e tem sua sede em Nairóbi. O órgão tem como proposta objetivo problematizar e desenvolver apontamentos de um novo modelo de desenvolvimento urbano, integrando aspecto do desenvolvimento sustentável para a promoção da equidade, bem-estar e prosperidade compartilhada.

⁵⁵ Informações e dados levantados de diversos documentos não publicados pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura Municipal de São Paulo, local de exercício profissional do pesquisador nos anos de 2014 e 2015.

Hoje, em um contexto de dezenas de milhares de refugiados pelo mundo o ONU HABITAT tem como função facilitar o intercâmbio global de informações sobre moradia e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, além de colaborar com países por meio de políticas e assessoria técnica que auxiliam a lidar o número crescente de problemas enfrentados por cidades de todos os tamanhos⁵⁶.

Realizada a cada vinte anos (1976, 1996), a Conferência Mundial do órgão surge como uma oportunidade para discutir e traçar novos caminhos em resposta aos desafios atuais da urbanização, em especial dentro do âmbito do desenvolvimento sustentável.

Em 2016 a Conferência pretende discutir como mobilizar a comunidade mundial e suas políticas públicas em todos os níveis de assentamentos urbanos (metrópoles, cidades médias, pequenas comunidades). A Proposta é a de elaborar a “Nova Agenda Urbana: novas definições que acompanham as mudanças e dinâmicas enfrentadas pelas cidades atualmente”.

Dentro dos diversos objetivos para essa conferencia, destacam-se: a) incentivar o planejamento urbano nacional e a expansão planejada das cidades; b) definir metas de desenvolvimento sustentável.

Fatos de destaque ocorridos nos últimos quarenta anos sobre a temática da ONU-HABITAT:

- Em março de 1972, o Clube de Roma publicou o relatório “Limites do crescimento”, preparado a seu pedido por uma equipe de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT). O relatório provoca controvérsia ao associar o crescimento econômico ao esgotamento dos recursos naturais.
- Realizada PRIMEIRA CONFERÊNCIA – HABITAT I em Vancouver, Canadá, de 31/Maio a 11/Junho de 1976.
- Conferência produziu a Declaração de Vancouver⁵⁷, que foi adotada como resolução da ONU na Assembleia Geral seguinte, com um conjunto de princípios para a melhoria da qualidade de vida das populações, e o Plano de

⁵⁶ **Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – ONU HABITAT**; disponível em: <>, acessado em: mai-2016.

⁵⁷ A Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos estabelece um conjunto de princípios voltados para a melhoria da qualidade de vida por meio de distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico, enfatizando ainda o planejamento e a regulação do uso da terra, a proteção do meio ambiente, o atendimento das necessidades das mulheres e dos jovens e, em especial, o atendimento às populações afetadas por desastres naturais e ou sociais.

Ação de Vancouver, com 64 recomendações para ações nacionais e cooperação internacional.

- Em 1977, foi criado o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat).
- Realizada em Istambul, Turquia, de 3 a 14 de Julho de 1996 a SEGUNDA CONFERÊNCIA– HABITAT II que ficou conhecida como “Cúpula das Cidades.
- Em 2002, o Habitat, através da resolução A/56/206, foi elevado ao status de programa do sistema ONU, tornando-se o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

b) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda pós-2015:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda global com 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030.

O lançamento dos ODS no final de 2015 foi um dos produtos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), e um marco fundamental para orientação da agenda do Sistema ONU para o chamado pós-2015 (ano de “vencimento dos Objetivos do Milênio).

Os ODS incorporam aspectos positivos já existentes nos Objetivos do Milênio (ODM) como, uma pauta focalizada, compartilhada, e orientada por metas e indicadores mensuráveis de progresso rumo aos objetivos e os ampliam, seja pela expansão dos temas, seja pelo processo de consulta bem mais amplo que respaldou sua elaboração, seja ainda por sua aplicabilidade, que engloba tanto os “países em desenvolvimento” como os “desenvolvidos”.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm entre seus 17 pontos de ação, diversos pontos de impacto no “viver na cidade”, uma vez que, como já dito, a maior parte da população mundial vive nas cidades.

São eles: Erradicar a pobreza; Garantir vida saudável; Prover educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem; promover crescimento econômico sustentável e inclusivo contínuo; Reduzir a desigualdade internamente e entre os países; Tornar Assentamentos Humanos e cidades inclusivas, seguras e sustentáveis; Combater as mudanças climáticas e seus impactos; Alcançar sociedades pacíficas e inclusivas, acesso à justiça para todos, e instituições efetivas e capazes; entre outros.

c) Rede de cidades C-40⁵⁸:

A C40 é uma rede global de grandes cidades unidas para discutir o papel dos governos locais no combate aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Atua por meio do desenvolvimento e implementação de políticas e programas que gerem reduções mensuráveis nas emissões de gases do efeito estufa e nos riscos climáticos.

Diversas importantes cidades no mundo participam desta rede, algumas delas são: Estocolmo, São Paulo, Beijing, Copenhagen, Londres, Melbourne, Portland, San Francisco, Seoul, Sydney, Rio de Janeiro, entre outras.

Ao todo, as cidades participantes da rede C-40 representam:

- 58 cidades afiliadas
- 8% da população mundial
- 18% do PIB mundial

As temáticas abordadas e nas quais a rede C-40 incentiva e desenvolve projetos são:

- Planejamento e Desenvolvimento Urbano
- Gestão de resíduos sólidos
- Mobilidade Urbana
- Desenvolvimento econômico
- Energia
- Água

Importante ressaltar que a rede de cidades C-40 foi criada por Mike Bloomberg, ex-prefeito de Nova York e dono de uma das principais empresas de comunicação do mundo, o Grupo Bloomberg. Mike Bloomberg é o presidente da Rede C-40, que tem diretoria rotativa hoje nas mãos da cidade do Rio de Janeiro. Um dos principais parceiros mundiais da Rede C-40 é o Banco Mundial.

⁵⁸ Para maiores informações sobre a C-40 acesse: <<http://www.c40.org/>>

3.3 Conclusões Parciais

A migração de pessoas para os centros urbanos, o aprofundamento do neoliberalismo e a crise do sistema político hegemônico construiu o cenário ideal para a indignação coletiva.

Foi nesse contexto que eclodiram, a partir de 2009, inúmeras manifestações e protestos em diversas cidades do mundo. Deste ponto de vista é possível analisar os protestos de forma mais ampla e global, a partir de fatores compartilhados como a amplitude das pautas e o perfil dos participantes, afinal, em centenas de cidades em todo o mundo houve uma mesma forma de ação: ocupação de bens públicos por parte de estudantes, trabalhadores, desempregados e aposentados, utilizando as redes de comunicação alternativas como forma de organização.

As manifestações surgiram a partir de uma composição complexa, concreta e, ao mesmo tempo, contraditória que dá origem à indignação coletiva, fruto do nível de desenvolvimento do sistema capitalista, da intensa urbanização das últimas décadas e de uma profunda crise na concepção de democracia, revelando manifestações e protestos de pautas difusas e não sistematizadas com uma forte “vontade de mudança” em geral permeada por constante desconfiança dos espaços governamentais, trazendo a rua e os espaços públicos para o palanque.

Todavia, cabe ressaltar que historicamente, as cidades não foram estruturadas para serem locais de encontros das suas cidadãs e dos seus cidadãos, mas, sim, para atender aos interesses do grande capital ao permitir infraestrutura e acesso a serviços públicos em áreas nobres e inviabilizar o acesso às áreas periféricas, gerando um movimento de segregação social. Desta forma as manifestações e protestos também foram um grito de uma sociedade massificadamente urbana e excluída que, por meio da voz dos indignados, retomou as cidades enquanto focos de lutas, tensões e ocupações, demonstrando sua insatisfação com pautas que anteriormente não estavam na Agenda Internacional, como as relacionadas ao “viver na cidade”.

Destaca-se o “esforço” de Organismos Internacionais para dar voz a essas pautas específicas do “viver nas cidades”. Porém, este trabalho entende que este “esforço” compõe um conjunto de escolhas políticas que ao trazerem essas pautas ao centro das discussões, propositalmente deixaram fora do debate que chamamos de pautas estruturantes como: a distribuição desigual do poder político e econômico; os interesses perversos do Capital que impactam diretamente nas condições

precárias das trabalhadoras e dos trabalhadores; além da própria organização das cidades que expulsam para suas franjas a população mais empobrecida.

Dessa forma, os resultados dessas políticas ditadas como receituários pelos organismos internacionais são sempre limitados, em que pesem o fato de enfatizarem a importância da inclusão de temas urbanos ligados à habitação, transporte, etc., esses não se colocam contra a “vaca sagrada” da democracia liberal, pelo contrário, fortalecem discursos que rejeitam importantes discussões acerca de modelos democráticos participativos e temáticas como: a radicalização dos processos de transparência nas ações e práticas governamentais e a necessidade do desenvolvimento e transferência de tecnologia dos países mais ricos para os países mais pobres.

O que podemos concluir é que os Organismos Internacionais, assim como os governos e os partidos políticos, não entendem, ou preferem não entender, como problemas centrais, o que têm sido denunciados nas ruas.

Governos foram trocados, políticas públicas lançadas e o descompasso entre as demandas da sociedade e a resposta do Estado ainda perdura. Esse fenômeno, como já abordamos, afasta as pessoas dos espaços oficiais de disputa política – legitimados pelo Estado – e coloca as pessoas nas ruas e nos espaços públicos, como único e último espaço socialmente legitimado para ser ouvido.

Porém nem tudo deve ser encarado com pessimismo. Despontam no cenário internacional e recentemente fortalecida enquanto uma agenda não só de países, mas principalmente de cidades, diversas iniciativas de governos que buscam se abrir para outras formas de atuação, como o aumento da transparência, criação de mecanismos e ferramentas participativas e o combate à corrupção. As pautas relacionadas a abertura de governos não são novas, mas com o desenvolvimento tecnológico atual podem tornar-se auspiciosas, podendo trazer para as organizações políticas que a adotarem, novas e potentes possibilidades de interlocução e relacionamento com a sociedade.

4. O que é Governo Aberto?

Segundo Sandoval-Almazan, a ideia de “abrir” governos não é uma proposta nova, pelo menos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948⁵⁹, existe uma preocupação mundial em garantir os direitos dos cidadãos perante seus governos. De forma contínua e crescente, passando por documentos como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966⁶⁰ e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção⁶¹, de 2003, governos e organizações de todo o mundo discutem como tornar os processos políticos organizados no Estado mais claros e acessíveis para os cidadãos⁶².

“The idea of openness in public administrations is not new. However the spreading use of information systems and technological advances in modern societies has attained new information demands and claims. Moreover, citizens are more aware about problems, policymaking, debates and budget affairs than ever because this new trend of spreading information. Following this idea, the democratic participation (Heckmann, 2011) is evolving into a more interactive web relationship (Francesco De Angelis, 2010; Mantilla, 2009; Petrik, 2009) and general values of the public administration are evolving (Bannister, 2011). Open government has become a confusing and ambiguous idea. The fast changing evolution of technologies and the widespread trend of electronic government around the world, has become the accelerator for this notion as the initiative of Open Government Partnership, or the Open Government Directive launched by the Obama’s Administration on 2009 (White House, 2009), and the very recent Open Government License from the UK government (Government, 2011). This is one of the possible reasons for the misunderstanding. Another reason is that many governments, at different levels – local, state and federal – and with different degrees of development, have followed diverse directions and interpretations about the open government idea.”⁶³.

Também não é novo o cenário mundial que congrega impasses relacionados aos limites da democracia liberal representativa já tratadas neste trabalho e o surgimento de processos de convulsão social, a saber, as manifestações que eclodiram por diversos países do mundo em um período de apenas seis anos.

⁵⁹ UN. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

⁶⁰ UN. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>, acesso em: 08 jan. 2016.

⁶¹ UN. **Convenção das Nações Unidas contra a corrupção**. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

⁶² PREFEITURA de São Paulo. **Governo Aberto no mundo**. Disponível em: <>. Acesso em: 20 fev. 2016.

⁶³ SANDOVAL-ALMAZÁN, Rodrigo. **The Two Doos Perspective: as assesment Framework for Open Government**. JeDEM 3(2), 166-181, 2011. p.167.

O Fato histórico deste fenômeno recente é que os meios de informação e comunicação dispuseram de tal avanço tecnológico, que podem impulsionar a utilização de novas tecnologias no dia-a-dia das pessoas e por parte dos governos, além de estarem levando as discussões referentes à abertura de dados governamentais para um novo patamar na agenda política. Terminologias e conceitos como governo eletrônico, participação digital e *accountability* têm composto o que chamamos de Agenda de Governo Aberto.

Para além de impulsionar e potencializar as demandas por governos mais transparentes e abertos à participação social, o avanço tecnológico dá a oportunidade aos governos e organizações políticas em geral, que respondam essas demandas com inovação e integridade, de forma a prezar pela integridade das informações e pelos dados públicos.

É nesse sentido que introduzimos a Agenda de Governo Aberto, que tem sido recentemente trabalhada e implantada em muitos governos, nacionais e/ou locais, e que surgiu com força no cenário internacional após o contexto de manifestações mundiais.

A proposta de governo aberto deve ser compreendida como uma iniciativa do Estado para ampliar a zona de confluência⁶⁴ entre Estado e Sociedade no sentido de corrigir distorções do atual modelo de democracia liberal e, dessa forma, transformá-la em sua perspectiva caminhando para a construção de uma democracia participativa ao permitir que se aumente a transparência, as ações de integridade e fiscalização social efetiva e o diálogo participativo em instâncias de decisão com a sociedade.

Os governos nacionais e também os locais, apresentam iniciativas diversificadas dentro da Agenda de Governo Aberto, modelos que se adequam de acordo com suas potencialidades e deficiências de gestão e de perfil político, por exemplo, levando a um número grande de experiências.

O Governo Aberto se propõe a ser um pacto para a renovação de governos e de suas relações com a sociedade, uma forma de alargamento da esfera do Estado com vistas a permitir a viabilização de canais de interlocução entre diferentes atores para fomentar a busca por soluções para melhoria efetiva das políticas públicas.

⁶⁴ FERRARI, BELLIX, op. cit.

Considerando que a incorporação da tecnologia nos meios de comunicação mudou a forma de interação cotidiana entre as pessoas é premente que um dos desafios das instituições públicas seja se adequar também a esse mundo.

[...] uma mudança do paradigma da gestão pública para esta governança democrática e aberta, que efetivamente use as redes digitais e as mídias sociais para acelerar e facilitar o processo que é certamente um caminho importante e deve ser um dos objetivos a serem alcançados.⁶⁵

Uma forma de avançar na interlocução, portanto, é explorar o meio digital para aproximar o debate político do dia-a-dia das pessoas nos meios que elas já utilizam para as relações sociais. Neste sentido a dinâmica virtual agrega em termos de capilaridade na interação direta com os cidadãos.

[...] um Governo Aberto é aquele que estabelece uma constante conversação com os cidadãos com a finalidade de ouvir o que eles dizem e solicitam, que toma decisões baseadas em suas necessidades e preferências, que facilita a colaboração dos cidadãos e funcionários no desenvolvimento de serviços prestados e comunica tudo o que é decidido de forma aberta e transparente.⁶⁶

A partir dessas caracterizações, surgiram parcerias e pactos internacionais que compreendem o governo aberto como uma estratégia para potencializar, simultaneamente, alguns compromissos⁶⁷ como a melhoria dos serviços públicos, o aumento da integridade pública, a gestão mais efetiva dos recursos públicos, a criação de comunidades mais seguras e o aumento da responsabilidade corporativa.

Desse ponto de vista, a abertura e a renovação dos governos e de suas governanças são efetivadas por meio do desenvolvimento de duas frentes articuladas: ferramentas tecnologicamente inovadoras que possibilitem a aproximação com os cidadãos e cidadãs; e processos participativos, transparentes e íntegros.

⁶⁵ SAMPAIO, R. C.. Do conceito de governo aberto às suas relações com a e-democracia. In: PIMENTA, M.; CANABARRO, D.. (org.). **Governança Digital**. 1a ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. p.18.

⁶⁶ Governo Aberto “es aquel que entabla una constante conversación con los ciudadanos con el fin de oír lo que ellos dicen y solicitam, que toma decisiones basadas en sus necesidades y preferencias, que facilita la colaboración de los ciudadanos y funcionarios en el desarrollo de los servicios que presta y que comunica todo lo que decide y hace de forma abierta y transparente” CALDERÓN; LORENZO, 2010 apud RAMÍREZ-ALUJAS. **Gobierno Abierto es la respuesta... ¿Cuál era la pregunta?**. I Congreso Internacional en Comunicación Política y Estrategias de Campaña, Madrid, 2012. p. 4. Disponível em: <https://www.academia.edu/3013879/Gobierno_Abierto_es_la_respuesta_cu%C3%A1l_era_la_pregunta_Versi%C3%B3n_original_extendida_>. Acesso em: 25 out. 2015.

⁶⁷ BRASIL. **Declaração de Governo Aberto**. Parceria para o Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>. Acesso em: 29 de out. de 2015.

4.1 Consolidação da Agenda de Governo Aberto

A Agenda de Governo Aberto entra no cenário internacional, enquanto discussão organizada, por meio da busca de uma Agenda Política comum entre Estados Unidos e Brasil.

A Casa Branca, após a vitória nas urnas de Barack Obama em 2008, passa a desenvolver conceitos, que logo se transformam em ferramentas de governo, utilizando-se da cultura hacker. Conceitos hacker como *Open Data* e *Open Knowledge*, em português, Dados Abertos e Conhecimento Aberto, passaram a ser incorporados na gestão pública daquele país.

Esse conceito “*Open*” propõe uma cultura de Governo que fomente a transparência ativa e a integridade dos dados e informações públicas. Assim, em 2011, quando o mundo encontrava-se no auge das manifestações, entendeu-se que esses conceitos, ainda em momento de organização e consolidação, poderiam ser norteadores do que podemos chamar de uma “gestão pública 2.0”.

Enquanto os Estados Unidos, impulsionado pela campanha vencedora de Barack Obama, desenvolviam ferramentas e aplicações voltadas para o fomento da transparência e dos serviços digitais, o governo brasileiro estava desenvolvendo ações e fortalecendo órgãos que pudessem atuar no combate à corrupção. Destes esforços, a princípio isolados, surgiu a sinergia que possibilitaria que os dois países pudessem trabalhar em conjunto pela Agenda de Governo Aberto.

Desta forma, com a liderança Estados Unidos e Brasil, foi criada em 2011, a “*Open Government Partnership*” (OGP⁶⁸ - Parceria Para Governo Aberto) com a finalidade de fomentar e divulgar práticas governamentais relacionadas à transparência, ao acesso à informação pública íntegra e à participação das pessoas nos governos.

Além da liderança de Brasil e Estados Unidos, a criação da OGP também incluiu mais países: África do Sul, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido. Atualmente são 69 países participantes. Para integrar a OGP, faz-se

⁶⁸ “Em setembro de 2011, oito países e nove organizações da sociedade civil anunciaram a criação da Parceria para Governo Aberto, ou OGP. O lançamento é marcado politicamente pela adesão à Declaração de Governo Aberto, na qual os países reconhecem uma maior demanda por abertura pela sociedade, aceitam que os países envolvidos precisam enfrentar metas diferentes e aceitam a responsabilidade de fortalecer em seus governos a transparência, a integridade, a participação social e o acesso a tecnologias que promovam maior permeabilidade entre governo e sociedade.” NEVES, O.. **Evolução das políticas de governo aberto no Brasil**. VI Congresso de Gestão Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/092.pdf>. Acesso em: 20 out 2015.

necessário que o postulante comprometa-se com a Declaração de Governo Aberto⁶⁹, subscrevendo-a, além de desenvolver um plano de ação voltado a alguns compromissos que deem destaque aos seus princípios.

É importante ressaltar que o plano de ação a ser desenvolvido pelos países para fazerem parte da OGP não pressupõe de nenhuma diretriz política prévia da Parceria de Governo Aberto, ou seja, os Estados interessados estão livres para discutir e debater, ou não, com suas cidadãs e seus cidadãos os projetos, programas e ações a serem implantados e desenvolvidos.

4.2 Governo Aberto é progressista ou conservador?

Assim como temos uma disputa de narrativa em torno das democracias, sendo elas, liberal representativa e participativa, também estão em disputa as narrativas políticas acerca da implementação das experiências e da Agenda de Governo Aberto. Esta disputa de narrativa também está, de certa forma, atrelada à disputa apresentada por Boaventura de Souza Santos como um embate entre as democracias do norte e do sul.

Para entender tal disputa, faz-se importante conceituarmos o que o trabalho considera conservadorismo e, por conseguinte, o neoconservadorismo, e também o contraponto, que se expressa na aplicação de uma Agenda progressista e suas políticas. É importante reforçar que, por ora, assim como outras agendas, o conceito de governo aberto pode variar de acordo com o regime e a visão política de cada governo. Porém, mesmo sendo reivindicado e aplicado por diferentes esferas da disputa, a aplicação integral do conceito de governo aberto, enquanto articulador efetivo dos quatro eixos – participação, transparência, inovação tecnológica e integridade – só terá condições de promover as potencialidades que se dispõe, principalmente no âmbito do fortalecimento do Estado, da relação com a sociedade civil e a promoção da cidadania, se optar pela esfera cujo objetivo é a ampliação da efetividade da democracia participativa e não conservadora.

O pensamento político-econômico conservador é formado por princípios e práticas políticas que valorizam a manutenção das tradições e, a princípio, são avessos às reformas radicais. Neste sentido o conservadorismo é aquilo que valoriza os pré-conceitos, considerados balizas para uma orientação de ação social e política racional. Para os conservadores as reformas só são aceitas se tiverem o

⁶⁹ BRASIL, op. cit.

intuito de aprimorar os ganhos daqueles que fazem parte do *status quo* e preservar a tradição já devidamente testada e experimentada.

Porém, nos últimos 40 anos o pensamento conservador passou por mudanças significativas e consideráveis, pois esteve diretamente envolvido em conflitos com as práticas do neoliberalismo⁷⁰. O pensamento neoliberal pressupõe mudanças relativamente rápidas e profundas, a partir das quais o capitalismo imprime nas tradições sociais, políticas, culturais e econômicas novos conceitos e perspectivas, o que no momento fundador do pensamento conservador, era inimaginável.

Os conflitos e as reações conservadoras ao pensamento e à prática neoliberal, que surgia de forma organizada na política econômica mundial e obteve seu destaque por meio da Administração de Ronald Reagan eleito presidente em 1980 nos Estados Unidos, começou a ser superada no concomitante governo de Margareth Thatcher na Inglaterra. Essa conciliação entre os pensamentos neoliberal e conservador, ocorreu por meio da escolha de Thatcher, por compor sua política com elementos das duas vertentes⁷¹.

Ao final de sua administração, os conservadores portavam-se menos reativos às mudanças institucionais no interior do capitalismo. Saiu fortalecido o argumento de que se o capitalismo expressa a natureza comercial dos homens, as reformas que servirem à ampliação das liberdades de mercado estarão de acordo com essa natureza. Isso implica: desregulamentação, liberalização, privatizações e reformas tributária, fiscal, monetária, trabalhista, entre outros encaminhamentos político-institucionais. Deste momento em diante, o pensamento conservador não foi o mesmo, abrindo caminho para o que chamamos hoje de conservador moderno, ou neoconservador.

A partir deste momento, passa a ser moldado o chamado neoconservadorismo. Os neoconservadores não se opõem às mudanças como um todo, mas apenas àquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas⁷².

⁷⁰ SOUZA, Jamerson M. A. de. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 199-223, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁷¹ SOUZA, Jamerson M. A. de. 2015.

⁷² Ibid..

Ou seja, para o neoconservadorismo, independente das mudanças aplicadas no sistema capitalista, o importante é a manutenção das estruturas de poder, por meio das quais aqueles que já dominam os meios de produção, os meios de comunicação e o poder político, continuem mantendo o *status quo*.

Bresser Pereira⁷³ ratifica esse pensamento e avança dizendo que o pensamento conservador moderno parte do pressuposto de que as classes dominantes - que representam a ordem estabelecida - possuem o monopólio do conhecimento, da cultura, da verdade, da racionalidade e da própria justiça.

Com essa conceituação feita, é possível entender o porquê do surgimento das diversas manifestações ao redor do mundo. Todas elas trazem em seu seio a transformação de paradigmas. Como apontado neste trabalho, as manifestações indicam o desgaste da democracia liberal representativa, demandam e propõe novas práticas políticas e modelos de democracia que empoderem as chamadas minorias, ou seja, não se preocupam com a manutenção dos modelos tradicionais e já consolidados, pois entendem que esses não atendem mais às necessidades populares.

Uma vez conceituado o pensamento conservador e neoconservador e identificando nessas práticas que inviabilizaram o atendimento, por parte dos governos, das demandas manifestadas nas ruas por mais direitos e por maior participação nas instâncias decisórias dos governos, entende-se que o desafio é propor uma discussão que aponte para caminhos construtivos de novas pontes entre sociedades e governos.

Deste modo, o entendimento desse trabalho é o de que a pergunta que deve ser respondida não é se o Governo Aberto é progressista ou conservador, mas que tipo de abertura de governo se propõe quando se está sob a égide de uma lógica conservadora e/ou neoconservadora nos governos? Ou também, para quem serve este tipo de “abertura de governos”?

Sendo assim, é importante recapitular, que o que está em questão é o rompimento com os modelos tradicionais de democracias vigentes. O que se discute no mundo não é se a democracia em si deve ser substituída por um novo modelo de

⁷³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia Conservadora e Economia Progressista, **Revista de Economia Política**, vol. 5, nº 4, out.-dez.1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/20-1.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

organização social e político, mas sim, a possibilidade de superarmos os limites da democracia liberal representativa.

Para tal, é importante que apresentemos então, os conceitos do progressismo, que neste ponto da discussão, parece ser um conjunto ideário que está alinhado com as demandas das manifestações e tem em seus paradigmas a busca pelo rompimento com as práticas das democracias liberais representativas.

Para Bresser-Pereira⁷⁴, progressista é quem está mais preocupado com a justiça do que com a ordem. É quem quer transformar o mundo, torná-lo mais igual, mais justo e mais livre. É quem reconhece que a racionalidade pode também estar com as trabalhadoras e os trabalhadores, com os demais setores marginalizados da sociedade, e que a justiça está geralmente - mas não necessariamente - com eles.

Nesse sentido, o termo Progressista é utilizado para designar políticas favoráveis a mudanças mesmo com prejuízo da conservação da tradição e das leis. O progressista não é um radical pelas mudanças mas alguém disposto a arriscar em nome de um desenvolvimento econômico maior, de uma melhor distribuição de renda, de uma estabilização de preços menos custosa socialmente. Para finalizar, as forças progressistas se caracterizam pela garantia dos direitos sociais das populações.

Avaliando a discussão proposta até o momento e trazendo elementos do Manifesto do movimento 15-M⁷⁵, é possível identificar que os protestos ocorridos foram e continuam sendo de caráter progressista. É importante, neste momento diferenciarmos a orientação dos protestos e manifestações, progressistas, das respostas dadas a eles que foram majoritariamente conservadoras, utilizando-se inclusive e não apenas, de violência por parte do Estado.

Apesar do debate dos últimos anos ser polarizado e caracterizado pela desconfiança por parte da população em relação aos seus governos democraticamente eleitos, a democracia liberal representativa continua sendo

⁷⁴ Ibid..

⁷⁵ “Somos personas normales y corrientes. Somos como tú: gente que se levanta por las mañanas para estudiar, para trabajar o para buscar trabajo, gente que tiene familia y amigos. Gente que trabaja duro todos los días para vivir y dar un futuro mejor a los que nos rodean. Unos nos consideramos más progresistas, otros más conservadores. Unos creyentes, otros no. Unos tenemos ideologías bien definidas, otros nos consideramos apolíticos... Pero todos estamos preocupados e indignados por el panorama político, económico y social que vemos a nuestro alrededor. Por la corrupción de los políticos, empresarios, banqueros... Por la indefensión del ciudadano de a pie. Esta situación nos hace daño a todos diariamente. Pero si todos nos unimos, podemos cambiarla. Es hora de ponerse en movimiento, hora de construir entre todos una sociedad mejor”. 15-M, Occupy, **Democracia real ya**. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>>, acesso em: 17 abr 2015.

hegemônica. O mesmo podemos apontar para as experiências mundiais de Governo Aberto. Não obstante as experiências e práticas participativas em alguns modelos democráticos, as pautas de transparência e integridade pública – principalmente o combate à corrupção – ganham maior relevância no cenário internacional.

4.3. As potencialidades do Governo Aberto

Este trabalho se apoia no pressuposto de que, a Agenda de Governo Aberto e seus princípios, se aplicados de maneira a respeitar e pactuar com os preceitos conservadores e neoconservadores, apenas reforçam as práticas já estabelecidas nos Governos. Para que o Governo Aberto possa ser o fio condutor do processo descrito por Boaventura Santos e citado nesse trabalho, como “complementariedade dos modelos de democracia representativa e participativa”, a Agenda de Governo Aberto deve efetivamente dar respostas às populações e movimentos que foram e ainda estão nas ruas e com isso, se descolar das práticas conservadoras.

As ações de Governo Aberto devem buscar o rompimento com a agenda programática neoconservadora e avançar com propostas de orientação progressista gerando políticas que busquem empoderar os “indignados” e refazer a ligação entre governo e sociedade.

Dado este cenário, o Governo Aberto dá condições para uma mudança do papel político do poder público possibilitando o combate nas práticas diárias dos ranços autoritários que ainda persistem em suas estruturas e abre espaço à transformação social, favorecendo a conscientização dos cidadãos acerca de seus direitos e deveres. Suas ações também abrem espaços para entendermos o desenvolvimento de uma nova forma de sociabilidade política na relação entre Estado e sociedade, principalmente quando praticadas em âmbito local.

Esta pesquisa compreende que a aplicação da Agenda de Governo Aberto em âmbito local potencializa os objetivos da pauta e gera benefícios que diminuem a discrepância entre o Estado e sociedade e, mais do que isso, apontam para o início de uma reforma mútua na forma como o próprio Estado se organiza e como a sociedade se relaciona com ele. Nesse sentido foram elencados alguns pontos que corroboram com essa afirmação:

- a) “Os cidadãos sentem que sua administração é mais próxima, posto que esta é capaz de dar respostas às necessidades e problemas apresentados”⁷⁶.
- b) “A administração também se beneficia do interesse dos cidadãos, que participam ativamente da melhora dos serviços públicos, não apenas com sugestões e propostas, mas também com conteúdo gerado por eles mesmos por meio de ideias, iniciativas e projetos criados, criando um espírito colaboracionista entre Estado e sociedade”⁷⁷.
- c) “Aumenta a qualidade, efetividade e rapidez da resposta que o governo/administração dá a seus cidadãos”⁷⁸.
- d) “Fortalecimento e aprimoramento da atuação de movimentos sociais. A proliferação de ferramentas de transparência e a garantia do direito de acesso à informação, nesse sentido, fortalece a atuação de movimento sociais que fiscalizam a atuação do Estado. É a partir desse processo que se busca reduzir a assimetria de informações existentes entre poder público e sociedade”⁷⁹.
- e) “A construção de processos formativos na área de transparência e uso de novas ferramentas participativas é fomentado e concretamente aplicável no âmbito municipal. Esse processo contribui para a descentralização política e administrativa da gestão pública”⁸⁰.
- f) “o desenvolvimento de ações territorializadas de modo a dar sentido ao tema abstrato do governo aberto”⁸¹.

⁷⁶ RAMÍREZ-ALUJAS. **Gobierno Abierto es la respuesta...** ¿Cuál era la pregunta?. I Congreso Internacional en Comunicación Política y Estrategias de Campaña, Madrid, 2012. p. 4. Disponível em: <https://www.academia.edu/3013879/Gobierno_Abierto_es_la_respuesta_cu%C3%A1l_era_la_pregunta_Versi%C3%B3n_original_extendida_>. Acesso em: 25 out. 2015.

⁷⁷ Ibid..

⁷⁸ Ibid..

⁷⁹ BELLIX, L., CAVALCANTI, G. V.. **Municipalização do governo aberto: uma agenda de desafios e oportunidades**. II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, UNICAMP, Campinas, 2015.

⁸⁰ Ibid..

⁸¹ Ibid..

4.4 Os eixos que compõem a Agenda de Governo Aberto

Nas seções a seguir apresentaremos as dimensões de transparência, participação cidadã, *accountability* e tecnologia e inovação, os princípios de Governo Aberto⁸².

4.4.1 Tecnologia e Inovação

A inovação tecnológica deve ser o elemento transversal que fortalece as práticas e possibilita as ações dos outros eixos. A intersecção entre inovação tecnológica, participação cidadã, transparência e promoção da integridade pública ainda é pouco praticada. As novas tecnologias oferecem oportunidades para a troca de informações, participação pública e colaboração.

Dito isto, faz-se importante apontar para a existência de um grande descompasso entre as tecnologias disponíveis no mercado e a utilização da tecnologia por parte dos governos, principalmente quando esses governos estão localizados em países subdesenvolvidos.

A baixa maturidade do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a desatualização dos seus parques tecnológicos e principalmente, a ideia de exclusão digital dos cidadãos nos países subdesenvolvidos é um grande problema para a aplicação de políticas e ações que podem e devem se beneficiar da interconexão proposta pela internet e pelas redes sociais. Para os autores Ribeiro, Merli e Silva⁸³ :

A ideia de inclusão digital nasce da percepção de que o surgimento de um conjunto de tecnologias de comunicação, baseadas em linguagem binária (digital), se configura hoje como uma nova fronteira para a inserção do indivíduo na vida social. Ter a possibilidade de acessar informações, serviços públicos, compartilhar vivências on-line, produzir e difundir conhecimento através da Internet passou a ser uma característica da própria noção de cidadania.

Ou seja, não é apenas a falta de tecnologia de ponta ou mesmo de recursos financeiros para a compra de equipamentos e sistemas os problemas enfrentados pelos governos, principalmente nos países subdesenvolvidos, mas também e

⁸² BRASIL. **Como funciona o Governo Aberto**. Parceria para o Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/como-funciona>>. Acesso em: 29 out. de 2015.

⁸³ RIBEIRO, C. T.; MERLI, D.; SILVA, S. P. D. Exclusão Digital no Brasil e em Países emergentes: um panorama da primeira década do século XXI. In: PEREIRA; BIONDI. (org.). **Caminhos para a universalização da internet brasileira**. São Paulo: Interviços, 2012.

principalmente a falta do que chamamos de intimidade com as tecnologias e/ou a completa exclusão digital de parte considerável das cidadãs e cidadãos.

Entendemos por falta de intimidade com as tecnologias, o uso restrito das cidadãs e dos cidadãos das redes sociais e os aplicativos de comunicação direta que permitem que as informações possam ser consumidas como se estivessem sendo transmitidas por aparelhos de TV. É importante apontar que não existe julgamento de valor sobre esse tipo de utilização, apenas que essa é uma questão na qual os governos têm que lidar quando criam canais de contato por meio das redes sociais.

De qualquer forma, a prestação de serviços digitais tem sido forma escolhida pelos governos que se utilizam das tecnologias de informação e comunicação para se relacionar com as cidadãs e os cidadãos. Essa escolha não está restrita aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Os governos no mundo têm escolhido essa via.

Podemos citar diversos casos estudados ao longo do exercício profissional para exemplificar, mas nesse sentido a prática mais contundente é a utilização, em todo os Estados Unidos, da solução chamada Open 311, que disponibiliza uma série de ferramentas atreladas a serviços, permitindo a identificação de fluxos de atendimento e geração de relatórios sobre as demandas de cada cidadã e cidadão. A ferramenta Open 311 é basicamente uma solução *web* que, tendo os fluxos internos de atendimentos de demandas desenhados pelos governos, aplica de forma automatizada esses fluxos, inclusive avisando posteriormente o reclamante sobre qual o *status* de sua solicitação.

Como apontado por José Carlos Vaz⁸⁴, especialista em uso de tecnologias no setor público, essas escolhas não são neutras, isto é, sem perspectiva política e impacto social. Para o autor, tais escolhas fazem parte de uma disputa de concepções sobre que tipo de modernização se quer na administração pública. Uma modernização de ganhos eficientes, voltados para o atendimento ao cidadão que preserva as estruturas de poder, em geral focando-se na disponibilização de sistemas e serviços para ampliar o conforto e a rapidez com a qual os cidadãos acessam um serviço ou uma modernização que busque dilatar o exercício da

⁸⁴ VAZ, J.C. **Governo eletrônico e revisão de processos básicos da administração pública: superando o falso conflito entre eficiência e transparência**; XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, nov. 2008(a). p. 8.

cidadania e promova processos progressivos de ampliação das práticas participativas e decisórias da população.

O que as manifestações ao redor do mundo mostraram é que, apesar da exclusão digital, existe uma capacidade, intrínseca das redes e das pessoas, de auto-organização por meio da internet.

Neste sentido, é evidente que os Governos precisam dar respostas ampliando a relação com seus cidadãos e cidadãs, por meio das redes sociais e da disponibilização de serviços on-line – o que podemos chamar de Governo Eletrônico – mas é primordial que os governos também e principalmente deem respostas do ponto de vista das políticas públicas, tendo em vista o fortalecimento da democracia participativa e cidadã – Governo Aberto.

O que o Governo Aberto é capaz de propor, explorando todas as suas potencialidades em conjunto com as tecnologias de informação e comunicação, é a possibilidade de incorporar ferramentas de trabalho colaborativo virtual, articuladas aos espaços de participação social, novos ou tradicionais, para ampliar a possibilidade de intervenção do cidadão no ciclo das políticas públicas. Para além disso, os governos devem desenvolver políticas que deem conta da já apontada exclusão digital, com políticas de caráter alfabetizador, com o objetivo de possibilitar aos cidadãos e cidadãs para que tomem conhecimento das vantagens e possibilidades ofertadas pelas diversas tecnologias e como, por meio delas, eles podem votar, ajudar na definição de metas e inclusive construir projetos de leis e decretos de forma colaborativa.

Assim, faz-se importante a definição de padrões de governança que aprofundem a democracia. Vaz⁸⁵ entende que esses padrões devem ter alguns requisitos necessários como: a promoção do acesso dos cidadãos à Internet, a articulação dos principais sistemas informatizados com os portais e *websites* governamentais e a estruturação da informação com foco na sua busca pelo cidadão. Para efetivamente promover a participação cidadã e controle social, é requerido certo nível de institucionalização da abertura da organização pública ao fornecimento de informações.

O desafio dos governos não é apenas dominar as tecnologias para tornar públicas as informações, mas utilizá-las a fim de possibilitar sua compreensão pelos

⁸⁵ VAZ, op. cit., p. 7.

cidadãos sobre as atividades de seu governo e para influenciar decisões. Uma forma de incorporar a tecnologia na comunicação com a sociedade é criar plataformas *web* acessíveis e seguras para prestar serviços, e compartilhar informações e ideias. Nesse sentido os governos devem dar conta de incluir digitalmente o maior número possível de cidadãos para que esses possam, por meio da “alfabetização digital”, desenvolver o que podemos chamar de intimidade com os meios de tecnologia da informação e comunicação.

4.4.2 Participação Cidadã

Entende-se como participação cidadã, a participação de todas e todos, igual e indiscriminadamente, no processo da tomada de decisões e formulação de políticas.

Como desafio, a disposição dos governos à participação deve enfrentar as atuais questões da temática, que ainda são a ocorrência majoritária sob forma presencial, além da frequência sempre constante das mesmas pessoas nos diversos espaços de participação. É desafio dos governos ampliar significativamente o número de cidadãos incluídos nos processos decisórios.

Com essa aceção, a utilização das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) pode favorecer a incorporação de milhares de indivíduos em processos permanentes de participação direta, como consulta e votação, porém, o despreparo dos governos para desenvolver metodologias e práticas participativas por meios digitais não é a única questão a ser apontada aos governos nessa temática. Outra questão importante que limita o avanço de práticas progressistas nas políticas de Governo Aberto vai além da não inclusão digital de parte importante dos cidadãos, sobretudo nos países periféricos, e aponta para os governos que não criam e/ou inovam em práticas e mecanismos que permitam maior colaboração entre governos, organizações e a população.

Frente aos questionamentos impostos pela sociedade à democracia representativa liberal já conceituados e trabalhados nessa pesquisa, em geral a saída encontrada pelos governos foi e continua sendo a criação de portais de transparência, que diga-se, são instrumentos extremamente importantes para o exercício do controle social, mas devem estar sempre acompanhados de outras ferramentas e políticas para tal. O impasse é que o próprio modelo vigente de democracia representa uma barreira inequívoca a essas práticas.

Aumentar a participação do cidadão e da cidadã, para de fato colocá-los como atores e protagonista no ciclo de políticas públicas, ocorre muito marginalmente e tem como principal exemplo no Brasil as iniciativas de Orçamento participativo.

Para que haja uma participação maior do cidadão e da cidadã no ciclo de políticas públicas (indo, portanto, além de seu voto nas eleições e nas escassas vezes em que é chamado para participar de referendo ou plebiscito) é imprescindível que os governos propiciem a suas cidadãs e seus cidadãos possibilidades de se compreender a importância dos processos participativos e entender de que forma é possível fazer parte das decisões do governo e interferir na formação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Essa diretriz de fomento às práticas participativas torna-se então, mais do que a criação de mecanismos inovadores de participação, conselhos temáticos ou mesmo portais com ferramentas que deem a possibilidade da sociedade de construir planos de metas, decretos e planos de ação de forma participativa. Nesse sentido, o fomento dessas práticas torna os governos responsáveis pela indução dos processos participativos, devendo propor formações cidadãs sobre as diversas temáticas relacionadas a gestão do Estado, trazendo ao conhecimento de todos os processos a serem seguidos e as informações pertinentes para que as opiniões, questões e soluções trazidas pela população possam ser qualificadas e utilizadas durante o ciclo das políticas públicas.

4.4.3 Transparência

Transparência é um dos princípios chave por trás de qualquer política de Governo Aberto. É entendida como garantia do amplo acesso à informação, independentemente de solicitação. Ela promove a prestação de contas pelo poder público, garante o acesso dos cidadãos à informação adequada e atualizada e possibilita monitoramento difuso das políticas públicas. Além disso, informações geradas pelos governos em decorrência de suas atividades são públicas por definição. Em outras palavras, a publicidade é regra e o sigilo é exceção⁸⁶.

No âmbito da transparência, o governo aberto visa fomentar a disponibilização ativa de informações, documentos e dados de posse dos governos, de modo a fornecer ferramentas que visem reduzir as assimetrias de informação

86 Instituto Paulo Freire; Prefeitura de São Paulo; **Caderno de Orientação: Governo Aberto**; IPF, 2015, Acessado em: jan.2016, Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Orientacao_Governo_Aberto.pdf>

entre poder público e sociedade. Além dessas medidas, a garantia de instrumentos e mecanismos de transparência passiva, reativa às demandas dos cidadãos, bem como o uso de linguagem simples, acessível e compreensível a todos os grupos, devem ser balizadores para a atuação dos governos.

A existência desses mecanismos abre possibilidade de que os cidadãos tenham acesso às informações públicas e, por meio da linguagem cidadã, ou seja, linguagem de fácil compreensão que se utiliza de termos comuns e sem rebuscamento, para que possa rapidamente ser compreendida pelo cidadão. A proposta é de que esse acesso seja ampliado a todos os públicos.

Outro ponto importante para uma política concreta de transparência diz respeito aos princípios que informam a noção de dados abertos. Esses princípios têm a ver com o uso que os dados públicos podem efetivamente ter, se uma vez disponibilizados.

Não se pode confundir dados públicos com informação, já que dado quer dizer a menor unidade de análise de um fenômeno específico, que, sem contexto, tem pouco ou nenhum sentido. Ou seja, a localização geográfica de uma unidade de saúde é um dado, embora possa dizer pouco sobre a abrangência geográfica da cobertura de saúde na cidade. Para que esse dado possa ser útil é importante compor uma base de dados e possa, por exemplo, criar uma relação de todas as unidades pesquisadas, acompanhadas do endereço completo, ou de coordenadas adequadas para sua localização no mapa, proporcionando, a partir desses elementos compreender, em conjunto com o cruzamento da população local se em um bairro determinado existem médicos suficientes, vagas de exames suficientes, entre outras coisas.

A política de dados abertos, dentro de uma lógica de transparência é sensível a princípios como a linguagem cidadã, pode ser ferramenta em potencial de cidadãos e cidadãos, movimentos sociais e academia, para a qualificação das políticas públicas e porque não, para também qualificar a cobrança da sociedade sobre as escolhas dos governos e caminhar no sentido de uma política de integridade pública ou *accountability*.

4.4.4 *Accountability* (Integridade Pública)

Accountability é um termo de língua inglesa que não tem uma tradução literal para o português. Algumas traduções fazem referência a “responsabilização”; outras a “prestação de contas”; ou ainda “responsabilidade”⁸⁷.

Traduzir de forma adequada e, principalmente, adaptar e apropriar para a realidade brasileira tem sido um desafio para os estudiosos da gestão pública.

Ao observar as alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil nesses 20 anos constata-se que, embora muitos passos importantes tenham sido dados em direção à *accountability*, com criação de novas instituições, fortalecimento institucional em geral, a caminhada promete ser longa, principalmente porque ficou caracterizado que no Brasil o surgimento de um novo valor não necessariamente implica extinção do tradicional.⁸⁸

Este trabalho assumirá a tradução do governo federal brasileiro que, ao fazer parte da criação da OGP e introduzir em sua lógica de funcionamento fundamentos de *accountability*, passou a usar o termo “Integridade Pública” como sinônimo.

No contexto de um Governo Aberto, a integridade deve ser vista como o eixo que traz o componente da “*accountability*”, termo que não tem tradução muito precisa para o português, mas que poderia ser explicado como “prestação de contas pública” – um processo em etapas que envolve: 1) transparência; 2) participação da sociedade, cobrando explicações; 3) explicações e justificativas das autoridades públicas; e 4) possibilidade de sanções (desde a substituição de algum gestor até a não reeleição de uma liderança política). Ao longo dessas etapas, faz parte da noção de integridade a anuência e a compreensão, por parte dos gestores públicos e das lideranças políticas, de que esse processo é parte do jogo democrático. Isso significa que, como todos os princípios de Governo Aberto, a integridade necessita de rotinas para que seja incorporada de fato à gestão⁸⁹.

Resumindo, um governo íntegro desenvolve políticas, mecanismos e práticas contra a corrupção, garantindo a transparência na gestão do dinheiro público e das aquisições públicas, fortalecendo o Estado de Direito. Para um governo tornar-se íntegro, ele também deve prestar contas e exigir altos padrões éticos e de conduta para seus funcionários, além de disponibilizar ao público informações relativas às

⁸⁷ PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: abr. 2016.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Instituto Paulo Freire; Prefeitura de São Paulo; **Caderno de Formação: Governo Aberto**; IPF, 2015, Acessado em: jan.2016, Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Governo_Aberto.pdf>

atividades e à eficácia de suas organizações de prevenção e aplicação da lei em matérias referentes à corrupção.

Para um governo ser efetivamente integro, é preciso que medidas práticas orientadas a garantir que a integridade não seja apenas um princípio, mas algo concreto e mensurável dentro da administração pública. Podemos interpretar esse eixo como um desdobramento do conceito de transparência.

4.5 As experiências de Governo Aberto

Apesar de ser criada, a princípio – e se manter até 2015 - enquanto uma Organização Internacional voltada para governos nacionais, a OGP, assim como diversas outras organizações internacionais, acompanhou a conjuntura mundial dos últimos dez anos que colocou as cidades no centro da Agenda Internacional e também apontou para o desenvolvimento das políticas de Governo Aberto para os centros urbanos, local de vivência do cidadão comum e onde as práticas de transparência, participação e integridade pública podem ser muito mais facilmente entendidas e assimiladas.

No âmbito de governos locais, a agenda de Governo Aberto está baseada em experiências que estão ainda em seus primeiros ciclos de aplicação. Portanto, a discussão apresentada não se coloca como um modelo ideal, mas como a análise de dimensões comuns que surgiram dessas iniciativas.

Durante a pesquisa e ao longo do exercício das funções profissionais na assessoria da iniciativa São Paulo Aberta, foi possível conhecer experiências em outros países por meio de viagens técnicas⁹⁰, seja pessoalmente ou por registros do restante da equipe de trabalho do programa.

As experiências visitadas pela equipe de trabalho são: Cidade do México no México, Seul na Coreia do Sul, Madrid e Barcelona na Espanha, Londres na Inglaterra, Washington nos Estados Unidos, Chengdu na China, além de diversas experiências e práticas latino-americanas que puderam se apresentar em evento relacionado à Tecnologia da Rede Mercocidades.

Começaremos a apresentação das experiências pelo âmbito federal brasileiro e depois com as experiências internacionais. Para o relato das experiências internacionais foram escolhidas três cidades – Cidade do México, Seul e Madri – de

⁹⁰ Verificar relatórios sintéticos de viagem relacionados às viagens do pesquisador.

relevância internacional que são referência em implementação de governo aberto em âmbito local. Essas metrópoles também podem, além de contextualizar o desenvolvimento da Agenda de Governo Aberto no Mundo, indicar diferenças pragmáticas e programáticas de aplicação da Agenda.

4.5.1 Experiência do Governo Federal Brasileiro

A experiência brasileira em âmbito federal foi coordenada pela Controladoria Geral da União, antes da troca não democrática no governo brasileiro. Nessa esfera, o Brasil já desenvolveu o segundo Plano de Ação⁹¹, e está iniciando o terceiro ciclo da política que é desenvolvida pelo Comitê Interministerial de Governo Aberto, formado por órgãos do governo e da sociedade civil.

As ações relacionadas aos planos de ação já desenvolvidos apontam para um comprometimento das diversas instâncias governamentais com a Agenda proposta e provocam uma nova forma de ativismo, pautada muitas vezes dentro de uma lógica colaboracionista entre sociedade civil e governo, que tem como prioridade a articulação de ações tecnologicamente inovadoras para o aprimoramento da participação, transparência e integridade pública.

Importante apontar que as políticas de Governo Aberto no Brasil têm um marco importante na criação da Parceria de Governo Aberto, como já citado, mas as ações de abertura de governo e aumento da transparência já vem ocorrendo nos últimos 15 anos no país. Neste momento vale resgatar as principais ações do governo brasileiro no caminho da implementação de políticas mais abertas e transparentes.

Em seu trabalho apresentado no VI CONSAD de Gestão Pública em 2013, Otavio Moreira de Castro Neves⁹², então coordenador de Governo Aberto e Transparência da Controladoria Geral da União apresentou as principais ações relacionadas a Governo Aberto no governo federal brasileiro nos últimos anos. São elas⁹³:

a) A Lei Complementar no. 101 de 4 de maio de 2000:

⁹¹ Página que propõe acompanhamento dos 45 compromissos de Governo Aberto assumidos pelo Governo Federal. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro>>.

⁹² NEVES, Otávio Moreira de Castro. **Evolução das políticas de Governo aberto no Brasil**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. Disponível em: <>, Acessado em nov. 2015

⁹³ Todas as principais ações relacionadas neste tópico foram tiradas do trabalho citado anteriormente.

A Lei Complementar 101, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, ou LRF, foi um marco na integridade pública brasileira. A lei estabelece normas para a gestão fiscal, voltada para a responsabilidade nas finanças públicas do país.

b) O pregão eletrônico

O pregão eletrônico foi outro marco importante na transparência pública brasileira. A modalidade de licitação por pregão surgiu com o objetivo de tornar os processos de compra mais rápidos e com mais economia para o Estado. A modalidade eletrônica avançava ainda mais nesses desafios, dando ainda mais celeridade e reduzindo custos inerentes à realização do processo.

c) O Portal da Transparência e as Páginas de Transparência Pública

O Portal da Transparência do Governo Federal foi lançado em 2004, por iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e formalizado no Decreto 5.482 de 30 de junho de 2005.

d) A Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009

A Lei Complementar 131, também conhecida popularmente como Lei Capiberibe, acrescenta alguns dispositivos à LRF, a fim de reforçar a necessidade de transparência orçamentária e incorporar experiências positivas da administração pública federal para toda a federação.

A primeira grande mudança trazida pela Lei é a obrigação da publicação dos atos praticados pelas unidades gestoras para a execução orçamentária dos gastos. Assim, os detalhes dos documentos relativos à realização das despesas públicas do Governo Federal passaram a estar disponíveis diariamente no Portal da Transparência. O segundo, e mais transformador, ponto da Lei é a extensão da obrigação de publicação dessas informações para todos os entes federativos. Assim, Estados e Municípios ficam obrigados a ter instrumentos semelhantes ao Portal da Transparência para a prestação de contas à sociedade.

e) A CONSOCIAL e 30 anos de conferências públicas

Em 8 de dezembro de 2010, um decreto sem número da Presidência da República convocou a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle

Social. A conferência aconteceu em diferentes etapas, sendo convocada inicialmente nos municípios, depois nos estados, até chegar à etapa nacional – que também contou com representantes de conferências livres e virtuais.

Ao todo foram realizadas 1023 conferências municipais ou regionais (com grupos de municípios), 302 conferências livres, uma conferência virtual (pela Internet), 26 conferências estaduais e uma distrital. Quase um milhão de cidadãos brasileiros estiveram envolvidos nesse processo, segundo a Controladoria-Geral da União, organizadora da conferência.

f) A Lei 12.527 de 18 de Novembro de 2011

Se o cenário político econômico forçou o Brasil a tomar medidas de transparência ativa que se destacaram no cenário internacional, o país demorou a regulamentar a transparência passiva, ou seja, a obrigação do Estado em responder as solicitações de informação pública feita por seus cidadãos.

g) A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e o Dados.gov.br

Ao passo que o país avançava em suas medidas de transparência, países como a Inglaterra e o Canadá avançavam rapidamente em uma nova forma de fornecer informações à sociedade: a publicação de dados abertos. Os dados abertos permitem que pessoas e organizações utilizem informações públicas livremente para gerar aplicativos, fazer análises ou mesmo produtos comercializáveis. Como mencionado anteriormente, para que um conjunto de dados seja considerado aberto, ele precisa permitir que o cidadão o acesse com facilidade e o utilize ou redistribua sem restrições.ⁱ aprovado em fevereiro de 2013.

Em paralelo aos esforços para constituir a INDA, o Ministério do Planejamento colocou no ar, em dezembro de 2011, o Portal Brasileiro de Dados Abertos, o Dados.gov.br. A exemplo de seus similares em outros países, o portal busca facilitar o acesso às bases de dados públicas, permitindo que se localize os dados públicos em formato aberto a partir de um único lugar, com uma ferramenta de busca.

Os avanços para ampliar as ações e fortalecer os mecanismos relacionados à transparência, consolidar políticas participativas e mesmo apontar para respostas de forma digital, levaram o Brasil a co-presidir a Parceria para Governo Aberto (OGP) nos primeiros anos de consolidação da agenda no cenário Internacional.

As ações e práticas do governo federal brasileiro são importantes, cabendo um estudo específico e aprofundado sobre a temática. Esse trabalho não tem esse objetivo, mas conforme o avanço da pesquisa e o exercício profissional do pesquisador, tornou-se imperativo fazer esse apanhado das políticas desenvolvidas nos últimos 16 anos, para contextualizar a importância do Brasil na Agenda Internacional do Governo Aberto e principalmente o impacto dessas ações no âmbito local.

Salienta-se a diversidade de temáticas trabalhadas, que apesar de ter a pauta de governo aberto organizada e fomentada pela Controladoria Geral da União, ou seja, um órgão de controle, teve avanços consideráveis na temática da participação social, principalmente quando desenvolveu trabalho conjunto com a Secretaria Geral da Presidência da República e na temática da inovação tecnológica, trabalhando em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão.

Podemos dizer que a experiência brasileira não focou apenas em um ou dois eixos da Agenda de Governo Aberto, pelo contrário, explorou todos os eixos de forma muito positiva e construiu de forma sólida políticas que hoje podem ser apropriadas por quaisquer governos do mundo.

4.5.2 Experiências Internacionais

Ao trazer à luz as experiências internacionais de Governo Aberto em contraponto com a experiência federal brasileira e posteriormente com a análise da experiência da prefeitura de São Paulo, é factível constatar as divergências diante da conceituação e da finalidade prática e ideológica que cercam essa Agenda.

A comparação do ponto de vista das ações e da preocupação em abordar os quatro eixos da Agenda de Governo Aberto de forma integrada entre a experiência federal brasileira e as experiências locais internacionais é possível, uma vez que a discussão se baseia nas ações e práticas desenvolvidas pelos governos dentro de suas respectivas políticas de governo aberto. Para, além disso, como apresentado, não existe uma cartilha de implementação de políticas de governo aberto, logo, é na implementação das ações e na execução das práticas que se pode notar com maior objetividade o cunho político no qual a Agenda está sendo trabalhada.

Nesse sentido, a formulação e a implementação dos fundamentos conceituais de governo aberto na esfera local trazem à tona o cerne do debate de abertura de governos no que se refere à relação entre Estado e sociedade.

A partir dessa perspectiva se observa a ênfase dada aos processos de transparência enquanto escolha política em detrimento dos mecanismos de participação social. Nestes três casos utilizados: Seul – Coreia do Sul; Cidade do México – México; e Madri – Espanha, podemos localizar características que apontam para escolhas político-ideológicas, além de identificar diferenças entre elas⁹⁴.

Em Seul o eixo de inovação tecnológica potencializada pela temática das chamadas *Smart Cities* (Cidades Inteligentes), foi visivelmente priorizado do ponto de vista da política pública. A pesquisa de campo e os documentos distribuídos pela cidade de Seul durante o curso feito pelo pesquisador referente à Governo Aberto e Cidades Inteligentes, permitiu compreender a escolha por fortalecer a temática da inovação tecnológica a priori tem ligação direta com o desenvolvimento do país e de políticas econômica e externa.

Desta forma, a política de Governo Aberto e principalmente a política de cidade digital foram consequência do grande investimento e de incentivos estatais às companhias do país. A Coreia do Sul tem hoje duas das principais empresas desenvolvedoras de tecnologia do mundo: a Samsung e a LG. Tudo o que é desenvolvido e implementado pelo país relacionado à tecnologia está intimamente ligado a uma ou às duas empresas citadas.

No que concerne aos quatro eixos da Agenda de Governo Aberto, foi possível verificar *in loco* não só um aprofundamento intenso no eixo de inovação tecnológica, mas também algumas práticas e ações ligadas à abertura de dados – que envolve transparência –; e ações que interconectam essas duas pautas – inovação tecnológica e transparência. Essa união fortalece e propiciam o desenvolvimento de políticas que se baseiam em grandes quantidades de dados, o chamado *Big Data*, para a maior qualificação da política pública e o atendimento às demandas da população.

⁹⁴ Todas as informações relacionadas as experiências internacionais fazem parte das informações e materiais colhidos nas viagens internacionais (pesquisa de campo) da equipe de implementação da iniciativa São Paulo Aberta, na qual fez parte o pesquisador. Este material é composto por documentos como folders, informativos, manuais e outros materiais distribuídos pelas cidades visitadas além das experiências, sensações e conclusões trazidas pela equipe envolvida nas respectivas viagens.

Diferente da cidade de Seul, a Cidade do México traz outras perspectivas de atuação para Agenda de Governo Aberto no poder público. Provavelmente das citadas neste trabalho e observadas nessa pesquisa, a experiência do governo do Distrito Federal do México, localizado na Cidade do México, pode ser considerada uma tentativa, ainda que incipiente (no momento da pesquisa de campo), de integrar de forma concreta os quatro eixos do Governo Aberto.

Foi possível conhecer algumas importantes experiências como o Laboratório para La Ciudad, um locus de inovação no espaço urbano que busca trabalhar e fomentar o surgimento de tecnologias urbanas. Quando falamos de tecnologias urbanas não falamos propriamente dito de inovação tecnológica, mas quaisquer invenções e projetos que facilitem a vida dos que vivem naquele meio ou mesmo ações que proporcionem às cidadãs e cidadãos sensações múltiplas sobre o seu dia a dia. Essa experiência se destaca por ser diretamente relacionada à pauta do “viver na cidade”, já tratada de forma abrangente nesse trabalho. O objetivo desse Laboratório Público é incentivar a ocupação dos espaços públicos e propor o auto-reconhecimento entre as pessoas que vivem ali, buscando assim uma nova forma de relação entre as pessoas e entre elas e a cidade.

A Cidade do México e o governo do distrito federal mexicano também têm outras ações concretas relacionadas à pauta de Governo Aberto.

Além do Laboratório para La Ciudad, destacaram-se mais especialmente duas iniciativas ao longo da visita. Uma delas é a formação dada pelo governo aos cidadãos e cidadãs para que se tornem fiscais do governo para obras e serviços públicos. Esse projeto potencializa a capacidade de *accountability* do governo ao mesmo tempo em que incentiva a sociedade para que além de cobrar ações do Estado, possa também participar de suas políticas avaliando diariamente os resultados dessas.

Outra experiência relevante foi a de colocar o governo do distrito federal mexicano no centro das compras de conteúdo de Tecnologia da Informação e Comunicação da cidade e do país. O governo entendeu durante o planejamento de políticas relacionadas à inovação tecnológica que não poderia ser refém das grandes empresas da área. Desta forma reorganizou a legislação vigente para o que chamam de “baixar a barra de exigências burocráticas” e qualificou os critérios para que o governo não perdesse confiabilidade nos produtos contratados ao mesmo tempo que pudesse incentivar e fomentar o mercado local de tecnologia.

Um dos dados relevantes para essa política era a mortalidade precoce das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação do país que não conseguiam se sustentar e nem conseguiam obter apoio financeiro para desenvolver e fazer a manutenção de suas soluções e softwares. Ou seja, o governo do distrito federal mexicano passa de consumidor de soluções tecnológicas das grandes empresas para indutor do mercado de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Observamos com isso um direcionamento completamente diferente da política para a inovação tecnológica das duas experiências - Seul e Cidade do México -, entendemos que tal diferença se dá objetivamente por questões político-ideológicas, uma vez que um governo pratica uma política de inovação atrelada a grandes empresas e o outro busca fomentar um mercado local de soluções inovadoras que não estão relacionadas a grandes aportes financeiros.

A experiência da Coreia do Sul é bem sucedida e mensurável, uma vez que faz parte da reestruturação do país para o desenvolvimento econômico e social, já a experiência mexicana ainda não pode ser mensurada por se tratar de política recente.

Por fim, Madri, que se mostrou a mais significativa das três experiências quando nos referimos às questões político-ideológicas que permeiam e direcionam as políticas de Governo Aberto e seus debates. A Agenda de Governo Aberto era pautada pelo PP (Partido Popular), conhecidamente um partido político de direita e conservador, partido esse que teve atuação central na organização da Conferência Internacional de Democracia Participativa, que aconteceu em 2015 na cidade e teve como temática principal as políticas de governo aberto.

Ressaltamos o caso de Madri, na Espanha, como o mais significativo, pois a Espanha viu nascer o movimento 15-M, com apontamentos fortíssimos sobre a deficiência dos modelos participativos, e críticas contundentes em relação à democracia liberal representativa.

Colocando-se como um dos principais movimentos populares do século XXI, o 15-M mostrou a necessidade de reinvenção das formas de se fazer política. O aumento vertiginoso do desemprego e o bipartidarismo forçado culminaram na criação de dois novos partidos políticos no país, o Podemos e o Ciudadanos. Respectivamente, um mais à esquerda e outro mais à direita do espectro político, mas que têm em suas fundações, elementos que indicam novas formas de fazer política, pressupondo um novo contato com os cidadãos partindo de presenças

consolidadas nas redes sociais e buscando o meio digital como forma de comunicação principal com seus simpatizantes.

No fim do ano de 2015 ocorreram as eleições municipais e a cidade de Madrid teve uma troca de governo. Hoje a prefeita da cidade de Madrid representa uma coligação partidária que tem relação direta com o partido Podemos e as primeiras mudanças no direcionamento das políticas públicas de participação começam a ser vistas. O sitio da OGP aponta a cidade de Madrid como uma das postulantes a participar do projeto piloto de Governo Aberto e lá a prefeita de Madrid diz que:

[...] we're planning the following: to implement participatory budgets and collaborative legislation processes, to establish a citizens' co-government (through this system, the citizens may decide the priority lines of action for the City Council in the medium term), to create processes of sectorial participation (in order to ensure that public participation is mainstreamed in all government areas of the City Council, affecting all the processes carried out) and to implement an strategy on inclusion, neutrality and privacy (for ensuring the inclusion of all citizens in the participatory processes)⁹⁵.

Desta forma, a experiência espanhola aponta para questões importantes que nos indicam que é preciso aprofundar o debate acerca das ideologias nos processos de aplicação da Agenda de Governo Aberto. Duas concepções ideológicas diferentes aplicando a mesma agenda geram produtos e políticas completamente distintas, umas das outras.

Uma pergunta pertinente que pode ser feita sobre o caso espanhol é: como é possível que um partido implemente políticas relacionadas à Agenda de participação popular e Governo Aberto e ao mesmo tempo surjam movimentos populares apontando para o desgaste das relações entre governo e sociedade civil e para a não representatividade dos partidos políticos?

Responder a esse apontamento passa por questionar o processo ideológico e os movimentos e pensamentos políticos que constituem a aplicação de Governo Aberto no mundo hoje. O indicativo é de que as ferramentas podem ser as mesmas, inovadoras ou tradicionais, mas se você tem na condução dos processos políticos partidos conservadores como o Partido Popular espanhol é muito provável que o resultado se mantenha o mesmo, pois como já explorado nesta pesquisa, as ruas e as redes não pedem apenas novas ferramentas, mas sim, novas práticas. As

⁹⁵ OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Madrid – Spain, Subnational Pioneers**; fevereiro, 2016; disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/node/9007>>, acessado em: junho de 2016.

demandas hoje por empoderamento, combate à corrupção e contato direto com os governos e governantes pressupõe a voz da população e isso são questões que estão muito longe de qualquer perspectiva conservadora do espectro político.

4.6 Conclusões Parciais

Não é novo o cenário mundial que congrega impasses relacionados aos limites da democracia liberal representativa, já tratados neste trabalho, e o surgimento de processos de convulsão social, a saber, as manifestações que eclodiram por diversos países do mundo em um período de apenas seis anos. A novidade do fenômeno recente é que os meios de informação e comunicação dispuseram de tal avanço tecnológico, que podem hoje impulsionar e potencializar as demandas por mais transparência, integridade e participação de modo a pressionarem governos a abrir suas portas institucionais.

A confluência dessas temáticas é organizada sob a égide da Agenda de Governo Aberto que deve ser compreendida como uma iniciativa do Estado para estabelecer nova relação entre Estado e Sociedade, no sentido de corrigir distorções do atual modelo de democracia liberal e, dessa forma, transformá-la em sua perspectiva caminhando para a construção de uma democracia participativa ao permitir que se aumente a transparência, as ações de integridade e fiscalização social efetiva e o diálogo participativo em instâncias de decisão com a sociedade.

O Governo Aberto se propõe a ser um pacto para a renovação de governos e de suas relações com a sociedade, uma forma de alargamento da esfera do Estado com vistas a permitir a viabilização de canais de interlocução entre diferentes atores para fomentar a busca por soluções para melhoria efetiva das políticas públicas.

Essa pauta entra no cenário internacional, enquanto discussão organizada, por meio da busca de uma Agenda Política comum entre Estados Unidos e Brasil. Enquanto os Estados Unidos, impulsionado pela campanha vencedora de Barack Obama, desenvolviam ferramentas e aplicações voltadas para o fomento da transparência e dos serviços digitais, o governo brasileiro estava desenvolvendo ações e fortalecendo órgãos que pudessem atuar no combate à corrupção. Destes esforços, a princípio isolados, surgiu a sinergia que possibilitaria que os dois países pudessem trabalhar em conjunto pela Agenda de Governo Aberto.

Desta forma, com a liderança Estados Unidos e Brasil, foi criada em 2011, a “*Open Government Partnership*” (OGP⁹⁶ - Parceria Para Governo Aberto) com a finalidade de fomentar e divulgar práticas governamentais relacionadas à transparência, ao acesso à informação pública íntegra e à participação das pessoas nos governos.

Apesar do debate dos últimos anos ser polarizado e caracterizado pela desconfiança por parte da população em relação aos seus governos democraticamente eleitos, a democracia liberal representativa continua sendo hegemônica. Desta forma, este trabalho se apoia no pressuposto de que, a Agenda de Governo Aberto precisa ser implementada com o objetivo de ruptura do sistema hegemônico, caso contrario estará apenas pactuando com os preceitos conservadores e neoconservadores que reforçam as práticas já estabelecidas nos Governos, perdendo toda sua potencialidade.

Para romper com a lógica liberal representativa a implementação das iniciativas de Governo Aberto devem avançar com propostas de orientação progressista gerando políticas que busquem empoderar os “indignados” e refazer a ligação entre governo e sociedade. Para reestabelecer essa ligação a inovação tecnológica deve ser elemento prioritário, pois tem capacidade para fortalecer as práticas e possibilitar as ações dos outros eixos da Agenda. A intersecção entre inovação tecnológica, participação cidadã, transparência e promoção da integridade pública ainda é pouco praticada, mas já oferecem oportunidades para a troca de informações, participação pública e colaboração.

O que concluímos é que a Agenda política do Governo Aberto é única, a demanda das ruas tem apontado para caminhos semelhantes e as ferramentas inovadoras fundamentalmente passarão pela lógica da inovação tecnológica. Desta forma, determinante nesse processo é, e continuará sendo, a condução política e as diretrizes ideológicas. A perspectiva de mundo dos atores políticos e o entendimento do papel do Estado são elementares para a implementação das políticas e ações de

⁹⁶ “Em setembro de 2011, oito países e nove organizações da sociedade civil anunciaram a criação da Parceria para Governo Aberto, ou OGP. O lançamento é marcado politicamente pela adesão à Declaração de Governo Aberto, na qual os países reconhecem uma maior demanda por abertura pela sociedade, aceitam que os países envolvidos precisam enfrentar metas diferentes e aceitam a responsabilidade de fortalecer em seus governos a transparência, a integridade, a participação social e o acesso a tecnologias que promovam maior permeabilidade entre governo e sociedade.” NEVES, O.. **Evolução das políticas de governo aberto no Brasil**. VI Congresso de Gestão Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/092.pdf>. Acesso em: 20 out 2015.

Governo Aberto e para determinarem o caminho que essas seguirão: seguindo a lógica liberal conservadora, o governo aberto vai ser utilizado para reforçar o discurso de promoção da transparência; seguindo a lógica progressista, o governo aberto vai ser utilizado enquanto ferramenta de empoderamento da população.

5. Governo Aberto na cidade de São Paulo

A atual gestão do governo municipal da cidade de São Paulo, eleita no início do ano de 2013, recebeu em suas portas uma das maiores greves de educação da cidade e, em seguida, a capital paulista foi o grande palco das manifestações de junho que abalaram o país inteiro. Se havia um recado que fosse além das propostas do programa de governo, ele já foi dado rapidamente: as ruas têm voz e querem ser ouvidas. Para a gestão, ampliar, aprimorar e manter o diálogo permanente com a sociedade não era uma questão de escolha, tratava-se de uma condição objetiva da realidade e do contexto social inserido.

Para os integrantes do governo recém-eleito, as manifestações de junho de 2013 foram uma surpresa, mas não deveriam. No contexto internacional de manifestações e insurgências, o Brasil estava atrasado alguns anos e o processo eleitoral municipal na cidade de São Paulo mostrou que algo novo, principalmente relacionado à forma de organização dos grupos sociais atuantes na cidade estava diferente. A chapa do prefeito Fernando Haddad venceu as eleições pregando uma forma diferente de se fazer política e foi apoiada por inúmeros coletivos jovens, de cultura e da chamada resistência periférica que se já se organizavam pelas redes e por redes, isso sim, algo novo na cidade, formatando uma janela importante de oportunidade.

Se por um lado, sem orçamento, a resposta imediata da Prefeitura foi por implementar políticas públicas baratas, como o desenvolvimento de portais participativos, metodologias de trabalho coletivo e seminários; do outro, estava claro que era necessário avançar nos canais de diálogo com a população. As ruas e as redes estavam tomadas por uma fome de participação e a expectativa era de que tinha chegado o momento de se construir uma nova cidade.

Portanto, para responder às demandas sociais que se expressavam no aprofundamento do ativismo cívico – fruto tanto do legado histórico da capital quanto do aprofundamento da experiência democrática que o país vinha passando –, o novo governo apontou para temáticas esquecidas nos governos anteriores, como: a

ampliação dos espaços participativos, ressignificação do uso dos espaços públicos e a tentativa de inovação na relação entre a Prefeitura e a sociedade.

Uma nova forma de pensar ferramentas digitais e participativas dentro do governo inicia-se com experiências concretas criadas ainda no ano de 2013, no primeiro ano da então gestão, dentre as quais é possível destacar as seguintes: o portal “Gestão Urbana”⁹⁷, criado para com a finalidade de representar um espaço digital inovador e ser um repositório de materiais para discussão do plano diretor municipal e para colher propostas para melhoria da cidade; a plataforma web “Planeja Sampa”⁹⁸, para acompanhamento do ciclo participativo das políticas públicas inclusive o desenvolvimento e acompanhamento do Plano de Metas da cidade; o “Café Hacker”⁹⁹, metodologia que propõe momento de discussão sobre transparência e participação e visa à colaboração, sobretudo de hackers, para problemas identificados nas ferramentas tecnológicas e virtuais da prefeitura; e o “Seminário São Paulo Aberta”¹⁰⁰, realizado entre os dias 23 e 27 de outubro de 2013 que dá início ao processo de criação da iniciativa paulistana de Governo Aberto.

Com isso, a experiência paulistana começou a resgatar elementos que foram importantes na construção de nossa jovem democracia, fomentando as práticas de ações e iniciativas de participação e principalmente transparência.

Além das políticas já citadas, a Prefeitura Municipal de São Paulo implantou outras iniciativas de destaque que puderam trabalhar melhor com a necessidade imediata de mecanismos participativos demandados, como o Plano Diretor Estratégico baseado no fortalecimento e na contribuição da sociedade; a criação de mais três espaços participativos, sendo um deles formado por 32 Conselhos organizados territorialmente; o aprimoramento e reativação de espaços participativos já existentes como o conselho de política urbana e os diversos conselhos de direitos

⁹⁷ Gestão Urbana, portal web para discutir com a população acerca das mudanças referentes ao planejamento urbano da cidade de São Paulo, criado em abril de 2013, disponível em:

<<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>

⁹⁸ Planeja Sampa, portal web para que a população possa acompanhar o ciclo participativo da cidade e dialogar com o poder público, criado em outubro de 2013, disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>>

⁹⁹ Café Hacker, um encontro entre profissionais da Comunicação – jornalistas, programadores, pesquisadores – ou cidadãos interessados em conhecer dados e informações que estão sob guarda da Prefeitura de São Paulo, criado em agosto de 2013, disponível em: <<http://cafehacker.prefeitura.sp.gov.br/>>

¹⁰⁰ A partir do Seminário São Paulo Aberta, realizado entre os dias 23 e 27 de outubro de 2013, inicia-se o processo de criação da São Paulo Aberta. O esforço inicial foi articular os órgãos públicos que desenvolviam iniciativas isoladas de participação social, inovação tecnológica, integridade e transparência e integrá-las em ações articuladas de governo aberto. Para que essas iniciativas pudessem contar com um ambiente institucional permanente foi criado, em janeiro de 2014, o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto (CIGA/SP) pelo Decreto nº 54.794 de 28 de Janeiro de 2014. São Paulo Aberta também se tornou a meta 116 do Programa de Metas da administração Fernando Haddad (2013-2016).

– mulheres, igualdade racial, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTT) e população de rua; e o passo importante para a inovação no exercício da cidadania: o reconhecimento de direitos, a incorporação da tecnologia e a participação social presencial e digital.

Ao buscar avançar nessas experiências, a Prefeitura começou a se abrir a novas formas de se relacionar com a sociedade, formas essas que correspondem à realidade do paulistano – cidadão urbano: movimentar e qualificar o uso das redes sociais; tratar os temas de forma mais palatável; garantir a transparência e a disponibilização de dados; primar pelo acesso às informações via aparelhos móveis; fomentar o uso da tecnologia cidadã para a melhoria da qualidade de vida; e realizar atividades de formação para que a população se aproprie das ferramentas, participe dos espaços e exerça a cidadania.

Dado o exposto, nota-se que diversas ações e iniciativas da Prefeitura Municipal de São Paulo foram criadas, para dar respostas às demandas das ruas. Neste sentido, a articulação governamental dos gestores foi imprescindível para que os atores envolvidos sentassem à mesma mesa de discussão para orientar suas ações.

É a partir desse esforço coletivo que surge o processo de articulação intergovernamental que vai possibilitar a criação do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto - CIGA-SP, em janeiro de 2014, que conta com a participação de treze secretarias¹⁰¹ municipais além da empresa pública municipal de tecnologia (PRODAM), com o intuito de integrar as iniciativas desenvolvidas no governo relacionadas aos eixos de participação social, transparência, integridade pública e inovação tecnológica em um denominador comum: “São Paulo Aberta”.

5.1 Projetos e Ações de Governo Aberto

A São Paulo Aberta é responsável direta por iniciativas importantes que impactaram na administração pública municipal paulistana. Todas as iniciativas listadas abaixo foram fundamentais para que, de acordo com seu eixo temático e conteúdo, pudessem fazer com que a política de governo aberto adotada fosse cada

¹⁰¹ Secretaria de Relações Internacionais e Federativas, Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Gestão, Controladoria Geral, Secretaria Executiva de Comunicação, Secretaria Municipal de Relações Governamentais, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Cultura, Secretaria de Serviços, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Transportes, Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Coordenação de Subprefeituras.

vez mais conhecida na cidade pela sociedade e principalmente pelos atores governamentais.

5.1.1 Criação do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto – CIGA-SP

O decreto nº 54.794 de 2014, instituiu a São Paulo Aberta e o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo – CIGA-SP. Como apontado, esse decreto foi resultado da sinergia criada no primeiro ano de governo (2013) entre os principais atores municipais cujas ações perpassavam a temática do Governo Aberto.

Assim como as outras legislações, a criação do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto, por meio desse decreto, foi apenas reflexo da já existente estrutura que se estabelecia no seio do governo. A grande importância desse decreto foi pavimentar o caminho da articulação intersecretarial e definir as responsabilidades e o escopo da política de governo aberto, além do órgão/ator político que seria responsável pela sua condução. Outro avanço dessa medida foi o pioneirismo interno de institucionalizar práticas intersecretariais, uma característica, naquele momento, marcante da gestão Fernando Haddad que passava a se consolidar oficialmente. A importância da intersecretarialidade para o sucesso da implementação da Política de Governo Aberto foi grande, pois ao envolver as diversas secretarias e seus gestores, de forma subentendida propôs um compromisso entre as partes, consolidado inúmeras vezes pela participação nas várias ações da Política de Governo Aberto.

As reuniões do Comitê foram decisivas no primeiro ano da iniciativa (2014), pois, de certa forma, conseguiu organizar e propor associações entre as políticas e ações que estavam surgindo sobre a temática. A partir do ano seguinte, o Comitê perdeu força devido às diversas trocas dos atores políticos no governo e entendeu-se que a melhor maneira de continuar mantendo a importância do comitê seria com reuniões bilaterais entre o órgão coordenador da iniciativa -- Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas -- e os demais órgãos envolvidos, de acordo com cada ação ou programa e as parcerias já criadas.

5.1.2 Portal digital, dinâmico e participativo

A principal ação da iniciativa São Paulo Aberta foi a construção de um portal interativo¹⁰² para possibilitar a contribuição virtual nas iniciativas promovidas pela Cidade nos eixos de governo aberto. O portal também conta com o Canal São Paulo Aberta (youtube¹⁰³), uma ferramenta utilizável por qualquer autoridade (Prefeito, Secretárias e Secretários) para o diálogo com os cidadãos e cidadãs, além de ser um importante compilador de notícias de toda a Prefeitura de São Paulo relacionadas a Governo Aberto e seus eixos temáticos.

É por meio do Portal que a população pode contribuir com as ações temáticas e conhecer, avaliar e comentar todas as iniciativas de governo aberto da Prefeitura.

A plataforma surgiu com quatro objetivos: a) promover a interação e colaboração entre Prefeitura e cidadãos; b) integrar as experiências de participação, transparência, inovação tecnológica e integridade que a Prefeitura promove; c) permitir a participação no seu código; d) ser referência de governo aberto no Brasil e no Mundo.

A plataforma foi desenvolvida em parceria com a Empresa Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM e levou em conta algumas diretrizes que, naquele momento (2014), eram consideradas os melhores conceitos para fomentar a participação e o acesso em massa. Essas diretrizes passam por princípios de: a) acessibilidade que seguiram conceito já utilizado pelo Governo Federal E-MAG; b) linguagem cidadã; c) Tecnologia responsiva: possibilitar que a plataforma seja utilizável tanto em desktops como em aparelhos de celular e *tablets*; d) Código fonte aberto, possibilitando que todos os cidadãos e governos interessados pudessem copiar e implantar da forma que entendessem mais adequada.

A diretriz da política de Governo Aberto da cidade de São Paulo tem caráter participativo e cidadão, portanto o público alvo é, fundamentalmente, todos os cidadãs e cidadãos que possam ter interesse nos conteúdos produzidos ou replicados pela iniciativa, não apenas quem tivesse acesso à pauta mais rapidamente – como grupos de tecnologia, mobilidade e política urbana. Houve um esforço permanente de aproximar movimentos sociais de áreas diversas como

¹⁰² <http://www.saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/>

¹⁰³ <http://www.youtube.com.br/saopauloaberta>

moradia, saúde, educação, grupos de gênero, periferia, entidades, organizações, cidadãos e cidadãos difusos, outros governos etc.

Aos poucos, o Portal da São Paulo Aberta foi tornando-se a ferramenta mais chave da iniciativa, pois era por meio dela que todas as informações do programa e todas as ações e interações *on-line* estavam disponíveis. Exemplo do crescimento na importância da ferramenta pode ser visto no fluxo de acessos que, no início de sua implementação, quando em 2014 o portal tinha 2 mil acessos mês e após um ano, atingia a marca de 9 mil acessos mês, com picos eventuais como no lançamento do contador de ciclistas do Laboratório de Inovação Municipal (LABPRODAM) que proporcionou durante três dias a média de 12 mil acessos e os programas WebTV #GabineteAberto que tinham média de acesso de 1.500 pessoas, por programa.

Definitivamente, a iniciativa de governo aberto da cidade de São Paulo estava no ar e estava sendo vista e compartilhada por muitas pessoas.

5.1.3 LabProdam - Laboratório de Inovação da cidade de São Paulo

A criação de um laboratório de inovação na capital paulista, desde o início da iniciativa São Paulo Aberta, foi um tema muito discutido e fomentado. Em 2014, uma comitiva da cidade de São Paulo, como dito, foi à Cidade do México para participar da ConDatos e AbreLatam 2014¹⁰⁴ – respectivamente Conferência e Desconferência de Dados Abertos da América Latina.

Na agenda da viagem, a representação de São Paulo entrou em contato e pôde conhecer o Laboratorio por La Ciudad¹⁰⁵, que inspiraria a criação do Laboratório de Inovação de São Paulo meses depois. O Laboratorio por La Ciudad é o laboratório de inovação, criação e desenvolvimento de tecnologias do governo federal mexicano, situado na Cidade do México, que tem por objetivo facilitar a integração entre os cidadãos e o governo, gerando um banco de ideias e soluções, com a proposta de ajudar a construir uma cidade que apoie e estimule a imaginação e uma cidade criativa.

A ideia de ter um lócus de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, que já era forte, tornou-se produto concreto no início de 2015 quando, com apoio da

¹⁰⁴ Conferir: <<http://ar.okfn.org/2014/10/14/abrelatam/>>.

¹⁰⁵ Conferir: <<http://labcd.mx/>>.

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (hoje Secretaria Municipal de Gestão) e a Empresa Municipal de Tecnologia do Município, PRODAM, a São Paulo Aberta conseguiu colocar em prática a proposta.

A ideia do Laboratório surgiu da necessidade de modernização de todas as estruturas que lidam com tecnologia na Prefeitura de São Paulo. Para tanto, foi desenvolvido um projeto para que a Empresa Municipal pudesse ser um polo irradiador dessa modernização, por meio do Laboratório de Governo Aberto.

O Laboratório consiste, então, na junção de espaço, pessoas e ideias. Com isso, a Prefeitura de São Paulo busca ser um governo aberto e moderno, impactando, definitivamente, na sua relação com os munícipes. A principal inovação é o fato de que essa é a primeira estrutura da PRODAM que busca fomentar o avanço tecnológico, incentivar o surgimento de novas ferramentas e tecnologias e propiciar um ambiente de encontro entre pessoas inovadoras e que tenham interesse em promover avanços tecnológicos e digitais concretos no setor público.

Projetos desenvolvidos desenvolvidos no LabProdram (até junho de 2016):

- Contador de Ciclistas

Foi no LabProdram que a Prefeitura desenvolveu o contador de ciclistas. Por meio de processos inovadores, São Paulo foi pioneira em desenvolver uma ferramenta fundamental na avaliação da política pública cicloviária da cidade e coloca a capital paulista no caminho do desenvolvimento de tecnologias avançadas, como o processamento de imagens - que é a capacidade de transformar imagens em dados.

- LabDiário

A política de governo aberto da gestão prevê o uso de ferramentas avançadas também internamente para agilizar o serviço público. O LabDiário agiliza o tempo dos servidores ao consultar o Diário Oficial. A ferramenta permite criar regras de consultas, organizar os resultados e recebê-los por email, poupando tempo dos servidores.

- Game: LabNaVia integrado ao Sistema de Mapas Culturais

Jogo desenvolvido no LabProdram com o objetivo de estimular o uso da ciclovia, incentivar uma vida saudável, a educação no trânsito e a ocupação dos espaços de cultura. O jogo é integrado ao Sistema de Mapas Culturais da SPCultura. Isso possibilita que o usuário, à medida que utilize o game, seja

informado em tempo real sobre os equipamentos culturais ao redor (com horário de funcionamento, telefone e outras informações).

5.1.4 #GabineteAberto

O #GabineteAberto é o programa web que teve um impacto transformador na cultura política do primeiro escalão da Prefeitura de São Paulo ao consolidar uma nova forma de se relacionar com o cidadão e apresentar a política, portanto é considerado uma das principais referências na aplicação da agenda de governo aberto na cidade. Trata-se de um programa ao vivo, transmitido pela internet e pela Rede SP Saudável, em que secretários da gestão pública são convidados a falar sobre os temas de suas respectivas pastas.

O programa propõe que jornalistas e blogueiros da mídia independente, especialistas e ativistas sejam convidados para entrevistar as autoridades e trazer à tona as demandas da sociedade em relação às políticas públicas envolvidas.

O objetivo é apresentar ao cidadão as ações em todas as áreas da gestão – desde serviços como saúde, educação, transporte, cultura, trabalho, esporte até direitos humanos, juventude, controladoria e planejamento – com foco em transparência, participação, integridade e inovação tecnológica que definem um “governo aberto”.

O programa também contempla a participação ativa do cidadão por meio das redes sociais – facebook e twitter – e do Portal São Paulo Aberta. Desta forma a população pode enviar perguntas ao longo da transmissão que tem duração de 60 a 90 minutos.

- **Formato**

Duas a três pessoas são convidadas a sentar com o secretário e a intermediação é feita por Gustavo Vidigal, coordenador do São Paulo Aberta. O perfil dos convidados é composto geralmente por jornalistas, especialistas e/ou ativistas na área. De acordo com a temática, cerca de três a cinco ativistas, coletivos e/ou especialistas, além dos entrevistadores, são chamadas a participar com uma ou duas perguntas.

- **Audiência**

Foram 26 edições do programa, pelos quais passaram dezessete secretarias, além do prefeito e vice-prefeita. O #GabineteAberto conseguiu, ao longo do tempo, construir uma audiência crescente e qualificada tanto pela divulgação nas redes da

São Paulo Aberta, quanto por meio das redes das áreas envolvidas. A média de duas mil pessoas ao longo da transmissão ao vivo somada à suíte de audiência por meio de 5 a 7 pílulas por programa (trechos curtos selecionados, de 3 a 4 minutos, disponibilizados no canal do youtube) criam um ambiente favorável de discussão qualificada das políticas públicas da gestão, em qualquer tempo, pois o acervo completo fica disponível no canal da iniciativa no Youtube.

Até o momento já ocorreram 26ª edição¹⁰⁶ de uma série que já recebeu, em 2014, os secretários de Cultura, Juca Ferreira¹⁰⁷; Leda Paulani, de Planejamento¹⁰⁸; Mário Vinícius Spinelli, da Controladoria¹⁰⁹; Simão Pedro, de Serviços¹¹⁰; Rogério Sotilli, de Direitos Humanos¹¹¹; Jilmar Tatto, de Transportes¹¹², Roberto Garibé, de Obras¹¹³; a primeira-dama, Ana Estela Haddad¹¹⁴; Fernando de Mello Franco, de Desenvolvimento Urbano¹¹⁵; Artur Henrique, do Trabalho; Denise Dau, de Política para as Mulheres¹¹⁶; Nunzio Brigulio, de Comunicação¹¹⁷; Chico Macena, secretário do Governo¹¹⁸; e, no fim do ano, o prefeito Fernando Haddad¹¹⁹.

Em 2015, o ano foi aberto com a vice-prefeita Nádia Campeão¹²⁰ seguida pelos secretário de Verde e Meio Ambiente Wanderley Meira; Educação, Gabriel Chalita; Nabil Bonduki, atual secretário de Cultura; dois especiais, um sobre “Redução da Maioridade Penal” com os secretários de Cultura Nabil Bonduki e Direitos Humanos, Eduardo Suplicy e outro sobre política musical com o maestro John Neschling¹²¹, diretor do Theatro Municipal, e o secretário de comunicação Nunzio Brigulio; em seguida foi a vez da secretária de Assistência Social, Luciana Temer¹²²; o programa

¹⁰⁶ Todos os links relacionados ao programa WEBTV #GabineteAberto estão fora do ar devido a legislação eleitoral.

¹⁰⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=vkAMJH5AiQ>

¹⁰⁸ https://www.youtube.com/watch?v=_w9i1Rcbe9E

¹⁰⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=ON23c-juSkU>

¹¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=i6tXD7cTshs>

¹¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=Vtd9PkJyVFg>

¹¹² <https://www.youtube.com/watch?v=qUD4Du1DDP0>

¹¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=oM8CjoYpaLM>

¹¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=tpxmR0zBWlg>

¹¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=wW3p5yX8hTA>

¹¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=15gzey8ujYA>

¹¹⁷ https://www.youtube.com/watch?v=ot4t_5hu_MU

¹¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=X6EckzPEYkg>

¹¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=DOQouQzhuXs>

¹²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=xGV1dyjNTMQ>

¹²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=4dz3vOaR9FE&list=PL1PruGk7SpnnYAXviUrgeudCk8jWKjq06&index=1>

¹²² https://www.youtube.com/watch?v=R0li21Ry2hE&list=PL1PruGk7SpnmCNj_ow5EESMTJOk7DOI6s&index=6

voltou a conversar com Jilmar Tatto, no especial Semana de Mobilidade¹²³ e em seguida, realizou um especial de Combate ao Racismo¹²⁴ com Maurício Pestana, da Promoção da Igualdade Racial e por fim, fechou o ano de 2015 com o Secretário Municipal de Saúde Alexandre Padilha, o último programa até o momento.

O #GabineteAberto foi selecionado e tornou-se destaque na apresentação de iniciativas tecnológicas governamentais na mostra da Unidade Temática de Ciência e Tecnologia da rede de cidades Mercociudades, ocorrida em abril de 2015 na cidade de Santa Fé na Argentina.

5.1.5 Minutas Participativas

Solução desenvolvida pela PRODAM e proposta pela iniciativa São Paulo Aberta, a ferramenta de Minutas Participativas está disponível no Portal São Paulo Aberta e já é na cidade uma referência em participação digital. As 25 consultas realizadas acarretaram em mais de 3 mil contribuições e mais de 100 mil acessos únicos às minutas e aos documentos disponibilizados.

A minuta participativa consiste em disponibilizar projetos de lei, decretos, portarias, planos de ação entre outros documentos para que estes possam ser construídos de forma colaborativa entre os servidores e a população da cidade de São Paulo.

Entre os destaques já disponibilizados para a consulta, está o Decreto que regulamenta a Legislação Federal referente às parcerias com Organizações da Sociedade Civil, conhecido como Marco Regulatório, o MROSC; o Plano de Ação que dispõe sobre alimentação orgânica nas escolas públicas da cidade de São Paulo; e a institucionalização da Política Municipal de Participação Social, o texto do projeto de Lei que visa organizar e sistematizar todos os processos e instâncias de participação da cidade de São Paulo.

Ana Clara Ferrari, ex-gestora de comunicação do programa e entusistas das consultas públicas aponta em entrevista a preocupação da São Paulo Aberta em potencializar a divulgação e a participação qualificada das minutas a partir da estrutura inovadora do Portal, como já apresentamos, uma linguagem cidadã e a ativação de redes sociais – tanto do próprio programa quanto da área gestora

¹²³ https://www.youtube.com/watch?v=lv9SZ4dkBCU&index=1&list=PL1PruGk7Spnkk_aop3NmgBfeLbssRqTKo

¹²⁴ <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/gabineteaberto-juventude-negra-e-combate-ao-racismo-entra-em-pauta-no-programa/>

envolvida no processo. Essa preocupação é elementar, pois a capital paulista avança significativamente no processo de consolidação de consultas públicas. Por não se tratar de um elemento necessariamente novo na política, as formas presenciais e digitais de participação, com a São Paulo, têm não só seu caráter participativo potencializado e qualificado, mas também avança na concepção de transparência e integridade – ao não encará-los apenas como disponibilização de dados e consulta pública sem peso decisório.

A prática de disponibilização, seguindo a lógica da ampla participação e transparência, é a de sempre realizar encontros presenciais para lançar as propostas on-line e fazer encontros participativos por meio dos quais a população possa fazer seus apontamentos sobre o texto, também de forma presencial. Outro elemento apontado pela gestora foi a articulação com as áreas técnicas envolvidas para elaborar uma linguagem acessível e estratégias de comunicação que envolvam o despertar de interesse dos cidadãos e não meramente cumpram uma formalidade. Neste sentido, a São Paulo Aberta conseguiu superar barreiras ao fazer a ponte entre a linguagem técnica dos documentos disponibilizados e uma linguagem acessível para a população. Esse fenômeno pode ser reconhecido ao se buscar oferecer antes da apresentação do documento formal, um texto compilador e didático com as principais informações sobre o assunto, em que contexto ele está inserido e no que impacta diretamente na vida das pessoas. Destarte, as cidadãs e os cidadãos têm na Minuta Participativa uma ferramenta à mão para participar de forma qualificada e potencializa nas questões disponibilizadas pelo Governo.

5.1.6 Ciclo Formativo em Governo Aberto

A São Paulo Aberta, em parceria com USP, FGV, UNICAMP e UFABC, promoveu o Ciclo Formativo em Governo Aberto, de maio a agosto de 2015. O objetivo foi promover a interação entre as universidades e movimentos sociais para refletir sobre os eixos de governo aberto e sua aplicabilidade na política pública local.

Ao longo do Ciclo, cinco debates abarcaram palestras e discussões sobre participação social, transparência, inovação tecnológica, *accountability* e governo aberto. Foram ocupadas 260 vagas no total, sendo 80 destinadas aos movimentos sociais, 60 vagas abertas ao público em geral e 120 para os estudantes das universidades USP, FGV e UFABC.

O primeiro tema “Participação Social”¹²⁵ aconteceu no dia 04/05, e foi ministrado pela professora Úrsula Peres, da USP, e Wagner Romão, da Unicamp. O segundo tema “Transparência”¹²⁶ foi realizado dia 02/06 e ministrado pelos professores Marco Teixeira, da FGV, Jorge Machado, da USP, e mediado por Fernanda Campagnucci, da Controladoria Geral do Município.

O terceiro tema “Inovação Tecnológica”¹²⁷ teve a presença de Ciro Biderman e Maria Alexandra Cunha, professores da FGV, no dia 07 de julho.

O quarto tema “Integridade”¹²⁸ contou com a participação dos professores Fernando Abrúcio, da FGV, e Gabriela Lotta, da UFABC, no dia 03 de agosto.

Todas as etapas do Ciclo Formativo foram transmitidas ao vivo e gravadas e estão disponíveis no Portal da São Paulo Aberta e no canal do Youtube da iniciativa.

5.1.7 Programa Agentes de Governo Aberto

O Programa Agentes de Governo Aberto busca, por meio de uma iniciativa descentralizada de formação, difundir de forma capilar o conceito de Governo Aberto nos territórios urbanos – principalmente nas periferias. São oferecidas formação e capacitação gratuitas para Conselheiros, Servidores Públicos, Movimentos Sociais, Coletivos, Jovens, Pessoas em situação de vulnerabilidade e interessados em Geral, em temas relacionados a Governo Aberto que foram assim divididos em edital: transparência e dados abertos; comunicação em rede; mapeamento colaborativo e gestão participativa; e tecnologias abertas e colaborativas.

48 agentes de Governo Aberto foram selecionados em processo de bolsa que envolveu 250 inscrições. Esses agentes enviaram projetos para ministrar oficinas e cursos, com duração variada e assuntos diversos dentro das temáticas relacionadas acima.

Nas oficinas, promove-se a produção e a difusão de técnicas, ferramentas e metodologias capazes de articular a cultura participativa nos temas mencionados, contribuindo para a territorialização das ações de governo aberto da cidade.

¹²⁵ <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/mais-de-cem-pessoas-participam-da-1a-etapa-do-ciclo-formativo-em-governo-aberto/>

¹²⁶ <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/cerca-de-cem-pessoas-participaram-da-etapa-transparencia-do-ciclo-formativo-em-governo-aberto/>

¹²⁷ <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/processamento-de-imagem-foi-destaque-na-3a-etapa-do-ciclo-formativo/>

¹²⁸ <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/noticia/fernando-abrucio-e-gabriela-lotta-comandaram-debate-sobre-accountability-no-ciclo-formativo/>

O programa está dividido em dois ciclos de seis meses cada (novembro-abril e maio-outubro), nos quais 24 agentes, por semestre, cumprem carga horária de 10h mensais de oficinas e participam, também mensalmente, de um encontro de formação nos quatro eixos do edital. Concluídos os dois ciclos, terão sido oferecidas 2.820 horas de oficinas gratuitas à população.

O balanço do primeiro ciclo de formação¹²⁹, dada pelos 23 agentes selecionados (pois uma agente selecionada desistiu de participar do programa) pelo edital, diz que foram atingidos um total aproximado de 800 horas de oficinas formando mais de 7 mil pessoas, entre gestores, conselheiros e trabalhadores da saúde, conselhos participativos, Jovens Sus, Jovens Monitores Culturais, Juventude Viva, Agente SUAS, Servidores, Agentes da Inclusão e público geral.

Em entrevistas com os gestores da iniciativa e formadores selecionados por esse edital, foi possível verificar que a sensação sobre esse programa é muito positiva, principalmente pelo seu caráter inovador e progressista, no qual o próprio governo assume para si a responsabilidade de formador da cidadania.

Além dos aspectos citados e do impacto positivo relatado pelos entrevistados, é importante ressaltar o serviço político prestado pelo programa foi muito relevante e teve papel chave em promover constantemente a difusão da política de Governo Aberto e isto não foi por acaso. Por entender que governo aberto é uma política nova, o instrumento difusor escolhido para essa Política foi o de formações populares e preparação da sociedade para usufruir de suas potencialidades.

5.2 Análise da formação da Agenda de Governo Aberto

Para analisar a entrada da pauta de governo aberto na agenda municipal e a formulação da política São Paulo Aberta, optamos por uma análise que visa, fundamentalmente, trabalhar com o “Modelo dos múltiplos Fluxos” de John Kingdon. Esse modelo tem sido considerado um dos mais persuasivos para explicar a formação de agenda e a formulação das políticas públicas¹³⁰.

O autor propõe que o processo de tomada de decisão nas políticas públicas poderia ser representado pela confluência de três grandes correntes dinâmicas: a

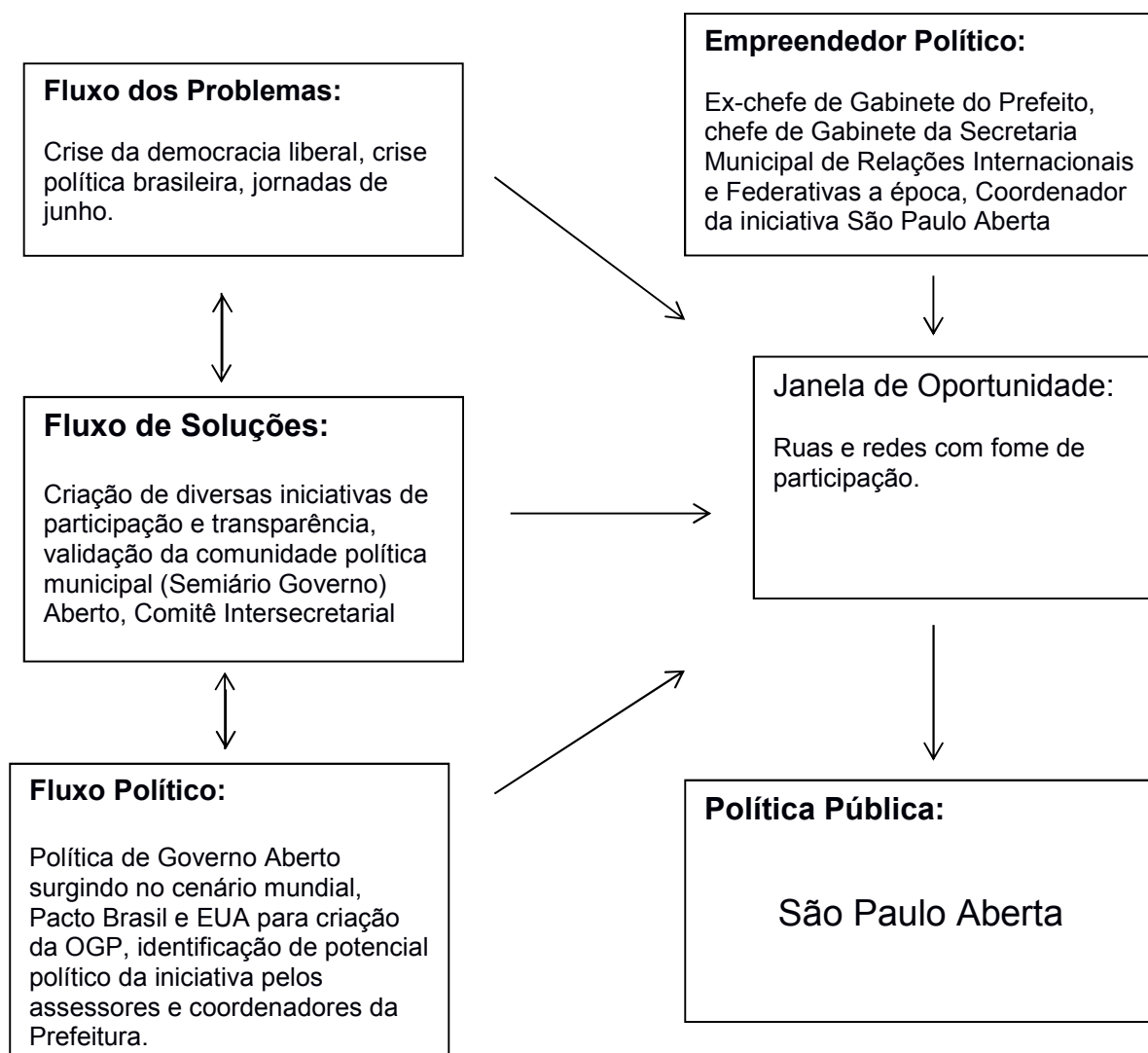
¹²⁹ Disponível em: <http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/programa_agentes_de_governo_aberto_portugues.pdf>, acessado em: junho de 2016

¹³⁰ RUA, M. G.; ROMANINI, R.. Para Aprender Políticas Públicas. Unidade XIII – Mobilização, Organização e Participação Social nos Processos de Gestão das Instituições Estatais: Conselhos, Conferências e Outros Fóruns. Brasília: IGEPP, 2013, pg 15.

corrente dos problemas (*problems*), a das propostas ou alternativas (*policies*) e a da política (*politics*)¹³¹, esse processo pode ser definido com o despertar do interesse dos formuladores das Políticas Públicas para uma ou outra política a ser implementada.

Nesse caminho, utilizando o modelo de Kingdon e o contexto político do início do novo governo municipal, além do cenário internacional descritos nos capítulos anteriores, foi possível identificar cada momento da tomada de decisão na política pública em questão e compreender como a política de Governo Aberto entrou na Agenda Decisória dos gestores da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Fluxograma 1 – Análise de Agenda segundo John Kingdon



¹³¹ GOTTEMS, Leila Bernarda Donato, et al. "O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites." *Saúde e Sociedade* 22.2 (2013): 511-520.

A gestão municipal que optou por aplicar a política de governo aberto tomou posse no início de 2013, apenas seis meses antes das manifestações que abalaram politicamente o país, não só em São Paulo e capitais do sudeste, mas nas principais cidades brasileiras de todos os estados. Esses fenômenos articulados, em especial as manifestações, potencializaram (e ainda potencializam) o debate que revela o profundo desgaste da relação entre Estado e Sociedade, ou seja, a profunda lacuna entre os anseios sociais e as respostas dos governos. Essa zona inócua na relação entre poder público e demanda dos cidadãos, em 2013, acaba se transformando em espaço de disputa no qual a cena e as pautas urbanas foram as grandes protagonistas da história.

A combinação de todos esses elementos que se inter-relacionam – internacionalização da agenda urbana, o protagonismo das cidades nos protestos e o desgaste da relação Estado e sociedade – revela, atualmente, a complexa situação da democracia brasileira cujas contradições, principalmente no âmbito da participação e da representatividade, em uma cidade multifacetada como São Paulo, vêm à tona de forma ainda mais candente.

Portanto, diante do cenário de dificuldade do modelo democrático representativo e da necessidade de emergência de mecanismos e espaços de participação que pudessem responder às demandas das ruas, a análise apresentada responde as principais questões relacionadas ao surgimento da Agenda de Governo Aberto na cidade de São Paulo, explicita uma importante e bem aproveitada janela de oportunidade e provê de maneira racional e embasada explicação para justificar que o surgimento da Agenda e sua implementação, por mais que tenham surgido de impulso de um pequeno grupo de assessores políticos, tinha terreno fértil para prosperar.

5.3 Análise da implementação da Política de Governo Aberto

Já para analisar a implementação da agenda de Governo Aberto na Prefeitura de São Paulo, optamos por uma análise que visa, fundamentalmente, trabalhar com dois eixos, que são: os principais gargalos enfrentados e superados ou não pela iniciativa, a saber, o ineditismo da política, a falta de ações integradas e a centralidade da política na agenda do governo municipal de São Paulo; e as inovações e avanços trazidos pela aplicação da agenda, que são a intensificação da intersectorialidade das pautas com foco nos principais eixos da agenda de governo

aberto, o caráter progressista da iniciativa, a articulação com atores influentes na opinião pública como academia e movimentos sociais.

Ao trabalhar com esses dois lados da implementação da política -- os desafios e gargalos, de um lado; e as inovações e avanços, do outro --, permeamos as principais preocupações que os estudiosos, gestores ou interessados no tema possam se cercar para refletir e se debruçar sobre a aplicação da agenda de governo aberto em âmbito local. Para percorrer o caminho intermediário entre esses pontos, elencamos as iniciativas que, por terem caráter integrador, articulador e transversal em toda sua concepção, preenchem o conjunto de ações tomadas pelo poder público municipal no sentido da abertura de governos. Desta forma, trabalharemos de maneira mais aprofundada com as pontas do processo de aplicação da política e investigaremos, como já fizemos de certo modo no capítulo anterior, sobre como as iniciativas, direta ou indiretamente, contribuíram para superar ou não os desafios vislumbrados, avançar e/ou inovar em um determinado ponto.

O objetivo dessa análise -- com o viés acima colocado -- é trazer à luz da reflexão e do debate os caminhos que a aplicação da agenda de governo aberto em cidades, principalmente em uma megalópole como São Paulo, pode trazer de soluções de políticas públicas mais participativas, íntegras, inovadoras e transparentes. Esta análise é produto da combinação da metodologia de pesquisa exploratória com entrevistas semi-estruturadas, que contaram com a participação de atores-chave do processo de implementação da iniciativa. Tal sistemática foi apoiada em técnicas compatíveis com o objetivo do trabalho, pois, permitem que o pesquisador, responsável por ser um dos implementadores da política em questão, possa relatar e avaliar suas experiências profissionais em conjunto com outros atores importantes na forma de dissertação acadêmica, levando em conta sua vivência e trazendo para o texto materiais, aportes e questões pertinentes para o propósito do trabalho.

Por fim, como já apontado, a escolha por essa metodologia se faz pertinente, pois, entre 2014 e 2015, o pesquisador desenvolveu atividade profissional na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), por meio de cargo de confiança de assessor técnico, no qual as atividades foram diretamente ligadas à criação da Agenda e a implementação da iniciativa da PMSP de Governo Aberto. Cabe ressaltar que a experiência da São Paulo Aberta está em andamento, portanto não é

possível fechar um parecer definitivo sobre os resultados globais de implementação da política. Ainda assim, mesmo sem ter sua história concluída, a São Paulo Aberta já trouxe resultados concretos -- que avaliamos aqui -- e tem influenciado o cenário internacional.

Para a Agenda de Governo Aberto se tornar uma política pública reconhecida durante o governo que a implantou, muitos desafios foram enfrentados. Alguns deles foram vencidos e puderam trazer benefícios diretos à própria gestão, outros porém, não foram superados.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, quando a nova gestão foi empossada, não tinha política instituída para nenhuma das temáticas relacionadas a Governo Aberto. Cabe dizer, inclusive, que muitos elementos ainda estão sendo criados e desenvolvidos para que a administração pública municipal de São Paulo possa ser considerada inovadora, transparente, participativa e íntegra.

Em 2013, primeiro ano de governo, a administração municipal não contava com conselhos participativos ativos; tinha políticas muito incipientes na área de transparência, inclusive com um portal da transparência que mais dificultava o acesso do que proporcionava a sensação de idoneidade por parte do governo; não tinha nenhuma ação para a promoção da integridade e o combate à corrupção; e definitivamente não tinha, no eixo da inovação tecnológica, projeto ou ação relevante e caminhava para o fechamento de sua empresa pública de tecnologia, a PRODAM. O retrato disso foi a criação de diversas e não integradas ferramentas e mecanismos relacionados a essas temáticas, como os já citados anteriormente. Somente após as manifestações de junho, quando cresce por parte dos gestores públicos (muito mais do que nos tomadores de decisões do governo), a necessidade de responder às ruas, é que começam a ser criados dentro do governo espaços e fóruns que congregam os diversos atores governamentais para se pensar as novas políticas públicas de forma integrada.

Produto imediato desses fóruns foi a aglutinação dos principais atores da gestão naquele momento que estavam desenvolvendo ações dentro dos quatro eixos da Política de Governo Aberto. A partir dessas reuniões, foi possível começar a criação de um banco de iniciativas governamentais e propusessem políticas e ações para articulá-las entre si. Ou seja, um dos desafios, que era a profusão de iniciativas dispersas começou, nesse momento, a ser superado, com a amarração e complementação das iniciativas e a criação de uma possível narrativa de governo.

O principal desafio da São Paulo Aberta, que, apesar de todos os esforços não foi alcançado, tem relação com a Agenda de Governo Aberto na centralidade do governo paulistano. A avaliação, baseada na pesquisa-ação desenvolvida, é a de que, apesar de os tomadores de decisão do governo se beneficiarem das ações do Governo Aberto, a Agenda não alcançou *status* prioritário no núcleo do governo paulistano, principalmente por não ter por parte do gabinete do prefeito e do próprio chefe do executivo, a atenção necessária para que a pauta sensibilizasse politicamente outros atores governamentais.

O ineditismo da política foi outro importante desafio da política de Governo Aberto na prefeitura colocado para a São Paulo Aberta. Se existe um ponto positivo entre tantos, o que sempre foi destacado por todos os entrevistados é justamente a implementação da Agenda na cidade. Os problemas que uma política pública inovadora pode enfrentar durante seu processo de planejamento e implementação perpassam o desconhecimento por parte dos outros atores políticos, principalmente em momentos de crise institucional da democracia e com grandes manifestações populares pressionando os governos.

Esse desafio foi completamente superado pela equipe de implementação da São Paulo Aberta e seus parceiros que estavam presentes no comitê intersecretarial e puderam desenvolver ações e práticas que, aos poucos, foram dando confiabilidade à política e tornando-a conhecida. Para exemplificar a superação desse desafio, podemos retomar o programa #GabineteAberto que, no início, só acontecia devido a uma busca ativa da equipe que produzia o programa por secretários a serem entrevistados. Todavia, após o décimo programa (das 26 edições exibidas), os próprios chefes das pautas começaram a procurar pela iniciativa para que pudessem participar e conversar com a população pela internet.

Outros dois elementos devem ser apontados como elementos importantes do ponto de vista da análise qualitativa da iniciativa: um ponto positivo, qual seja, não existe nenhum chefe de pasta, hoje, dentro do governo paulistano, que não saiba o que é a Agenda de Governo Aberto e quais as ferramentas que a iniciativa São Paulo Aberta pode oferecer ao dia a dia do seu trabalho; um ponto negativo, a saber, a não institucionalização da participação social que envolva os processos decisórios das ações e programas desenvolvidos na iniciativa São Paulo Aberta.

Quase como um paradoxo, a iniciativa que buscou discutir, problematizar e fortalecer a pauta da participação social não tinha institucionalizado espaço de

participação que discutisse os rumos e ações da própria política de abertura de governo.

A explicação para isso deve-se, na visão do pesquisador, à característica do coordenador da iniciativa de centralizar todos os aspectos políticos do programa, mas também com o próprio contexto da Prefeitura de São Paulo que institucionalizou muitos conselhos e conferências em diversas áreas, mas não avançou em espaços de participação para debater a agenda de governo aberto propriamente dita. Desta forma, definiu-se então que a discussão sobre a participação social seria feita em conjunto com outras secretarias em comitê específico para isso, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo. A opção pela não participação efetiva no dia a dia da iniciativa de Governo Aberto fez com que as tomadas de decisões relacionadas ao programa ficassem restritas a um grupo muito pequeno de pessoas. Esse fenômeno impactou em alguns erros de condução, como o “Programa de Formação de Agentes de Governo Aberto” que teve um início conturbado de oficinas, sem público presente e com problemas crônicos em sua concepção.

Apesar dos erros e questões citadas, o programa de “Formação de Agentes de Governo Aberto” somado com o “Ciclo Formativo em Governo Aberto” foram os principais processos formativos que a Prefeitura Municipal de São Paulo realizou ao longo dos seus quatro anos de gestão. E esse é, provavelmente, o principal legado que a iniciativa vai deixar para a próxima gestão, sendo continuidade ou não.

A necessidade e a importância de preparar as cidadãs e os cidadãos para a mudança na cultura de um governo é propiciar à sociedade ferramental técnico para consumir de forma adequada tudo o que um governo aberto pode oferecer: sejam ferramentas digitais de participação e construção coletiva de leis e decretos, seja a possibilidade de utilizar a Lei de Acesso à Informação, ou mesmo a simples possibilidade de acompanhar os projetos que o governo está executando por meio de plataformas web.

Para governos progressistas, a participação social e a formação cidadã devem andar sempre juntos, pois mecanismos e espaços de participação sem o fomento e a capacitação para que as cidadãs e os cidadãos tenham acesso a eles privilegia sempre grupos e nichos específicos e mantém a forma tradicional de se pensar a política e os governos – que pode levar às crises cíclicas de concepção de democracia que já abordamos.

Por fim e não menos importante, a São Paulo Aberta se propôs o desafio de, ao mesmo tempo, fortalecer os espaços de participação já instituídos da gestão e abrir diálogo com as universidades e os espaços acadêmicos. Para que a implementação da política pudesse ser bem-sucedida e posteriormente avaliada, para que novos ciclos possam ser cada vez mais abrangentes e qualificados, se entendeu importante que a construção da política tivesse sempre em diálogo constante com a academia.

Desta forma, vale ressaltar as diversas parcerias com o meio acadêmico que levaram à criação de ações conjuntas como o “Ciclo Formativo em Governo Aberto” e também o desenvolvimento de uma forte sinergia entre academia e governo.

Portanto, apesar das limitações do protagonismo da agenda dentro do eixo central da gestão, a Agenda de Governo Aberto foi definitivamente inserida no círculo acadêmico que orbita a cidade de São Paulo e principalmente nas Universidades parceiras do programa, como: Universidade Federal do ABC, Universidade de São Paulo e a Fundação Getúlio Vargas.

5.4 Conclusões Parciais

As manifestações de junho de 2013 marcaram definitivamente a história recente do Brasil. Em São Paulo, maior capital do país, as manifestações foram intensas e violentas, em grande parte por responsabilidade da polícia militar, que obedeceu ordens diretas do governo do estado.

As primeiras respostas dadas a essas manifestações pela recém eleita administração municipal da cidade foram muito negativas do ponto de vista da nova política e do progressismo. Em um primeiro momento, a Prefeitura e o próprio prefeito Fernando Haddad não reconheceram o Movimento Passe Livre – MPL como um movimento legítimo para reivindicações. A seguir se estabeleceu uma parceria, até então impensável, entre o prefeito Fernando Haddad e o então Governador do Estado Geraldo Alckmin, de partidos diferentes e de orientações políticas, a priori, diametralmente opostas no país.

A gestão da Prefeitura de São Paulo, eleita por movimentos e coletivos culturais e de resistência à ordem vigente do capital, estava em um movimento político questionável, atrelando-se ao que, naquele momento, era considerado o espectro conservador da política nacional. As repercussões negativas foram muitas

e em diversas escalas. A popularidade do prefeito recém eleito nunca mais passou de 15% de ótimo e bom; seu governo, desde então, é visto por muitos movimentos sociais como um governo que não possa ser confiável; e suas ações e políticas passaram a ser questionáveis do ponto de vista da confiabilidade, também pelo setor médio da população paulistana, que pouco antes das manifestações, também se tornou elemento importante no processo eleitoral, a favor do governo eleito.

À revelia das ações políticas equivocadas tomadas pelo alto-escalão da administração municipal, internamente o governo estava tomado, principalmente devido aos jovens gestores e aos quadros dos movimentos sociais que ocupavam o governo, de uma força muito grande para responder às demandas das ruas. Neste sentido, não existiu, por parte do governo, uma ação única e coordenada de resposta às ruas, uma vez que ela se contrapunha à direção tomada inicialmente pelo chefe do executivo municipal.

O que se pode ver foi uma quantidade numerosa de ações departamentais, descentralizadas e descoordenadas que começaram a surgir no seio do governo. Como já citado, todas elas foram benéficas e muito importantes para que o governo saísse da inércia que tomou os diversos governos do mundo, principalmente por não compreenderem onde se localizava o centro de organização desses movimentos e manifestações e quais as pautas específicas que elas reivindicavam.

Foram desse impasse e dessa necessidade de se ter um norte para as que políticas contemplassem as demandas por participação, que as novas temáticas de transparência, inovação tecnológica e integridade, começaram a ser entendidas também como importantes no governo e compuseram em conjunto a Agenda de Governo Aberto na cidade de São Paulo.

Como já apontado, a criação e o desenvolvimento da iniciativa São Paulo Aberta, concentradora das ações de Governo Aberto da capital paulista, não tomaram centralidade no governo, mas foram muito importantes para que a temática e as diversas ações, criadas em resposta às manifestações, tivessem um “guarda-chuva” para serem alocadas. Direta ou indiretamente os atores do governo que tinham interesse em responder às demandas das ruas por meio de uma nova forma de se pensar política acabaram se organizando dentro do CIGA-SP.

Os motivos que levaram a iniciativa de Governo Aberto não alcançar a centralidade do governo foram vários. Primeiro é importante apontar que nunca conquistou de forma efetiva o interesse do chefe do executivo. Segundo, porque foi uma iniciativa que, apesar de envolver diversos atores políticos, sempre esteve atrelada a uma personalidade política dentro do governo, a saber, o ex-chefe de gabinete do prefeito nos primeiros seis meses de mandato e hoje, secretário adjunto de Relações Internacionais e Federativas e coordenador da iniciativa. E terceiro que é um reflexo dos dois primeiros, diz respeito ao esforço de uma pauta que pressupõe a implementação integrada entre os órgãos, gastar muita energia, tempo e recursos para emplacar uma Agenda não prioritária e com implementação de caráter personalista. Esses ingredientes em conjunto, em um contexto político complexo, faz com que qualquer esforço ou ação desenvolvida demore muito mais tempo e trabalho para ser implementado.

Apesar de não se colocar enquanto central no governo paulistano, a São Paulo Aberta definitivamente tornou-se importante para a gestão municipal. Um dos grandes desafios de todas as políticas públicas que trazem ineditismo foi atingido: tornar-se conhecida e praticada pelos tomadores de decisão dos governos, neste caso, principalmente os secretários das pastas.

Elencadas as dificuldades e feito o processo de reflexão sobre elas e sobre a implementação da Agenda de Governo Aberto na cidade de São Paulo, podemos concluir de forma objetiva que a criação da iniciativa São Paulo Aberta, não obstante todas as questões que envolveram a implementação da política pública, tornou-se uma política bem sucedida, por não só congregar elementos de uma nova política, mas despertar internamente na administração municipal o interesse e o desejo por novas formas de comunicação e relacionamento com as cidadãs e os cidadãos.

Para além disso, é importante ressaltar a importância das ferramentas desenvolvidas e ações tomadas pela iniciativa que a colocam como um caso impactante de aplicação da Agenda de Governo Aberto e a insere de forma contundente na discussão sobre as disputas de narrativas na implementação de políticas de governo aberto.

Ferramentas que proporcionam a colaboração e a co-criação de legislações, programa que fomenta a prestação de conta ativa por parte do governo a sociedade, a criação de um lócus de inteligência e inovação tecnológica que busca trazer

elementos até então desconhecidos pela administração pública para uma mudança de cultura interna e também para a qualificação das políticas públicas por meio da disponibilização de dados e informações e os processos de formação cidadã oferecidos pelo governo, para que não só conselheiras e conselheiros, mas todos os cidadãos interessados tivessem acesso a informações e cursos com o intuito de incluí-los digital e socialmente, para consumir os dados disponibilizados pelo governo e qualificá-los para os processos participativos e de deliberação.

As ferramentas foram diversas, mas o intuito foi sempre o mesmo, fomentar o empoderamento e a cidadania, para que o governo terminasse seus quatro anos, mais forte, potente e aberto.

Levando em consideração os aspectos já levantados ao longo do trabalho, cabe apontar para as ações desenvolvidas pela iniciativa São Paulo Aberta e discuti-las à luz da temática já abordada nesse trabalho sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação. Definitivamente a utilização das TICs no governo paulistano e principalmente no bojo das ações desenvolvidas pela e em conjunto com a São Paulo Aberta foram desenvolvidas para atingir objetivos políticos claros, que são: o empoderamento das cidadãs e dos cidadãos e a comunicação e formação qualitativa da sociedade para fomentar processos mais qualificados e abrangentes de participação. Tal afirmação não é oriunda apenas da pesquisa-ação do pesquisador, mas também respaldada pelos gestores entrevistados que apontaram como principal objetivo da iniciativa a proposição de uma nova forma de relação entre governo e sociedade, além da sensação, ainda não muito concreta, mas positiva dos participantes das ações e programas, de que a São Paulo Aberta estabelece um novo arranjo de possibilidades.

Portanto, é possível concluir que a São Paulo Aberta, apesar de todas as dificuldades e obstáculos enfrentados ao longo do processo de implementação, ainda inacabado, já carrega saldo positivo significativo. A participação social e as demandas das ruas devem ser ouvidas e trabalhadas pelos governos para qualificar as políticas, afinal muitas vezes elas apontam para objetivos muito mais distantes e talvez naquele momento inatingíveis. No entanto, sem dúvida, essas metas delineiam o caminho a ser percorrido e de forma alguma devem ser negadas ou rejeitadas, apenas por apresentarem formato ou prática até então diferente das anteriores.

6. Considerações Finais

A partir das reflexões e debates apresentados, podemos entender que a aproximação entre o liberalismo político-econômico e a democracia levou a um processo de combinação perversa que capturou seu ideal de igualdade e empoderamento popular que pudesse existir no regime democrático em prol do poder econômico. Essa combinação formatou a democracia liberal representativa – ou ainda o que nesse trabalho foi chamado de modelo hegemônico de democracia – para potencializar decisões tomadas por reduzidos grupos da classe política ao mesmo tempo que desvaloriza conceitos e ações relacionados à participação social e à inclusão das cidadãs e cidadãos nos processos decisórios dos governos.

Logo, a democracia liberal representativa se confirmou enquanto um regime adversário do poder popular, desvalorizando perspectivas includentes e participativas, afirmando-se como um método político sem efeito sobre as desigualdades e potencializando as relações de dominação e de exploração econômica.

Apesar do modelo hegemônico e da crise política institucional do regime democrático, não se pode considerar a democracia um conceito estático ou absoluto, muito menos uma mercadoria que se compra e instala de maneira independente do processo histórico. A democracia é, e precisa continuar sendo, um processo dialético de lutas e de construção permanente possibilitando que as decisões e as práticas políticas se tornem menos subordinadas às apropriações privadas.

É necessário que os governos, portanto, renovem e reestabeleçam as conexões com a sociedade e superem questões que provocam a rejeição das cidadãs e cidadãos com a política em geral e, para isso, será imprescindível repensar a organização das instituições políticas se utilizando de uma lógica de ação que fomente a organização em rede e os processos de construção e decisão de maneira coletiva.

Desse ponto de vista, uma importante contribuição que esse trabalho traz é problematizar, como já apontado, a ida da crise da democracia liberal representativa para as ruas e a proposta de trazer a discussão de volta para o âmbito da academia com novos elementos oriundos do trabalho de pesquisa-ação e, dessa forma, discutir como os governos têm agido diante das diversas manifestações e protestos

e quais as ações e mecanismos esses têm se proposto a implementar para dar respostas a essa crise de representatividade.

O cenário que vimos nos últimos anos e que abordamos aqui demonstra que as pessoas querem discutir temas diversos, ocupar espaços públicos e se auto-organizar de acordo com suas condições de trabalho e tempo, mas esbarram nas dificuldades impostas pelos próprios partidos políticos e governos que pararam no tempo, não se modernizaram e não entenderam ainda, por exemplo, como o desenvolvimento da tecnologia pode qualificar sua relação com a sociedade.

Foi nesse contexto de crise da democracia liberal representativa que eclodiram, a partir de 2009, inúmeras manifestações e protestos em diversas cidades do mundo. Diante dessa realidade, o trabalho buscou analisar os protestos de forma mais ampla e global, a partir de fatores compartilhados como a amplitude das pautas e o perfil dos participantes, afinal em centenas de cidades em todo o mundo, houve uma mesma forma de ação: ocupação de bens públicos por parte de estudantes, trabalhadores, desempregados e aposentados, utilizando as redes de comunicação alternativas como forma de organização.

As manifestações, então, surgiram a partir de uma composição complexa, fruto do nível de desenvolvimento do sistema capitalista, da intensa urbanização das últimas décadas e de uma profunda crise na concepção de democracia, revelando manifestações e protestos de pautas difusas e não sistematizadas com uma forte “vontade de mudança” geral permeada por constante desconfiança dos espaços governamentais, trazendo a rua e os espaços públicos para o palanque.

Todavia, cabe ressaltar que, historicamente, as cidades não foram estruturadas para serem locais de encontros das suas cidadãs e dos seus cidadãos, mas, sim, para atender aos interesses do grande capital ao permitir infraestrutura e acesso a serviços públicos em áreas nobres e inviabilizar o acesso às áreas periféricas, gerando um movimento de segregação social. Em virtude do que foi mencionado, consideramos que as manifestações e protestos também foram um grito de uma sociedade massificadamente urbana e excluída que, por meio da voz dos indignados, retomou as cidades enquanto focos de lutas, tensões e ocupações.

Destaca-se, neste ponto, a grande proporção que ganhou a pauta do “viver na cidade” nos últimos anos, principalmente na Agenda dos organismos internacionais, que desenvolveram e propuseram políticas diferenciadas para atender o que era entendido por esses atores como o real problema apontado pelas ruas.

A despeito das tentativas dos organismos internacionais, principalmente aqueles ligados ao Sistema ONU de propor políticas liberais acerca de questões relacionadas às cidades, surgem no cenário internacional e recentemente fortalecida enquanto uma agenda global, mas principalmente local, diversas iniciativas de governos que buscam se abrir para outras formas de atuação, para além do “viver na cidade”, como o aumento da transparência, criação de mecanismos e ferramentas participativos e o combate à corrupção. Essas pautas isoladas não são novas, a novidade do fenômeno recente, é que os meios de informação e comunicação dispuseram de tal avanço tecnológico, que podem hoje impulsionar e potencializar as demandas por mais transparência, integridade e participação de modo a pressionarem governos a abrir suas portas institucionais.

Essa abertura dos governos se propõe a ser um pacto para a renovação de governos e de suas relações com a sociedade, uma forma de alargamento da esfera do Estado com vistas a permitir a viabilização de canais de interlocução entre diferentes atores para fomentar a busca por soluções para melhoria efetiva das políticas públicas.

Essa pauta desponta, enquanto discussão organizada, por meio da busca de uma Agenda Política comum entre Estados Unidos e Brasil. Enquanto os Estados Unidos, impulsionado pela campanha vencedora de Barack Obama, desenvolviam ferramentas e aplicações voltadas para o fomento da transparência e dos serviços digitais, o governo brasileiro estava desenvolvendo ações e fortalecendo órgãos que pudessem atuar no combate à corrupção e já acumulava muita experiência na promoção da temática da participação social. Destes esforços, a princípio isolados, surgiu a sinergia que possibilitaria que os dois países pudessem trabalhar em conjunto pela chamada Agenda de Governo Aberto, criando dessa forma, no ano de 2011, a “*Open Government Partnership*” (OGP¹³² - Parceria Para Governo Aberto).

Tendo em vista os aspectos observados, este trabalho se apoia no pressuposto de que a pauta de Governo Aberto deve continuar ser implementada com o objetivo

¹³² “Em setembro de 2011, oito países e nove organizações da sociedade civil anunciaram a criação da Parceria para Governo Aberto, ou OGP. O lançamento é marcado politicamente pela adesão à Declaração de Governo Aberto, na qual os países reconhecem uma maior demanda por abertura pela sociedade, aceitam que os países envolvidos precisam enfrentar metas diferentes e aceitam a responsabilidade de fortalecer em seus governos a transparência, a integridade, a participação social e o acesso a tecnologias que promovam maior permeabilidade entre governo e sociedade.” NEVES, O.. **Evolução das políticas de governo aberto no Brasil**. VI Congresso de Gestão Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/092.pdf>. Acesso em: 20 out 2015.

de ruptura com o ideário e as práticas da democracia liberal representativa, caso contrário estará apenas pactuando com os preceitos conservadores e neoconservadores, perdendo toda sua potencialidade. Esse rompimento vai ocorrer se a aplicação das políticas de Governo Aberto for desenvolvida no bojo de governos progressistas que tem por objetivo o empoderamento popular e o reestabelecimento da conexão direta entre Estado e sociedade.

O que podemos concluir a partir da avaliação da inserção da pauta de Governo Aberto na Agenda decisória paulistana é que as demandas das ruas tem apontado para caminhos objetivos criando janelas de oportunidades que não permanecerão por muito tempo abertas. Enquanto isso os governos, as instituições político-partidárias e mesmo os organismos internacionais ainda não foram assertivos nas respostas concretas aos anseios das ruas e das redes, promovendo nas suas tentativas de implementação das diversas política e acordos, tímidos sucessos.

Faz-se, então, imprescindível observar o entendimento do papel do Estado que os governos e os políticos tem nos dias de hoje para começar a analisar a implementação de uma iniciativa de Governo Aberto: seguindo a lógica liberal conservadora, o governo aberto vai ser utilizado para reforçar o discurso de promoção da transparência para fortalecer o entendimento de ineficiência do Estado; seguindo a lógica progressista, o governo aberto vai ser utilizado enquanto ferramenta de empoderamento da população e de fortalecimento do Estado.

O debate acerca desses elementos possibilitou problematizar e analisar, ainda que inicialmente por tratar-se de política em processo de implementação, a São Paulo Aberta, iniciativa de Governo Aberto da cidade de São Paulo.

Para tal, o trabalho trouxe à luz o impacto das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo e a forma complexa que o recém eleito governo paulistano, naquele momento, respondeu as demandas das ruas.

Diferentemente do que era a expectativa na cidade, principalmente sobre as novas formas de fazer política que foram mote eleitoral, a gestão da Prefeitura de São Paulo, eleita por movimentos e coletivos culturais e de resistência a ordem vigente do capital, estava em um movimento político questionável, atrelando-se ao que, naquele momento, existia de mais conservador no espectro político brasileiro.

À revelia das ações políticas equivocadas tomadas pelo alto-escalão da administração municipal, os jovens gestores e os quadros dos movimentos sociais tradicionais que ocupavam cargos no governo começaram a entender a necessidade

de responder as demandas das ruas, e o que se viu em seguida foi uma ação descoordenada por parte do governo na criação de diversas iniciativas de promoção da transparência e da participação.

Essa ação descoordenada resultou em uma quantidade numerosa de ações departamentais e descentralizadas que começaram a surgir no seio do governo. Como já citado, todas elas foram benéficas e muito importantes para que o governo saísse da inércia que tomou os diversos governos do mundo, principalmente por não compreenderem onde se localizava o centro de organização desses movimentos e manifestações e quais as pautas específicas que elas reivindicavam. O principal problema naquele momento foi a inexistência do norte necessário para a implementação dessas ações e políticas.

Foi desse impasse e dessa necessidade de se ter diretriz para as políticas que superavam as já conhecidas demandas por participação, que as novas temáticas de transparência, inovação tecnológica e integridade, começaram a ser entendidas também com alguma prioridade no governo e compuseram em conjunto a Agenda de Governo Aberto na cidade de São Paulo. Direta ou indiretamente os atores do governo que tinham interesse em responder às demandas das ruas por meio de uma nova forma de se pensar política acabaram se organizando dentro do CIGA-SP e consolidando a narrativa de abertura do governo.

O principal ponto para a análise da política é problematizar se ela é ou não um exemplo de iniciativa que busca romper com o modelo hegemônico de democracia e principalmente se ela pode ser um exemplo de implementação de política que sinaliza a adoção de conceitos mais relacionados ao modelo de democracia participativa. Deste ponto de análise, o elemento chave para ser revisitado é justamente o não alcance pela pauta da centralidade do governo. Ainda sob um sistema liberal representativo de democracia, onde o personalismo do chefe do executivo é muito influente e o trabalho entende como fundamental para o fortalecimento e crescimento da Agenda o impulso do chefe do executivo em defini-la como prioritária.

Apesar de não se colocar enquanto central no governo paulistano, a São Paulo Aberta definitivamente tornou-se importante para a gestão municipal.

Para além do elemento chave já elencado, é importante elencar os objetivos propostos com o desenvolvimento das várias ferramentas criadas ao longo da iniciativa paulistana: proporcionar a colaboração e a co-criação de legislações; fomentar a prestação de conta ativa por parte do governo à sociedade; criar um lócus de inteligência e inovação tecnológica que busca trazer elementos até então desconhecidos pela administração pública para uma mudança de cultura interna e também para a qualificação das políticas públicas por meio da disponibilização de dados e informações e; formação cidadã oferecidos pelo governo; formação cidadã com o intuito de incluir as cidadãs e os cidadãos digitalmente e socialmente, para consumir os dados disponibilizados pelo governo e qualificá-los para os processos participativos e de deliberação.

Definitivamente a utilização das TICs no governo paulistano e principalmente no bojo das ações desenvolvidas pela e em conjunto com a São Paulo Aberta aconteceram para atingir objetivos políticos claros, que são: o empoderamento das cidadãs e dos cidadãos e a comunicação e formação qualitativa da sociedade para fomentar processos mais qualificados e abrangentes de participação. Tal afirmação não é oriunda apenas da pesquisa-ação do pesquisador, mas também respaldada pelos gestores entrevistados que apontaram como principal objetivo da iniciativa a proposição de uma nova forma de relação entre governo e sociedade, além da sensação, ainda não muito concreta, mas positiva dos participantes das ações e programas, de que a São Paulo Aberta estabelece um novo arranjo de possibilidades.

Portanto, é possível concluir que a São Paulo Aberta, apesar de todas as dificuldades e obstáculos enfrentados ao longo do processo de implementação, ainda inacabado, já carrega saldo positivo. A participação social e as demandas das ruas devem ser ouvidas e trabalhadas pelos governos para qualificar as políticas, afinal muitas vezes elas apontam para objetivos muito mais distantes e talvez naquele momento inatingíveis, mas sem dúvida delineiam o caminho a ser percorrido e de forma alguma devem ser negadas ou rejeitadas, apenas por apresentarem formato ou prática até então diferente das anteriores.

Contudo, cabe a esse trabalho responder as questões que foram levantadas no início de sua empreitada e confirmar ou não a hipótese levantada em sua introdução.

Após propor uma discussão acerca da crise da democracia liberal representativa e problematizar as manifestações que se espalharam pelo mundo após 2009, o trabalho buscou apresentar os conceitos relacionados a Agenda de Governo Aberto de forma a problematizar e comparar experiências de implementação do ponto de vista dos conceitos conservador e progressista caracterizando esses dois ideários políticos. O trabalho ainda discutiu a possibilidade de essa nova Agenda ser capaz de se tornar o fio condutor entre as democracias liberais representativas e a democracia participativa e ainda qual o papel desempenhado pela iniciativa da prefeitura de São Paulo nesse cenário.

De forma objetiva o pesquisador entende que o trabalho cumpriu com todos os seus objetivos de pesquisa e que as diferentes metodologias utilizadas foram eficientes escolhas para tal.

Por fim, cabe na conclusão deste trabalho a validação da hipótese que esse trabalho apontou acerca da Agenda de Governo Aberto. De forma objetiva a pesquisa buscou elementos teóricos e práticos que ratificam a idéia de que se a prática do Governo Aberto for tratada apenas enquanto ferramenta técnica e sua implementação ocorrer sem diretriz política de fortalecimento do Estado, essa Agenda e as políticas oriundas dela não terão condições de responder as demandas das ruas e aos anseios da população.

Para além, a Agenda de Governo Aberto só terá condição de ser o fio-condutor entre o modelo hegemônico de democracia e a democracia participativa se for temática central e transversal do governo, uma vez que ações isoladas não caracterizam novo método de gestão da administração pública.

Deste ponto de vista, por mais que as políticas e ações da Prefeitura Municipal de São Paulo tenham sido transformadoras e progressistas do ponto de vista do espectro ideológico vigente a não adoção por parte do governo e principalmente do chefe do executivo como política central de sua gestão, incapacita a experiência enquanto modelo revolucionário de implementação da Agenda. Logo, se a idéia é trazer ao seio da administração pública elementos de empoderamento social e desenvolvimento tecnológico a experiência paulistana é um exemplo a ser seguido, já, se a proposta é buscar uma política pública revolucionária que possa ser modelo para a transição de modelos democráticos, a iniciativa paulistana deve ser

observada de forma muito crítica e aprofundada, para inserir na diretriz nevrálgica do governo, seus elementos e práticas.

7. Referências

15-M, Occupy, **Democracia real ya**. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>>, acesso em: 17 abr 2015.

ALBUQUERQUE, Armando. **Teoria Democrática Contemporânea: de Schumpeter a Mainwaring**. In: Marcelo Novelino; Agassiz Almeida Filho. (Org.). Leituras Complementares de Direito Constitucional: Teoria do Estado. 1a.ed.Salvador: JusPODIVM, 2009, v. , p. 131-151. Disponível em: <http://www.armandoalbuquerque.com/teoria_artigo.pdf> acesso em: 10 de nov. 2015

BAQUERO M., VASCONCELOS C. D.; **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil**; V Congresso da Compolítica, Curitiba/PR, 8 a 10 de mai. de 2013.

BAVA, Silvio, Caccia. **A Primavera Árabe**. Le Monde Diplomatique, Edição Especial - Dossiê, n.6, set, 2011.
Disponível: http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_det.php?id=6 Acesso em 20 jan 2016.

BELLIX, L., CAVALCANTI, G.v. **Municipalização do governo aberto: uma agenda de desafios e oportunidades**, apresentado no II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)

BENKLER, Yoshai, The Wealth of Networks. New Haven & London: Yale University Press.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: OAB Editora, 2006.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Brasília, Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-\(10-23\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-(10-23).html)> Acesso em: mai. 2016. Íntegra do discurso presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães

BRASIL. **Declaração de Governo Aberto**. Parceria para o Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>. Acesso em: 29 de out. de 2015.

BRASIL. **O que é governo aberto**. Parceria para o Governo Aberto. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/governoaberto/a-ogp/o_que_e_Governo_Aberto.asp>. Acesso em: 29 de out. de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**, Estudos Avançados, vol.23, n.66, São Paulo, 2009. p. 7-22. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf><http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. de 2014

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; **Economia Conservadora e Economia Progressista**, Revista de Economia Política, Vol. 5, nº4, outubro-dezembro-1985.disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/20-1.pdf>>, acesso em 20 mar, 2016.

CARVALHO, Alba M. P. D.; **Pensamento de Boaventura de Sousa Santos em foco: A reinvenção da emancipação em tempos contemporâneos**; Seminário “Diálogos Jurídicos – Pós Graduação em Direito Universidade Federal do Ceará – UFC; 18 de agosto de 2009 (disponível em:<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/PENSAMENTO%20DE%20BOAVENTURA%20DE%20SOUSA%20SANTOS%20EM%20FOCO1.pdf> acesso em: 10/12/2015)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. S. Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHANG, H. **Chutando a escada: estratégias do desenvolvimento em uma perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONCHA, Gáston, NASER, Alejandra (Org.). (2012). **El desafío hacia el gobierno abierto en la hora de la igualdad**. Editores CEPAL y Alis.http://api.ning.com/files/FZ-xP1EYfFYhBI2IL3hBWqEJW8WB*oTSuqwb5H361OO7V6xx07GuNjIQ0RJ2qzHDVOPZwRrlodL6QSOaVW4XbNiZCMWR61/El-desafio-hacia-el-gobierno-abierto-en-la-hora-de-la-igualdad.pdf

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.

DAGNINO, E. et al. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: CIESAS/IIH-S, 2006. Disponível em:

<<http://controlatugobierno.com/archivos/bibliografia/olveradisputa.pdf>> acesso em: jan. 2016

DAVIES, Tim. (2010). **Open data, democracy and public sector reform. A look at open government data use from data.gov.uk** <http://www.opendataimpacts.net/report/>

DINIZ, Vagner. **A Crise dos Governos Eletrônicos ou a Prevalência dos Monólogos Simultâneos**. Informática Pública, 2009.

FERRARI, Ana Clara; BELLIX, L. Governo Aberto: um novo paradigma na relação Estado Sociedade? **Revista Espacios Políticos**, nº 11, ano 16, Argentina, 2015.

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato, et al. "O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites." *Saúde e Sociedade* 22.2 (2013): 511-520.

HARVEY, D., **Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo. 2012.

HIMANEN, P. **A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação: a Importância dos Exploradores da Era Digital**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

INSTITUTO PAULO FREIRE; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO;
Caderno de Formação: Governo Aberto; IPF, 2015, Acessado em: jan.2016,
Disponível em:
<https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Governo_Aberto.pdf>

INSTITUTO PAULO FREIRE; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO;
Caderno de Orientação: Governo Aberto; IPF, 2015, Acessado em: jan.2016,
Disponível em:
<https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Orientacao_Governo_Aberto.pdf>

KAMINSKI, Ricardo S. ; **O sul que emerge do norte: Perspectivas Teóricas na análise dos movimentos de ocupação e protestos no século XXI**. III Encontro Internacional de Ciências Sociais: Crise e Emergência de novas dinâmicas sociais – Pelotas/RS, out. 2012(a). Disponível em:
<[https://www.academia.edu/2651623/O Sul que emerge do Norte perspectivas teóricas na análise dos dos movimentos de ocupação e protesto no século XXI](https://www.academia.edu/2651623/O_Sul_que_emerge_do_Norte_perspectivas_teoricas_na_analise_dos_dos_movimentos_de_ocupacao_e_protesto_no_sculo_XXI)<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2015.

KAMINSKI, Ricardo S. ; **A ágora contemporânea dos indignados: democracia segundo a transpolítica do Movimento Occupy**; XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ- ALAS BRASIL; Teresina/PI, 4 a 7 de set. 2012(b); Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT30-26.pdf><http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf><http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2015.

KATLEEN, J. (2011). **The influence of the PSI directive on open government data: An overview of recent developments**. *Government Information Quarterly*, Forthcoming(0). doi: 10.1016/j.giq.2011.01.004

LATHROP, Daniel; LAUREL, Ruma (Orgs.); **Open Government: Collaboration, Transparency and Participation in Practice**
https://github.com/oreillymedia/open_government

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**. São Paulo: Trama, 2005.

MARICATO, E.; **É a questão urbana, estúpido!** in *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

MCDERMOTT, P. (2010), “**Building open government**”, *Government Information Quarterly*, Vol. 27, pp. 401-13.

MEIJER A., D. Curtin and M. Hillebrandt, ‘**Open Government: Connecting Vision and Voice**’, (2012) 78 *International Review of Administrative Sciences* 10

NEVES, Otávio Moreira de Castro. **Evolução das políticas de Governo aberto no Brasil**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/092-EVOLU%C3%87%C3%83O-DAS-POL%C3%8DTICAS-DE-GOVERNO-ABERTO-NO-BRASIL.pdf>> Acessado em nov. 2015

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. (2011). **Beyond Access: Open Government Data & the Right to (Re) Use Public Information** http://www.access-info.org/documents/Access_Docs/Advancing/Beyond_Access_7_January_2011_web.pdf

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Madris – Spain, Subnational Pioneers**; fevereiro, 2016; disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/node/9007>>, acessado em: junho de 2016.

OPEN GOVERNMENT PRINCIPLES DATA. http://resource.org/8_principles.html
acessado em 15 nov. 2014.
Open GovernmentPartnership <https://www.youtube.com/watch?v=Mj7NvmFr5i0>

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, Dec. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em Abr. 2016.

RAMÍRES-ALUJAS, A.V.; **GobiernoAbierto es la respuesta... ?Cuál era la pregunta?**; trabalho apresentado em: Mesa 23, Gestión política, campaña y nuevas tecnologías, I Congreso Internacional em Comunicación Política y Estrategias de Campaña, 6 y 7 de julio, Madrid 2012.

RIBEIRO, C. T.; MERLI, D.; SILVA, S. P. D. **Exclusão Digital no Brasil e em Países emergentes: um panorama da primeira década do século XXI**. In: CGI.BR Caminhos para Universalização da Internet Banda Larga: experiências internacionais e desafios brasileiros. 1. ed. São Paulo: Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2012. Cap. 7. ISBN 978-85-63715-01-2. Disponível em: <<http://www.caminhosdabandalarga.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cap%C3%ADulo-7.pdf>>. Acesso em: fevereiro 2016

RIBEIRO, I.R. **As lutas urbanas e o papel dos partidos políticos**. *Temporalis*, [S.l.], v. 2, n. 26, p. 75-96, fev. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/5797>>. Acesso em: 05 nov. 2015

ROLNIK, R. . É possível política urbana contra a exclusão? . **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01016628 SADER, Eder., **Quando novos personagens entraram em cena**. Paz e Terra, São Paulo, 1980.

RUA, M. G.; ROMANINI, R.. Para Aprender Políticas Públicas. Unidade XIII – Mobilização, Organização e Participação Social nos Processos de Gestão das Instituições Estatais: Conselhos, Conferências e Outros Fóruns. Brasília: IGEP, 2013, p. 10-19.

SAMPAIO, R. C. . Do conceito de governo aberto às suas relações com a e-democracia. In: PIMENTA, M.; CANABARRO, D.. (org.). **Governança Digital**. 1a ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. p. 12-22.

SANDOVAL-ALMAZÁN, Rodrigo. **The TwoDoos Perspective: As assesment Framework for Open Government**. JeDEM 3(2), 166-181, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2003) **Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa**, 2ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SÃO PAULO ABERTA; **Governo Aberto no Mundo**; disponível em: <<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/governo-aberto-no-mundo/>>, acessado em: 20 fev. 2016

SARTORI, G.; **A teoria da representação no Estado representativo moderno**, Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962

SCAVO, D. G.; BEZERRA, E.M.: **A Crise da democracia liberal e os novos movimentos democráticos**. 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 7 a 9 de maio de 2014. disponível em: (http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4151) acessado em: 04/01/2016.

SCHERER-WARREN, I., **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**; Política & Sociedade – Florianópolis – Vol.13 - nº 28, set./dez.-2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf><http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SCURO NETO, Pedro. **Gestão pública: fluxo e refluxo**. Estud. av., São Paulo , v. 9, n. 23, abr. 1995 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessado em 15 nov. 2014.

SINGER, P; BRANT, V. C. **São Paulo: o povo em movimento**. Editora Vozes, Petrópoles, 1980.

SOUZA, Celina; **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, JamersonMurillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 122, p. 199-223, Junho 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200199&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 Mar. 2016.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STALMANN, R. **O que é o software livre.**

TEIXEIRA, Ana Cláudia C., e TATAGIBA, Luciana. **Participação no contexto da descentralização.** Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2005. <http://www.fsfla.org/svnwiki/about/what-is-free-software.pt.html>

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos sociais: reflexões sobre as experiências dos anos 70.** IN WARREN, I. S, e KRISCHKE, P (org). Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. Brasiliense, São Paulo, 1987.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UN, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948; disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> acesso em: 08 jan. 2016.

UN. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf, acesso em: 08 jan. 2016.

UN-HABITAT; **Estado de las Ciudades del América Latina y el Caribe**, 2012; disponível em: <http://bit.ly/CidadesALCaribe2012> acessado em: jan-2016.

UN-HABITAT; **Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos;** disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onu-habitat/> acesso em: mai. 2016

UNFPA, **Relatório sobre a Situação da População Mundial**, 2007; disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2007.pdf> acesso em: 08 jan. 2016

USGOV. **Open GovernmentDirective**; disponível em: <https://www.whitehouse.gov/open/documents/open-government-directive>. Acesso em: 03 de mar. De 2014

VAINER, C.; **Quando a cidade vai às ruas**in Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, *São Paulo: Boitempo: Carta Maior*, 2013

VAZ, J.C. **Governo eletrônico e revisão de processos básicos da administração pública: superando o falso conflito entre eficiência e transparência**; XIII

Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008(a)

VAZ, J.C. **A Evolução da Oferta de Serviços e Informações ao Cidadão pelos Portais Municipais Brasileiros: Entre a Inovação e a Oferta Básica**; Informática Pública ano 10 (2): 65-78, 2008(b)

8. Anexos

I. Questionário GUIA para entrevistas semi-estruturadas	108
II. Lista de entrevistados e referências	109
III. Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Coreia do Sul)	110
IV. Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (México)	112
V. Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Argentina)	114
VI. Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Brasília)	116

Questionário GUIA para entrevista semi-estruturada

Texto simples de introdução e explicação sobre o trabalho desenvolvido.

- 1) Você já tinha ouvido falar da Agenda (Política) de Governo Aberto, antes de ter contato com a iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo, a São Paulo Aberta? – Se sim, quais?
- 2) Hoje, o que você entende por Política de Governo Aberto?
- 3) Você entende que existe alguma relação entre as manifestações que ocorrem no mundo desde 2009 e chegaram ao Brasil em 2013 e a adoção de políticas de Governo Aberto por parte dos governos?
- 4) O que você acha que falta (se é que falta) para termos governos mais abertos, participativos e transparentes?
- 5) Como você entende que as Políticas de Governo Aberto podem dialogar com movimentos e organizações políticas “tradicionais”?
- 6) Aponte um ponto positivo e um ponto negativo sobre a iniciativa São Paulo Aberta.
- 7) Viu algum resultado ou mudança de cultura a partir da experiência da São Paulo Aberta na cidade?

Lista de entrevistados e referências

Ana Clara Ferrari, responsável pela comunicação da iniciativa São Paulo Aberta no ano de 2015.

Mariana Rocha Oliveira, gestora de projetos da iniciativa São Paulo Aberta no ano de 2015.

Ivaneide Francisca de Carvalho, assessora de mobilização dos movimentos sociais da iniciativa São Paulo Aberta, desde 2014.

Alexandre Calil, Coordenador do Laboratório de Inovação Pública da Prefeitura de São Paulo (LABPRODAM), desde outubro de 2014.

Martha Lopes, Agente de Governo Aberto na temática “Comunicação em Rede” da iniciativa São Paulo Aberta em 2015.

Jonaya de Castro Garbe, Agente de Governo Aberto na temática “Transparência” da iniciativa São Paulo Aberta em 2015.

Leandro Manuel Reis Velloso, Agente de Governo Aberto na temática “Tecnologia Aberta” da iniciativa São Paulo Aberta em 2015.

Andrés Mantecon, Agente de Governo Aberto na temática “Tecnologia Aberta” da iniciativa São Paulo Aberta em 2015.

Todas as entrevistas estão disponíveis no repositório SoundCloud em:
<<https://soundcloud.com/pedro-costa-264/sets>>

Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Coreia do Sul)

• **Identificação do Servidor:**

Nome: Pedro Henrique de Carvalho Costa

RF: 8095680

Cargo: Encarregado de Equipe Técnica

Telefone: 3113-8525

• **Período de Afastamento:**

Data de saída: 15/08/2015

Data de chegada: 27/08/2015

Trecho de ida: São Paulo/Amsterdam/Fukuoka
/Seul

Trecho de volta: Seul/Amsterdam/São Paulo

Houve alteração de datas? Em caso afirmativo, justifique: Não.

• **Finalidade do Afastamento / Objetivos do Evento**

Participar de programa de treinamento em Governo Eletrônico e soluções voltadas para Smart Cities oferecido por **METROPOLIS International Training Institute**, situado na cidade de SEUL, Coreia do Sul. O convite foi recebido no contexto do irmanamento entre as cidades de São Paulo e Seul e enviado pelo Centro de Desenvolvimento em Recursos Humanos (Seoul Human Resource Development Center – SHRDC) do Governo Metropolitano de Seul, esse programa pertence aos projetos de cooperação bilateral entre Seul e São Paulo.

• **Agenda Prevista**

ANEXO

• **Agenda Final**

Sem alteração da agenda prevista.

• **Atividades / Fatos Transcorridos / Alterações de agendas/ Pessoas Contatadas**

As atividades e fatos transcorridos no decorrer da viagem foram:

- Cerimônia de Abertura com o presidente do SRDHC
- Palestra sobre o Desenvolvimento da Coreia do Sul e da cidade de Seul.
- Palestra sobre Governo Eletrônico e Big Data.
- Apresentação das cidades participantes e seus respectivos projetos.
- Estudo de Caso sobre a Inovação Tecnológica voltada para Mobilidade Urbana em Seul.
- Visita ao Centro de Controle voltado a Mobilidade Urbana de Seul “TOPIS”.
- Estudo de caso sobre Parcerias Público Privadas na temática de Big Data e Governo Eletrônico.
- Visita a Prefeitura de Seul.
- Palestra sobre ferramentas de E-government lançadas pela Rede We-Go, que a cidade de Seul e São Paulo fazem parte.
- Visita ao Complexo Tecnológico voltado para soluções para cidades da empresa LG.
- Cerimônia de Encerramento com o presidente do SRDHC.

• **Sugestões dos benefícios que podem ser auferidos em relação aos objetivos da viagem**

• **Conclusões/Resultados Alcançados**

A participação do programa de treinamento referente à Governo Eletrônico, Governo Aberto e Big Data promovido pelo Governo Metropolitano da Cidade de Seul foi muito positiva. A promoção do intercambio de experiências entre os participantes que eram de países como: Qatar, Rússia, Polônia, Mongólia, Indonésia, Irã, Equador e China, foi importantíssima para debater as diversas e exitosas políticas da cidade de Seul voltadas para as temáticas de governo Eletrônico e para a melhora da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e a mobilidade urbana.

Algumas dessas políticas devem ser replicadas pela cidade de São Paulo, principalmente as políticas voltadas para o desenvolvimento de ferramentas e práticas de Big Data, que tem por objetivo a geração de inteligência analisando grandes quantidades de dados geradas pelo governo ou mesmo pelos cidadãos.

Foi possível notar que a Coreia do Sul tem grande interesse em entrar nos mercados emergentes, primeiro como parceira e depois enquanto vendedora de serviços e soluções, por meio de suas empresas, objetivo esse que faz com que o país convide diversos outros países para conhecer seus casos de sucesso e pague todas as despesas relacionadas ao programa de treinamento (hospedagem e alimentação).

• **Observações**

Assinatura do Servidor

Data: 16/09/2015

Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (México)

Servidor: Pedro Henrique de Carvalho Costa, Encarregado de equipe técnica da Coordenadoria de Assuntos Federativos
RF: 8095680

Objetivos da viagem: participar da Conferência Latino-Americana de Dados Abertos (CONDATOS). A agenda contempla ainda a promoção de intercâmbio de experiências relacionadas à temática do Governo Aberto, como: o Laboratório para a Cidadania e a Controladoria Geral do Governo da Cidade do México, potencializando as ações desenvolvidas por esta Secretaria no âmbito da iniciativa São Paulo Aberta.

A conferência e os encontros bilaterais (agenda anexa) que se estenderam entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro, possibilitaram trocas de experiências que serão fundamentais para o prosseguimento e a qualificação da iniciativa São Paulo Aberta. Além disto, a missão institucional possibilitou a apresentação das experiências da São Paulo Aberta em âmbito internacional, além de possibilitar o estreitamento dos laços de cordialidade e cooperação entre os entes governamentais visitados e a cidade de São Paulo criando assim condições para o restabelecimento de relações mais próximas entre a cidade de São Paulo e o Governo do Distrito Federal Mexicano.

Neste sentido, faço entender que a viagem foi muito importante e gerou encaminhamentos determinantes para o desenvolvimento dos trabalhos futuros. Exemplo destes encaminhamentos são as conversações para a criação de uma rede Latina de Laboratórios de Inovação Tecnológica, um Laboratório Público de Inovação da cidade de São Paulo, como também a discussão no âmbito municipal da reprodução da experiência dos Controladores Cidadãos, uma das experiências visitadas durante a viagem.

Aproveito para informar que não foi emitido qualquer tipo de certificado.

Pedro Henrique de Carvalho Costa

1 – Agenda na Cidade do México

28 de outubro (domingo)

1.22h55 – Saída de São Paulo – Aeroporto de Guarulhos – Voo Aeromexico AM15

29 de setembro (segunda-feira)

1.Reunião com Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil no México, Juliano Nascimento

Endereço: Calle Lope de Armendáriz, 130, Colonia Lomas Virreyes – Delegación Miguel Hidalgo

2.Reunião com ONG Transparencia Mexicana A.C.

Endereço: Dulce Olivia 73, Col. Villa Coyoacán – Delegación Coyoacán

Contato: Paola Palacios, Coordenadora de Programa

Tel: + 52 55 5659-4714 / 4095 / 9991 / 9996 (ramal: 108)

E-mail:

30 de setembro (terça-feira)

3.Governo DF: Reunião com Diretor-Geral de Controladorias Ciudadãs, Alejandro Pozos Juárez

Endereço: Tlaxcoaque, 8, Piso 1, Centro

4.Governo DF: Reunião no “Laboratorio para la Ciudad”

Endereço: Tlaxcoaque, 8, Piso 2, Centro

Participantes:

- Roberto Ascencio

- Mario Ballesteros, Diretor de Comunicação Estratégica e Projetos Editoriais

5.Governo DF: Reunião com Celestino Padrón, Diretor Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação

Endereço: Tlaxcoaque, nº8 – Piso 2 – centro

01 de outubro (quarta-feira)

6.Reunião com Instituto Federal de Acesso à Informação e Proteção de Dados (IFAI)

7.Endereço: Av. Insurgentes Sur 3211, Col. Insurgentes Cuicuilco – Delegación Coyoacán

Contato: María del Rosario Vásquez Rosales, Diretora de Assuntos Internacionais de Acesso

Tel: + 52 55 5004-2400 (ramal: 2599)

E-mail:

Apresentação no painel “Desafios e oportunidades para o Open Government Partnership” – CONDATOS

Governo DF: Reunião no “Laboratorio para la Ciudad”

Endereço: Tlaxcoaque, 8, Piso 2, Centro

Participantes:

- Roberto Ascencio

- Mario Ballesteros, Diretor de Comunicação Estratégica e Projetos Editoriais

8.Governo DF: Reunião com Tatiana Alcazar, Diretora-General de Seguimento, Coordenação e Enlace, Coordenação Geral de Assuntos Internacionais

Endereço: República de Chile, 6, Col. Centro – Delegación Cuauhtémoc

Tel: + 52 55 5662-7923

02 de outubro (quinta-feira)

Apresentação no painel “Convergências e divergências entre dados abertos e acesso à informação pública” – CONDATOS - Dia Todo

9.23h15 - Saída da Cidade do México – Voo Aeromexico AM14

03 de outubro (quinta-feira)

10h55 - Chegada em São Paulo – Aeroporto de Guarulhos

Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Argentina)

• **Identificação do Servidor:**

Nome: Pedro Henrique de Carvalho Costa
Cargo: Encarregado de Equipe Técnica

RF: 8095680
Telefone: 3113-8525

• **Período de Afastamento:**

Data de saída: 15/08/2015

Data de chegada: 27/08/2015

Trecho de ida: São Paulo/Amsterdã / Fukuoka /
Seul

Trecho de volta: Seul / Amsterdã / São Paulo

Houve alteração de datas? Em caso afirmativo, justifique: Não.

• **Finalidade do Afastamento / Objetivos do Evento**

Apresentar as duas iniciativas da Prefeitura de São Paulo selecionadas para a “V Muestra de Ciencia y Tecnología de Mercocidades”. As iniciativas escolhidas pela Rede Mercocidades foram: #GabineteAberto, programa WEBTV ao vivo desenvolvido no âmbito da São Paulo Aberta e o Laboratório de Mobilidade, espaço de co-working e desenvolvimento de ferramentas abertas e colaborativas voltadas a mobilidade urbana, coordenado pela SPTRANS.

A “V Mostra de Ciência e Tecnologia de Mercocidades” é um evento ligado à unidade temática de ciência, tecnologia e capacitação da Rede Mercocidades e coordenada pela cidade argentina de Tandil e subcoordenado pelas cidades de São Leopoldo e Porto Alegre. A Rede Mercocidades tem grande importância nas atividades da Secretaria de Relações Internacionais e Federativas, uma vez que São Paulo assumirá, a partir de novembro, a Secretaria Executiva desta rede.

• **Agenda Prevista**

ANEXO

• **Agenda Final**

ANEXO

• **Atividades / Fatos Transcorridos / Alterações de agendas/ Pessoas Contatadas**

As atividades e fatos transcorridos no decorrer da viagem foram:

- Apresentação de iniciativas Tecnológicas da PMSP, conforme descrito acima.
- Contato com as seguintes cidades da Rede mercocidades: Canelones, Mercedes, Rosario, Santa fé, Tandil e Jaboatão do Guararapes e Montevideo.
- Participação como ouvinte da reunião do Grupo Temático de Tecnologia da rede mercocidades que é coordenado, em conjunto, pelas cidades: Tandil, São Leopoldo

e Porto Alegre.

- Elaborado vídeo de balanço do evento com o responsável pela interlocução da Universidade AUGM na rede mercocidades.
- Elaborado vídeo de balanço do evento com a coordenadora do Grupo Temático de Tecnologia e representante da cidade de Tandil.
- Elaborado vídeo de balanço do evento com o coordenador da cidade de Santa Fé, a organizadora do evento.
- Elaborado vídeo de balanço do evento com pesquisadores das Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.
- Contato com empresas latinoamericanas que tem interesse em vender serviços de tecnologia ao setor público.

- ***Sugestões dos benefícios que podem ser auferidos em relação aos objetivos da viagem***

Conclusões/Resultados Alcançados

A participação da cidade de São Paulo foi muito importante, além de ser a única cidade com duas experiências selecionadas, os debates e as apresentações das outras cidades foram entorno da temática de experiências de cidades eletrônicas ou ainda aplicações voltadas para qualificar os processos internos dos municípios. As experiências levadas por São Paulo eram diferenciadas, pois dão ênfase ao trabalho colaborativo, a participação social e a importância da prestação de contas do setor público e de suas ações por meio da inovação tecnológica, elementos que constituem o ideário e as práticas de Governo Aberto desenvolvido por São Paulo de forma pioneira em âmbito local, problematizando e propondo como uma cidade pode ser digital e inovar em seus processos eletrônicos, com mais participação e transparência.

- ***Observações***

O presente relatório foi entregue após prazo. (17/04/2015).
O excesso de trabalho pós-viagem em conjunto com a proximidade do início das férias atrapalhou a dinâmica do dia-a-dia, uma vez que estas circunstâncias propuseram muitas reuniões de equipe além de um processo de passar as questões pendentes para que outro colega pudesse desempenhar as tarefas.
Após este momento, ao entrar de férias, não foi possível fazer o relatório por questões ligadas à falta de estrutura necessária.

Assinatura do Servidor

Data: 24/04/2015

Relatório de Viagem – Pesquisa de Campo (Brasília)

Brasília - Brasil, 16 de setembro de 2014

Servidor: Pedro Henrique de Carvalho Costa, Encarregado de equipe técnica da Coordenadoria de Assuntos Federativos
RF: 8095680

Objetivos da viagem: participar do Seminário e Oficina – Planos de Dados Abertos e Política de Governo para Abertura de Dados.

O encontro, realizado no dia 16 de setembro, foi uma iniciativa promovida pelo Ministério do Planejamento em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

O Seminário e posteriormente a oficina possibilitaram a discussão acerca da Política de Abertura de Dados do Governo Federal e a prática na criação de Planos de Dados Abertos. O objetivo do encontro foi exitoso uma vez que pode-se apresentar algumas das iniciativas da Prefeitura de São Paulo sobre abertura de dados e de que maneira estas iniciativas podem ser inseridas na criação de um Plano Municipal de Dados Abertos.

Até o momento a ENAP (encarregada dos certificados) não enviou nenhum certificado, nem comprovante de comparecimento. Anexo a este relatório fotos da oficina.